



Diário Oficial

Estado de Goiás

GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 2018

ANO 181 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 22.801

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 9.216, DE 03 DE MAIO DE 2018.

Altera o Regulamento da Vice-Governadoria.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201800013001415,

DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos abaixo especificados do Regulamento da Vice-Governadoria, aprovado pelo Decreto nº 8.431, de 17 de agosto de 2015, passam a vigorar com as modificações que se seguem:

“Art. 5º

I - coordenar as atividades de gestão de pessoas, de licitação, de logística, de suprimentos, de frota, de patrimônio, de execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, dos serviços administrativos, de planejamento, de tecnologia da informação, de secretaria-geral, de ouvidoria, bem como dar suporte operacional para as demais atividades e autorizar a prática dos atos necessários à sua formalização e execução;

VI - supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e autorizar a prática dos respectivos atos, no tocante às unidades da Vice-Governadoria;

VII - supervisionar os processos licitatórios e de convênios da Vice-Governadoria, bem como acompanhar a gestão dos contratos e demais ajustes por ela firmados e realizar os atos gerais necessários à formalização dos procedimentos licitatórios e à gestão dos contratos;

VIII - realizar e supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão;

IX - na hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 9.143, de 22 de janeiro de 2018, com redação dada pelo Decreto 9.210, de 20 de abril de 2018:

- realizar os atos de ordenação de despesas;
- expedir instruções e outros atos normativos necessários à execução de leis, decretos e regulamentos, bem como portarias sobre a organização interna;
- apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito da Vice-Governadoria;
- emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre assuntos submetidos à sua decisão;
- assinar contratos, aditivos e outros termos de ajuste em que a Vice-Governadoria seja parte;

Art. 10

I - supervisionar, coordenar e acompanhar as atividades

de gestão de pessoas, de licitação, de logística, de suprimentos, de frota, de patrimônio, de execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, dos serviços administrativos, de planejamento, de tecnologia da informação, de secretaria-geral, de ouvidoria, de gestão de contratos, bem como dar suporte operacional para as demais atividades e autorizar a prática dos atos necessários à sua formalização e execução;

VII - supervisionar e acompanhar a execução da política de gestão de pessoas da Vice-Governadoria e autorizar a prática dos respectivos atos, no tocante às unidades dela integrantes;

VIII - supervisionar os processos licitatórios e convênios do Órgão e realizar todos os atos necessários à formalização e execução dos respectivos atos;

IX - acompanhar a gestão de contratos e demais ajustes firmados pela Vice-Governadoria, realizando os atos necessários à sua formalização e execução;

X - realizar e, também, supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da Vice-Governadoria;

XI - na hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 9.143, de 22 de janeiro de 2018, com redação dada pelo Decreto 9.210, de 20 de abril de 2018:

- realizar os atos de ordenação de despesa;
 - expedir instruções e outros atos normativos necessários à execução de leis, decretos e regulamentos, bem como portarias sobre a organização interna;
 - apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito da Vice-Governadoria;
 - emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre assuntos submetidos à sua decisão;
 - assinar contratos, aditivos e outros termos de ajuste em que a Vice-Governadoria seja parte;
- XII - subscrever expedientes.

.....” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2018, restabelecendo-se, automaticamente, em 1º de janeiro de 2019, a vigência dos dispositivos dos arts. 5º e 10 do Regulamento da Vice-Governadoria, aprovado pelo Decreto nº 8.431, de 17 de agosto de 2015, modificados pelo art. 1º, na redação em que se encontravam em 08 de abril de 2018.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 03 de maio de 2018, 130ª da República.

JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR

DECRETO Nº 9.217, DE 03 DE MAIO DE 2018.

Qualifica como Organização Social de Integração Social do Menor Infrator e Garantia de seus Direitos Individuais e Sociais, no âmbito do Estado de Goiás, a entidade que especifica.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos da Lei estadual nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201700013005423,

DECRETA:

Art. 1º Fica qualificado como Organização Social de Integração Social do Menor Infrator e Garantia de seus Direitos Individuais e Sociais, no âmbito do Estado de Goiás, o Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura (Instituto Promover), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 11.595.331/0001-38, com sede na Rua Luiz Sampaio, 664, Quadra 2, Lote 18, Vila Rosa, CEP 74843-550, nesta Capital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 03 de maio de 2018, 130º da República.

JOSÉ ELITON DE FIGUEREDO JÚNIOR

Protocolo 73365

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 222, DE 3 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no valor de R\$ 35.000.000,00.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS**, usando de suas atribuições constitucionais, considerando o disposto nos arts. 10, inciso I alínea "d", e 11 da Lei nº 19.989, de 22 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE 1 (um) crédito suplementar no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento-Geral do Estado, conforme o Quadro 1 que acompanha este Decreto.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são os caracterizados no inciso III do §1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, provenientes de anulações parciais de dotações orçamentárias, de acordo com o Quadro 2 deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 3 de Maio de 2018, 130º da República.

JOSE ELITON DE FIGUEREDO JUNIOR
 JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA
 MANOEL XAVIER FERREIRA FILHO


QUADRO 1

SUPLEMENTAÇÃO			
2200 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
2201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
12 122 4001 4.001	APOIO ADMINISTRATIVO	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100
SALDO CRÉD. SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 19.698,47	R\$ 60.019.698,47	R\$ 35.000.000,00	
			VALOR TOTAL A SUPLEMENTAR
			R\$ 35.000.000,00

QUADRO 2

REDUÇÃO			
2200 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
2201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
04 122 4001 4.001	APOIO ADMINISTRATIVO	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100
SALDO A PROGRAMAR	VALOR BLOQUEADO	VALOR A REDUZIR	
R\$ 0,00	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00	
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
12 122 4001 4.001	APOIO ADMINISTRATIVO	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100
SALDO A PROGRAMAR	VALOR BLOQUEADO	VALOR A REDUZIR	
R\$ 0,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	
			VALOR TOTAL A REDUZIR
			R\$ 35.000.000,00

Protocolo 73376

 Estado de Goiás Imprensa Oficial do Estado de Goiás	 AGÊNCIA BRASIL CENTRAL Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás Fone: 3201-7600 / 3201-7663 Fax: 3201-7623 / 3201-7779 www.abc.go.gov.br	Diretoria João Bosco Bittencourt Presidente Paulo Valério da Silva Diretor de Gestão Planejamento e Finanças Abadia Divina Lima Diretora de Telerrádiodifusão e Imprensa Oficial Previsto Custódio dos Santos Chefe do Núcleo de Imprensa Oficial
---	--	--

DECRETO DE 03 DE MAIO DE 2018

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, resolve:

I - exonerar o pessoal constante do quadro abaixo dos correspondentes cargos de provimento em comissão em que se acha investido, todos da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, e nomear o que está especificado a seguir, para exercê-los:

Nº DE ORDEM	EXONERAR	CARGO	NOMEAR
1	IVONE CORGOSINHO CPF/MF nº 057.763.171-34	SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	LUIZ CARLOS DA SILVA CPF/MF nº 168.544.168-49
2	JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA NETO CPF/MF nº 004.522.421-85	SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO E COOPERATIVISMO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	SÉRGIO AUGUSTO ALMEIDA GUALBERTO CPF/MF nº 018.836.881-75
3	CARLOS DE ALMEIDA KOZLOWSKI CPF/MF nº 303.251.531-91	SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAS ESPECIAIS	RICARDO LEMES FRIEDENHAIN CPF/MF nº 788.544.661-15
4	CARLOS ALBERTO DA SILVA CARVALHO CPF/MF nº 004.522.421-85	SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	MAXWELL QUEIROZ DE CASTRO CPF/MF nº 413.008.691-15

II - condicionar a eficácia dos provimentos de que tratam o inciso I ao atendimento, pelo pessoal ora nomeado, do art. 1º do Decreto nº 7.587, de 30 de março de 2012, com alterações posteriores, por ocasião das respectivas posses.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 03 de maio de 2018, 130º da República.

JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR

Protocolo 73433

Secretaria de Estado do Governo - SEGOV

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004 /2018-SEGOV

PROCESSO nº: 20180042000092

Contrato nº 004/2018, oriundo de procedimento de Ata de Registro de Preços nº 03/2017 - SEGPLAN

OBJETO: Contratação de prestação de empresa especializada na prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), VC1, VC2 e VC3, DDI e pacotes de dados e demais serviços complementares constantes no Termo de Referência e sua anexos.

CONTRATANTE: ESTADO DE GOIÁS através da SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEGOV.

CONTRATADA: TIM CELULAR S.A - CNPJ nº 04.206.050/0001-80

VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses, a partir de 02/05/2018, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

VALOR TOTAL: R\$ 83.304,00(oitenta e três mil e trezentos e quatro reais)

GESTOR: Caio Almeida do Amaral - CPF/MF nº 004.873.531-02 (Portaria nº 045/2018).

SUPLENTE: Murilo Macedo Bernardes - CPF/MF nº 015.882.871-22.

NORMA LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 17.685 e 17.928/2012.

Protocolo 73361

Secretaria de Estado da Casa Militar

Processo nº 201800015000046

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 04/2018 - SECM
Identificação do Termo: Extrato do Contrato nº 07/2018-SECM
Objeto Original: fornecimento de materiais de expediente, custeio e afins à Secretaria de Estado da Casa Militar, por um período de 12 (doze) meses.

Valor: R\$ 84.579,60 (oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)

Partes:

CNPJ: 37.261.757/0001-49

Nome/Razão Social: Secretaria de Estado da Casa Militar

CNPJ: 13.712.784/0001-22

Nome/Razão Social: GOIÁSPAPER DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

Vigência: Início: 02/05/2018 - Término: 01/05/2019

Gestor: Esequiel Alves Pimenta - CPF nº 767.104.751-15

Dotação Orçamentária / Fonte de Recursos: 2018.16.01.04.122.40 02.4002.03.100

Sujeição à Legislação Vigente: O presente Termo se sujeita ao Estatuto Licitatório e demais legislações vigentes.

Casa Militar, 03 de maio de 2018.

Divino Alves de Oliveira - CEL QOPM
Secretário - Chefe da Casa Militar

Protocolo 73273

Promotora De Liquidação – PROLIQUIDAÇÃO
EMATER (EMPRESA)

 Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás – EMATER-GO Em Liquidação
 CNPJ: 02.208.155/0001-43

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016**
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE

O Presidente da Promotora de Liquidação – PROLIQUIDAÇÃO - e investido na qualidade de Liquidante da EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS – EMATER-GO EM LIQUIDAÇÃO, vem apresentar ao seu acionista, o Estado de Goiás, e ao público em geral as Demonstrações Financeiras do exercício social, encerrado em 31 de Dezembro de 2017, comparativas a 2016, ao mesmo tempo em que coloca à disposição dos interessados os documentos suportes e comprobatórios previstos na Lei 6.404/76.

Goiânia, 25 de janeiro de 2018.

Jailton Paulo Nunes
 Presidente da PROLIQUIDAÇÃO
 Liquidante da EMATER-GO Em Liquidação

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (em reais)**

ATIVO	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE		30.322.244,86	46.217.950,12
DISPONIVEL		18.535.790,51	23.909.472,00
Caixa e Equivalente de Caixa	3	18.535.790,51	23.909.472,00
CRÉDITOS	4	11.786.454,35	22.308.478,12
Outros Créditos	4a	11.767.753,81	22.279.417,57
Acordos de Processos Judiciais	4a	7.760,90	19.771,93
Adiantamentos	4b	10.210,18	9.212,06
Impostos a Recuperar	4c	64,72	76,56
Despesas a Apropriar	4b	664,74	-
NÃO CIRCULANTE	5	17.463.801,26	15.659.171,84
Realizável a Longo Prazo	5a	14.578.099,79	11.819.098,57
Imobilizado	5b	2.885.701,47	3.840.073,27
TOTAL DO ATIVO		47.786.046,12	61.877.121,96
PASSIVO			
CIRCULANTE	6	703.139,51	8.571.664,90
Fornecedores	6a	6.479,57	4.811,49
Adiantamentos de Clientes	6a	9.705,14	-
Obrigações Sociais e Fiscais	6b	619.091,18	4.770.928,51
Obrigações com Pessoal	6b	32.016,97	27.811,75
Outras Obrigações		-	3.238.827,79
Parcelamentos	6c	-	496.983,26
Provisões da Folha	6d	35.846,65	32.302,10
NÃO CIRCULANTE	7	15.362.158,90	49.610.459,19
Obrigações C/ Controlador	7a	12.123.331,11	49.369.092,53
Parcelamentos		-	241.366,66
Outras Obrigações L.P.	7b	3.238.827,79	-
PATRIMONIO LIQUIDO		31.720.747,71	3.694.997,87
Capital Realizado	8	3.616.565,41	3.616.565,41
Reserva de Lucros		28.104.182,30	-
Prejuízos Acumulados		-	78.432,46
TOTAL DO PASSIVO		47.786.046,12	61.877.121,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Em reais

	NOTA	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		529.845,07	1.242.377,79
Subvenções Tesouro Estadual	9	529.845,07	1.242.377,79
DESPESAS OPERACIONAIS		(733.199,81)	(4.120.882,51)
ADMINISTRATIVAS	10	(733.199,81)	(4.120.882,51)
Despesas c/ Pessoal		(493.975,91)	(3.967.119,17)
Despesas Administrativas		(228.052,27)	(144.340,22)
Depreciação		(7.627,08)	(15.456,85)
Provisões s/ Folha		(3.544,55)	6.033,73
RESULTADO FINANCEIRO	11	3.016.165,83	441.132,22
Despesas Financeiras	11a	(609.123,46)	(2.188.747,45)
Receitas Financeiras	11a	3.625.289,29	2.629.879,67
RESULTADO OUTRAS RECEITAS/DESPESAS		40.774.472,53	96.384.962,74
Resultado da Alienação do Patrimônio	11b	37.902.948,53	92.159.214,98
Outras Resultados	11a	2.871.524,00	4.225.747,76
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		43.587.283,62	93.947.590,24
Provisão para CSLL		(4.089.696,19)	(3.850.492,94)
Provisão para IRPJ		(11.336.267,20)	(10.671.813,72)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		28.161.320,23	79.425.283,58

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas neste conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em reais**

Fontes de Alteração	Capital Social	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Reserva de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2014	3.616.565,41	(111.427.511,02)	-	(107.810.945,61)
Ajustes de exerc. anteriores	-	(3.007,52)	-	(3.007,52)
Resultado do exercício	-	32.083.667,42	-	32.083.667,42
SALDOS EM 31/12/2015	3.616.565,41	(79.346.851,12)	-	(75.730.285,71)
Ajustes de exerc. anteriores	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	79.425.283,58	-	79.425.283,58
SALDOS EM 31/12/2016	3.616.565,41	78.432,46	-	3.694.997,87
Ajustes de exerc. anteriores	-	-	(135.570,39)	(135.570,39)
Transferência	-	(78.432,46)	78.432,46	-
Resultado do exercício	-	-	28.161.320,23	28.161.320,23
SALDOS EM 31/12/2017	3.616.565,41	0,00	28.104.182,30	31.720.747,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em R\$ 1,00)**

METODO INDIRETO

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

2017

43.587.283,62

2016

93.947.590,24

Ajustes por:

Depreciação	7.627,08	15.456,85
Despesas de Juros com controlador	428.244,40	0,00
Provisões s/ Folha	3.544,55	6.033,73
Ajuste de Exercício Anterior	(135.570,39)	0,00
Resultado da Venda de Ativos Imobilizados	(37.902.948,53)	(92.159.214,98)
	5.988.180,73	1.809.865,84

(Aumento) ou redução nos Ativos Operacionais

(8.288.767,55) **(16.354.913,18)**

(+ ou -) Contas a receber (5.800.079,77) (16.639.530,02)

(+ ou -) Adiantamentos (1.651,02) (756,46)

(+ ou -) Outros Créditos 12.011,03 (5.270,66)

(+ ou -) Ativo Não Circulante (2.499.047,79) 290.643,96

Aumento ou (redução) nos Passivos Operacionais **(727.193,23)** **4.169.469,31**

(+ ou -) Fornecedores 1.668,08 (435.587,78)

(+ ou -) Obrigações Trabalhistas 4.205,22 (13.722,23)

(+ ou -) Obrigações Sociais e Fiscais (4.421,75) (201.981,06)

(+ ou -) Outras Contas a Pagar (3.726.105,91) 3.197.798,53

(+ ou -) Passivo Não Circulante 2.997.461,13 1.622.961,85

Caixa Proveniente das Operações **(3.027.780,05)** **(10.375.578,03)**

Imposto Pago (19.573.378,97) (9.638.349,29)

Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais

(22.601.159,02)

(20.013.927,32)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de Ativo Imobilizado 0,00 (8.630,00)

Recebimento na Alienação do Imobilizado 54.901.483,35 92.758.393,28

Deposito Judicial (71.720,33)

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento

54.901.483,35

92.678.042,95

Pagamento dividas com controlador LP (37.674.005,82) (56.500.000,00)

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento

(37.674.005,82)

(56.500.000,00)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa **(5.373.681,49)** **16.164.115,63**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período 23.909.472,00 7.745.356,37

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 18.535.790,51 23.909.472,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS – EMATER-GO EM LIQUIDAÇÃO - empresa pública reativada pela Lei nº 16.978 de 29/04/2010, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, com estatuto aprovado pelo decreto nº 7.124 de 25/06/2010, possuía finalidade científica, tecnológica e sócio-econômica.

Com a reforma administrativa, definida pela Lei Estadual nº 17.257, de 25/01/2011, em seu art. 2º, inciso VIII, a EMATER-GO foi posta em liquidação passando suas atividades e pessoal para sua sucessora, a Agência Emater, autarquia estadual, bem como, determinou a transferência do seu patrimônio remanescente ao final do processo de liquidação.

Atualmente, a EMATER-GO - em liquidação - está jurisdicionada à Secretaria de Estado de Gestão de Planejamento – SEGPLAN - através da Promotoria de Liquidações – PROLIQUIDAÇÃO - criada pela Lei Estadual 17.257/2011, que é responsável pelas atividades pertinentes aos processos de liquidações das empresas estatais.

Restam, hoje, à EMATER-GO - em liquidação - as atividades próprias do processo de liquidação, ou seja, a realização de seu ativo para pagamento de seu passivo, portanto, suas ações são direcionadas na resolução dos problemas existentes, respeitando as diretrizes da administração pública, bem como a legislação relativa ao processo de liquidação, fatos estes que devem ser considerados na análise das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2017.

NOTA 02 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 2017, essas demonstrações financeiras seguiram as mesmas práticas adotadas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais estão de acordo com as alterações introduzidas na legislação societária pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, que alteram a Lei nº 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – e ressalta serem relevantes os seguintes pontos:

- a) O regime adotado para registro dos direitos, obrigações, receitas e despesas, foi o de **COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO**, exceto para os valores oriundos de transferências do Tesouro Estadual (NOTA 09), que foram apropriados pelo regime de CAIXA, ou seja, pelo efetivo recebimento e correlato às liberações (empenhos liquidados) do pagador;
- b) As obrigações com controlador representam a contrapartida da dívida previdenciária da EMATER-GO, em liquidação, assumida, em 1998, pelo Estado conforme a Lei nº 13.115 de 16/07/1997, atualizada mensalmente pela TJLP e apropriada ao resultado do exercício (NOTA 7a);
- c) O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 12 meses;
- d) O Ativo Circulante é representado pelos saldos de caixa e equivalente de caixa (NOTA 03), acordos de processos judiciais, adiantamentos, impostos a recuperar, outros créditos (NOTA 04);
- e) O Ativo não Circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais, incorridas até a data do balanço;
- f) Os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção deduzido da depreciação. A depreciação dos bens em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na (NOTA 05b) e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens;
- g) Uma Provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente, como consequência de um evento passado. É provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (NOTA 6d);
- h) As bases de cálculo, para imposto de renda e contribuição social, foram determinadas com base em resultados apurados em balancetes mensais de suspensão, após as adições e exclusões fiscais permitidas, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes.

NOTA 03 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são compostas por valores de alta liquidez. Os valores alistados em bancos e aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2017	2016
Aplicações Financeiras	18.527.911,69	23.902.934,82
Banco	7.878,82	6.537,18
	18.535.790,51	23.909.472,00

NOTA 04 – CRÉDITOS

a) Acordos de Processos Judiciais e Outros Créditos

Registram os valores a receber no curto prazo relativos a acordos judiciais pactuado com alguns dos credores, no âmbito dos respectivos processos, e vendas parceladas de bens do ativo imobilizado.

	2017	2016
Venda de Bens do Ativo Ñ Circ	11.767.753,81	22.279.417,57
Acordos de Processos Judiciais	7.760,90	19.771,93
	11.775.514,71	22.299.189,50

b) Adiantamentos

Os adiantamentos são compostos por valores pagos a título de Férias a serem gozadas no início do exercício seguinte e despesas pagas antecipadamente.

	2017	2016
Adiantamento de férias	10.210,18	8.812,06
Despesas Antecipadas	664,74	-
Adiantamento de viagens	-	400,00
	10.874,92	9.212,06

c) Impostos a Recuperar

	2017	2016
IRPJ - Saldo Negativo 2016	47,59	-
CSLL - Saldo Negativo 2016	17,13	-
ISS a Recuperar	-	76,56
	64,72	76,56

NOTA 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Realizável a Longo Prazo

Do montante de R\$ 15.281.679,09 (quinze milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e nove centavos), estão reconhecidos na conta Provisão para Devedores Duvidosos a importância de R\$ 703.579,30 (setecentos e três mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta centavos), por não haver perspectiva de recebimento para os próximos 12 meses, e valores a receber referentes a venda de ativo imobilizado por meio de leilão.

	2017	2016
Créditos de venda de Ativos	10.886.241,72	11.668.654,49
Crédito com Controlador	3.549.739,69	-
Créditos Convênios c/ Prefeituras	657.276,42	674.360,97
Igreja Evang. Assembleia – Indeniz.	76.147,72	76.147,72
Depósitos Recursais / Judiciais	64.540,28	64.423,11
Créditos Projeto Luiz Alves	39.390,88	39.390,88
Créditos Operacionais	6.912,00	6.912,00
Processo Justiça Comum	1.430,38	9.873,25
Total Créditos	15.281.679,09	12.539.762,42
(-) Cred. Liq. Duvidosa Conv. Prefeit.	(657.276,42)	(674.360,97)
(-) Cred. Liq. Duvidosa Proj. Luiz Alves	(39.390,88)	(39.390,88)
(-) Cred. Liq. Duvidosa Cred. Operac.	(6.912,00)	(6.912,00)
Total Líquido Geral	14.578.099,79	11.819.098,57

b) Imobilizado

Em 2017, a Companhia optou por avaliar, por meio de teste de recuperabilidade (Impairment), os seus bens do ativo imobilizado, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado, em decorrência de que seu valor contábil não excedeu seu valor recuperável, visto que a quase totalidade de seus bens está totalmente depreciados.

Composição dos Saldos

Discriminação	Taxa Deprec a.a. %	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Máquinas Motores	10%	2.885,21	(1.076,13)	1.809,08	10.360,27
Veículos	20%	15.885,99	(15.885,97)	0,02	-
Aeronave	20%	55.101,57	(55.101,57)	-	-
Biblioteca	10%	-	-	-	-
Máquinas Escritório	10%	444,00	(117,60)	326,40	370,80
Móveis, Utensílios	10%	20.964,23	(11.115,81)	9.848,42	22.947,55
Comput. e Perif.	20%	26.228,56	(23.052,14)	3.176,42	5.238,59
Terrenos	-	414.131,84	-	414.131,84	95.669,63
Aeronave IPC/90	20%	-	-	-	-
Maq. Escrit. IPC/90	10%	-	-	-	-
Móveis, Ut. IPC/90	10%	-	-	-	-
Terrenos IPC/90	-	-	-	-	1.795,00
Bens Cedidos a Terc.	-	2.456.409,29	-	2.456.409,29	3.703.691,43
Totais		2.992.050,69	(106.349,22)	2.885.701,47	3.840.073,27

Movimentação do custo

Discriminação	CONSOLIDADO				Custo
	2016	Adições	Baixas	Transferências	
Máquinas Motores	43.056,58	-	(4.065,32)	(36.106,05)	2.885,21
Veículos	42.885,97	-	(27.000,22)	0,24	15.885,99
Aeronave	55.101,57	-	-	-	55.101,57
Biblioteca	159,06	-	-	(159,06)	-
Máq. Escritório	1.936,54	-	(0,13)	(1.492,41)	444,00
Móveis e Utens.	51.959,20	-	(483,89)	(30.511,08)	20.964,23
Comput. e Perif.	139.572,26	-	(17.375,00)	(95.968,70)	26.228,56
Terrenos	95.669,63	-	(107,86)	318.570,07	414.131,84
Aeronave IPC/90	55.362,00	-	(55.362,00)	-	-
Máq. Escrit. IPC/90	1.027,00	-	(1.027,00)	-	-
Móveis e Ut. IPC/90	2.498,00	-	(2.498,00)	-	-
Terrenos IPC/90	1.795,00	-	(1.795,00)	-	-
Bens Ced. Terc.	3.703.691,43	-	(1.774.874,24)	527.592,10	2.456.409,29
Totais	4.194.714,24	-	(1.884.588,66)	681.925,11	2.992.050,69

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

Registram as obrigações assumidas em decorrência dos custos de manutenção mensal em virtude das atividades de liquidação, tais como, fornecedores, antecipações financeiras recebidas, obrigações sociais e fiscais, obrigações com pessoal, outras obrigações, parcelamento e provisões sobre folha.

a) Fornecedores e Antecipações Financeiras Recebidas

	2017	2016
Antecipações Financ. Recebidas	9.705,14	-
Fornecedores	6.479,57	4.811,49
Total	16.184,71	4.811,49

b) Obrigações sociais e fiscais, com Pessoal e Cíveis

As obrigações sociais estão compostas por INSS e FGTS. As obrigações fiscais estão compostas por IRRF sobre serviços PJ/PF e folha, ISS retido e IRPJ/CSLL a recolher. As obrigações com pessoal se referem a salários a pagar e retenções em folha.

	2017	2016
Obrigações Fiscais	604.416,41	4.758.010,90
Obrigações c/ Pessoal	32.016,97	27.811,75
Obrigações Sociais	14.674,77	12.917,61
Total	651.108,15	4.798.740,26

c) Parcelamentos de débitos

No decurso do exercício de 2017, houve a quitação relativa ao saldo residual do parcelamento firmado junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) em 2003, para pagamento em 180 parcelas.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Parcelamento FNDE	-	496.983,26	-	241.366,66
TOTAL	-	496.983,26	-	241.366,66

d) Provisões da Folha

	2017	2016
Provisão p/ Férias	26.751,23	24.434,40
Provisão p/ INSS	6.955,32	6.352,95
Provisão p/ FGTS	2.140,10	1.514,75
	35.846,65	32.302,10

Saldo de provisões sobre folha devidamente provisionado de acordo com os períodos aquisitivos de férias mais 1/3, dos servidores registrados pela Entidade, e

calculados os encargos com a alíquota vigente.

NOTA 07 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	2016	Transferência/ baixa	Juros/provisões/Depósitos	2017
Obrigações c/ Controlador (a)	49.369.092,53	(37.677.662,41)	431.900,99	12.123.331,11
Parcelamentos	241.366,66	(246.029,26)	4.662,60	-
Obrigações Trabalhistas (b)	-	3.238.827,79	-	3.238.827,79
Totais	49.610.459,19	(34.684.863,88)	436.563,59	15.362.158,90

Registram as Obrigações com Controlador, Parcelamentos e Obrigações Judiciais. Durante o exercício de 2017, estas obrigações foram ajustadas em decorrência do reconhecimento de juros do próprio exercício, transferência, baixas e devidas reclassificações, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

a) Obrigações c/ Controlador

	2017	2016
Obrigações c/ Controlador	12.123.331,11	49.369.092,53
	12.123.331,11	49.369.092,53

O passivo residual de R\$ 12.123.331,11 (doze milhões e cento e vinte e três mil e trezentos e trinta e um reais e onze centavos), representa a contrapartida da dívida previdenciária da EMATER-GO em liquidação, assumida em 1998 pelo Estado, conforme a Lei nº 13.115 de 16/07/1997, atualizado mensalmente pela TJLP e apropriado ao resultado do exercício.

Em 2017 a EMATER-GO em liquidação realizou pagamentos parciais ao Controlador, no total de R\$ 37.674.005,82 (trinta e sete milhões e seiscentos e setenta e quatro mil e cinco reais e oitenta e dois centavos). Desse, R\$ 1.959.000,00 (um milhão e novecentos e cinquenta e nove reais), foram em recursos próprios e R\$ 35.715.005,82 (trinta e cinco milhões e setecentos e quinze mil e cinco reais e oitenta e dois centavos), em bens imóveis.

b) Outras Obrigações de L.P.

	2017	2016
Obrigações Trabalhistas	3.238.827,79	-
	3.238.827,79	-

As obrigações cíveis se referem a ações cujo processo transitou em julgado, com decisão desfavorável a Emater-GO em Liquidação.

NOTA 08 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.616.565,41 (três milhões, seiscentos dezesseis mil, quinhentos sessenta cinco reais e quarenta e um centavos) sendo o Governo do Estado de Goiás o único proprietário.

NOTA 09 – SUBVENÇÕES ECONÔMICAS

Em razão do processo de liquidação em que a EMATER-GO está submetida e sem receitas próprias suficientes, mensalmente, a empresa recebe do Tesouro Estadual subvenções econômicas para o custeio, cujos valores, em 2017, totalizaram R\$ 529.845,07 (quinhentos e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sete centavos), os quais foram aplicados nos pagamentos de despesas correntes e pagamentos das parcelas do parcelamento.

	2017	2016
Receitas de Subvenções	529.845,07	1.242.377,79
TOTAL	529.845,07	1.242.377,79

NOTA 10 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

COM PESSOAL

	2017	2016
Remunerações	253.793,30	415.514,06
Encargos Sociais	114.032,35	168.468,38
Conselheiros e Autônomos	72.880,00	77.730,00
Férias	29.559,78	44.236,58
13º Salário	23.710,48	23.647,48
Acordos Trabalhistas	-	3.237.522,67
TOTAL	493.975,91	3.967.119,17

ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Aluguéis, Locações e Condomínios	70.600,00	35.140,72
Serviços Diversos	41.990,70	43.984,47
Custas Cartoriais e Judiciais	27.226,95	3.012,09
Despesas Indedutíveis	26.555,66	14.611,75
Energia, Telefone e Internet	18.978,04	12.038,92
Material de Expediente e Consumo	10.033,05	12.768,53
Demais Despesas Administrativas	9.338,61	2.905,88
Combustíveis e Lubrificantes	8.775,70	11.065,49
Depreciação	7.627,08	15.456,85
Conservação e Limpeza	7.623,56	4.172,03
Taxas Diversas	6.930,00	4.640,34
TOTAL	235.679,35	159.797,07

NOTA 11 – FINANCEIRO

a) Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	3.607.877,03	2.629.879,67
Receita financeiras AVP	2.871.524,00	4.004.058,11
Recuperação de Despesas	17.412,26	221.689,65
TOTAL	6.496.813,29	6.855.627,43
DESPESAS FINANCEIRAS		
Atualização de Débitos L.P.	432.907,00	2.049.508,57
Juros/Encargos	170.762,26	123.024,91
Demais Despesas	5.454,20	16.213,97
TOTAL	609.123,46	2.188.747,45

RESULTADO FINANCEIRO	5.887.689,83	4.666.879,98
b) Resulta na venda de imobilizado		
	2017	2016
Venda de Bens do Imobilizado	38.589.739,82	92.758.393,28
Custo da Baixa do Imobilizado	(686.791,29)	(599.178,30)
TOTAL	37.902.948,53	92.159.214,98

NOTA 12 – TESTE DE RECUPERABILIDADE

Em 2017, a companhia realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment) em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado.

NOTA 13 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Liquidante autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, em 25 de janeiro de 2018, as quais levam em consideração os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

NOTA 14 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização não houve indicação de evento que pudesse ser objeto de nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Jailton Paulo Nunes
Presidente da PROLIQUIDAÇÃO
Liquidante da EMATER-GO em liquidação

Ézio Donizeth Lopes
RT. Contador CRC GO-010049
CPF: 492.047.181-53

Ézio Gomes Fernandes
Chefe da Gestão Contábil

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Liquidante da

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS – EMATER GO em Liquidação.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS – EMATER GO em Liquidação (Entidade)** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS – EMATER GO em Liquidação (Entidade)** - em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Impairment de ativos não financeiro

Os detalhes sobre a política contábil, relativos ao teste, para redução do valor recuperável dos ativos, estão descritos nas Notas "5b - IMOBILIZADO" e "12 – TESTE DE RECUPERABILIDADE", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela Administração da Entidade, sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado, no montante de R\$ 2.885 milhões, envolve julgamentos complexos e subjetivos, contudo, não abrange os pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Entidade, em virtude do processo de Liquidação desta, onde a maioria dos bens constantes no grupo do ativo imobilizado, no montante de R\$ 2.456 milhões, estão cedidos a terceiros, sendo assim, os julgamentos e pressupostos feitos pela administração da Entidade, para determinar o valor em uso das UGCs, não incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC, mas, sim, os valores de mercado dos bens do grupo do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2017, a administração da Entidade revisou o valor recuperável dos ativos, acima referidos, e, como resultado, não foi identificada a necessidade de redução ao valor recuperável do ativo relacionado, o qual manteve registrado nas demonstrações contábeis do exercício, findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos já existentes.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada e a provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como dos procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs e/ou a avaliação a valor de mercado.

Utilizamos nossos especialistas para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos, bem como para compararmos as projeções com as expectativas dos mercados e setores das UGCs da Entidade, e se estas estavam de acordo com os procedimentos efetivos. Contudo, em virtude do processo de liquidação da Entidade e do vulto de bens cedidos a terceiros, a Entidade optou apenas por realizar testes, a valores de mercado, dos bens constantes no grupo do ativo imobilizado, os quais foram, por esta auditoria, verificados.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca da premissa utilizada pela administração (valor de mercado) com o objetivo de observar se essa premissa requereria necessidade de contabilização de impairment, significativamente, diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tal mudança ocorrer na premissa.

Avaliamos a adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

▪ Obrigações com o Controlador

Os detalhes sobre a política contábil relativa a "OBRIGAÇÕES COM O CONTROLADOR" estão descritos na Nota "07a", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela Administração da Entidade, sobre as obrigações com o controlador, no montante de R\$ 12.123 milhões, se baseia, principalmente, na Lei Nº 13.115, de 16 de julho de 1997, onde o Estado de Goiás autoriza a assumir, através da Chefia do Poder Executivo, exclusivamente para fins de parcelamento ou reparcelamento na forma e nas condições estabelecidas na Legislação federal pertinente, as dívidas para com o INSS de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo, para tanto, utilizar, vincular e permitir a retenção de parcelas do Fundo de Participação dos Estados, para o pagamento de prestações do principal e seus acessórios, incluídos eventuais valores moratórios, contudo, o Estado sub-rogar-se-á no direito correspondente aos respectivos créditos de suas controladas.

Resposta da auditoria ao assunto

Testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para atualização da obrigação junto ao Controlador, inclusive sobre a taxa utilizada, e visualizamos que tais débitos se baseiam na Lei Nº 13.115/1997.

Realizamos testes na planilha de cálculo de juros para verificar a confiabilidade dos cálculos apresentados para fins de reconhecimentos contábeis, onde, neste caso, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 20 de abril de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

O Liquidante da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório do Liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do Liquidante, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes, para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e suas respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas, nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 18 de abril de 2018.

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

Joselito Francisco Xavier
Contador CRC GO-012507/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 02 dias do mês de maio de 2018, às 9:00 hs, na sede da Promotoria de Liquidações – PROLIQUIDAÇÃO e da EMATER-GO em liquidação, localizada à rua 05, nº 833, 8º andar, Ed. Palácio de Prata, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP nº. 74.115-060, os Membros do Conselho Fiscal da Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás – EMATER-GO em liquidação, nomeados pelo Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, através da Portaria nº 007/2018 - SEGPLAN, de 08.01.18, publicado no DOEGO de 10/01/2018, pág. 03, os srs. conselheiros Rogério Santana Ferreira, CPF 467.343.921-04, Marcos Teixeira Mello, CPF 049.202.441-34 e Liliane Maria Cruvinel Siqueira, CPF 166.595.621-68, reunidos para análise e emissão de parecer, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparativas a 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, bem como das Notas Explicativas, que faz parte das referidas demonstrações.

Baseado nesta análise, no acompanhamento mensal dos balancetes e documentos comprobatórios, no Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 18.04.2018 pela empresa Work7 Auditores Independentes SS, que não apontou irregularidades ou mesmo fez ressalvas, este Conselho aprova as referidas Demonstrações Financeiras.

Para corroborar o analisado pela Auditoria Independente, o responsável pela Gestão Contábil, sr. Ézio Gomes Fernandes, confirma que a contabilidade não apresenta nenhuma inconsistência.

Atendendo ainda aos termos do art. 10, inciso XVIII, alíneas “a”, “b” e “c”, da Resolução Normativa nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, informamos que não foram identificados irregularidades, ilegalidades, atos de gestão antieconômicos, e que aprovamos a gestão e concluímos pela regular situação do Liquidante perante os cofres da entidade.

Rogério Santana Ferreira
Presidente do Conselho

Marcos Teixeira Mello
Conselheiro

Liliane Maria Cruvinel Siqueira
Conselheiro

Protocolo 73305

PRODAGO



Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação
CNPJ 24.812.554/0001-51

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

RELATÓRIO DO LIQUIDANTE

O Presidente da Promotoria de Liquidação - PROLIQUIDAÇÃO e investido na qualidade de Liquidante da EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS – PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO, vem apresentar ao seu controlador o Estado de Goiás e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparativas a 2016, ao mesmo tempo em que coloca à disposição dos interessados, os documentos suportes e comprobatórios previstos na Lei 6.404/76.

Jailton Paulo Nunes
Presidente da PROLIQUIDAÇÃO
Liquidante da PRODAGO Em Liquidação

BALANÇO PATRIMONIAL			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em Reais			
ATIVO	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE		1.988.181,36	1.696.204,69
Caixa e Equival. de Caixa	4a	1.520.341,24	1.289.549,94
Créditos a Receber	4b	200.806,99	125.940,32
Adiantamentos	4b	9.918,22	41.936,49
Impostos a Recuperar	4c	257.114,91	238.777,94
NÃO CIRCULANTE		23.049.507,80	40.352.028,70
Realizável a Longo Prazo	5a	539.386,90	502.516,17
Investimentos	5b	80.378,90	69.548,52
Imobilizado	6	22.429.742,00	39.779.964,01
TOTAL DO ATIVO		25.037.689,16	42.048.233,39
PASSIVO	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE		4.833.683,06	6.997.434,19
Fornecedores Nacionais	7a	6.485,97	2.780,06
Obrigações Fiscais	7b	57.142,30	52.068,68
Obrigações c/ Pessoal	7b	354.363,57	334.922,99
Parcelamentos	7c	4.192.721,35	6.195.430,15
Provisões	7d	219.794,21	203.239,17
Outras Obrigações	7e	3.175,66	208.993,14
NÃO CIRCULANTE	8	429.744.225,31	416.632.456,43
Obrigações Tributárias/Sociais	8a	20.576.276,63	20.576.335,16
Parcelamentos	8b	37.773.984,51	39.248.030,07
Obrigações c/ Controlador	8c	348.532.112,60	331.323.782,31
Obrig. Proces. e Prov. Conting.	8d	22.861.851,57	25.484.308,89
PATRIMONIO LIQUIDO		(409.540.219,21)	(381.581.657,23)
Capital Social	9	11.341.219,21	11.341.219,21
Prejuízos Acumulados		(65.187.389,38)	(37.228.827,40)
Patrimônio Líquido Incorporado		(355.694.049,04)	(355.694.049,04)
TOTAL DO PASSIVO		25.037.689,16	42.048.233,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016 - Em Reais			
	NOTA	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		12.600.611,06	23.300.974,28
Subvenção de Manutenção	10	12.235.077,59	23.047.360,79
Locação de Imóveis		365.533,47	253.613,49
(-) Deduções das Receitas		(40.730,59)	(54.221,82)
LUCRO BRUTO		12.559.880,47	23.246.752,46
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(21.531.978,55)	(2.160.259,14)
Pessoal	12	(4.518.075,46)	(3.878.133,40)
Administrativas	12	(206.842,24)	(358.186,54)
Ações Judiciais		-	(72.152,87)
Depreciação	3g	(17.642,45)	(17.842,25)
Despesas Tributárias		(1.843,65)	(1.760,00)
Despesas não dedutíveis		(669.464,26)	(7.390,81)
Provisões (estorno)		425.407,66	2.178.433,12
Outras Receitas / (Despesas)	12	15.199,22	178.262,16
Ganhos (Perdas) Baixa Invest/Imobiliz.	12	(16.096,10)	(181.488,55)
RESULTADO FINANCEIRO		(20.067.779,43)	21.086.493,32
Receita Financeira	12	140.491,59	311.449,68
(-) Despesa Financeira	12	(20.208.271,02)	(33.937.272,82)
RESULT. ANTES DO IRPJ e CSL		(12.497.256,24)	(12.539.329,82)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(12.497.256,24)	(12.539.329,82)

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em Reais**

Fontes de Alteração	Capital Social	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Patrimônio Líquido Incorporado	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2013	11.341.219,21	(90.193.790,58)	(86.588.820,81)	(165.441.392,18)
Patrimônio Líquido Goiastur	-	-	(6.325.667,52)	(6.325.667,52)
Patrimônio Líquido Crisa	-	-	(255.574.149,65)	(255.574.149,65)
Ajuste de Exercício Anterior	-	15.590.444,90	-	15.590.444,90
Resultado Líquido Exercício	-	63.121.231,04	-	63.121.231,04
SALDOS EM 31/12/2014	11.341.219,21	(11.482.114,64)	(348.488.637,98)	(348.629.533,41)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(993.566,99)	(3.619,65)	(997.186,64)
Prejuízo do Exercício	-	(12.157.416,58)	-	(12.157.416,58)
SALDOS EM 31/12/2015	11.341.219,21	(24.633.098,21)	(348.492.257,63)	(361.784.136,63)
Patrimônio Líquido Transurb	-	-	(7.201.791,41)	(7.201.791,41)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(56.399,37)	-	(56.399,37)
Prejuízo do Exercício	-	(12.539.329,82)	-	(12.539.329,82)
SALDOS EM 31/12/2016	11.341.219,21	(37.228.827,40)	(355.694.049,04)	(381.581.657,23)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(15.461.305,74)	-	(15.461.305,74)
Prejuízo do Exercício	-	(12.497.256,24)	-	(12.497.256,24)
SALDOS EM 31/12/2017	11.341.219,21	(65.187.389,38)	(355.694.049,04)	(409.540.219,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em Reais**

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.497.256,24)	(12.539.329,82)
Ajustes por:		
Ajuste de Exercício Anterior	(15.461.305,74)	(56.399,37)
Depreciação	17.642,45	17.842,25
Despesas de Juros LP	17.208.330,29	33.936.164,54
Ajuste a valor justo de ativo	(10.830,38)	0,00
Reversões / Provisões	16.555,04	(2.215.304,16)
Resultado na Baixa Ativo Imob./Investimento	17.332.579,56	181.488,55
Receitas financeiras	(36.870,73)	0,00
PL Incorporado	0,00	(7.201.791,41)
Resultado Líquido Após os Ajustes	6.568.844,25	12.122.670,58
Variações nas contas do ativo	(835.295,37)	(2.223.391,77)
(-) Conta a Receber	(848.976,67)	(46.980,66)
(+) Em Adiantamentos	32.018,27	(21.503,71)
(-) Em Impostos a recuperar	(18.336,97)	(25.566,13)
(-) Ativo Incorporação	0,00	(2.129.341,27)
Variações nas contas do passivo	(6.276.867,58)	(9.404.861,14)
(+) Em Fornecedores	3.705,91	(3.605,32)
(+) Nas Obrigações fiscais e pessoais	24.514,20	117.866,93
(-) Nas Contrib. a Recolher	0,00	36.871,04
(-) Em Parcelamento	(3.476.812,89)	872.939,03
(-) Em Outras Obrigações	(2.828.274,80)	208.185,81
(-) Passivo incorporado	0,00	(10.637.118,63)
Caixa Proveniente das Operações	(543.318,70)	494.417,67
Juros Pagos	0,00	0,00
IRPJ e CSLL pagos	0,00	0,00
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	(543.318,70)	494.417,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	(1.639,00)
Alienação do Imobilizado	774.110,00	0,00
Depósito Judicial	0,00	0,00
Rendimento Aplicação Financeira	0,00	0,00
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento	774.110,00	(1.639,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Receita e Financeira	0,00	0,00
Subvenções Recebidas	0,00	0,00
Caixa Líquido usado nas atividades de financiamento	0,00	0,00
Variações caixa e equivalentes	230.791,30	492.778,67
Saldo inicial de caixa e Equivalentes	1.289.549,94	796.771,27
Saldo final de caixa e Equivalentes	1.520.341,24	1.289.549,94
Variações de caixa e equivalentes	230.791,30	492.778,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em Liquidação - nova denominação da Empresa Estadual de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Social – EMCIDEC - aprovada nos termos do Inciso I, do parágrafo único, do Art. 14, da Lei n.º 13.456, de 16.04.1999 e Decreto Estadual nº 5.066 de 24.06.199, cuja finalidade era executar a política de informática do Estado de Goiás para a administração direta, indireta e a terceiros. Sendo assim, a PRODAGO em liquidação, é uma empresa pública de direito privado, em liquidação ordinária, atualmente jurisdicionada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, regendo-se pelo seu estatuto e pela Legislação Federal específica, no que lhe for aplicável.

NOTA 02 – DA LIQUIDAÇÃO

A Lei 13.550, de 11 de novembro de 1999, que modificava a organização administrativa do Poder Executivo e dava outras providências, determinava, em seu Capítulo II - da liquidação e desconstituição de Empresas, Artigo 18, Inciso IV, que, a partir daquela data, a PRODAGO estava submetida ao processo de Liquidação Extrajudicial, conforme legislação específica, e com suas atividades institucionais transferidas para autarquia estadual criada para absorver essas atividades.

Com o processo de liquidação, restaram a PRODAGO as atividades próprias de um processo de liquidação, ou seja, a realização de seu ativo para pagamento de seu passivo. Portanto, suas ações são direcionadas na resolução dos problemas existentes, respeitando as diretrizes da administração pública, bem como a legislação relativa ao processo de liquidação.

O Governo do Estado de Goiás, acionista majoritário das empresas TRANSURB, CRISA, GOIÁSTUR, CASEGO, EMATER-GO, METAGO e CERNE, todas em processo de liquidação, após estudos realizados pela Promotoria de Liquidação sobre a situação dos processos de liquidações desses entes que se arrastavam há vários anos, trazendo enormes custos administrativos para manutenção da massa falida das empresas acima, concluiu que a legislação atual não veda a incorporação de empresa pública e/ou sociedade de economia mista com patrimônio líquido negativo, tampouco estando em processo de liquidação. Nesse sentido, através da Lei Estadual nº 17.855 de 10/12/2012, ficou o Chefe do Poder Executivo autorizado a, entre outras coisas, promover a incorporação, inclusive entre si, das empresas públicas e sociedades de economia mista em processo de liquidação.

Após os estudos prévios, a autorização legislativa e a definição de que a entidade incorporadora seria a Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em liquidação - teve início o processo de incorporação gradativo das empresas, iniciando pela incorporação em 2013 do CERNE em liquidação, posteriormente em 2014 foram efetivadas as incorporações da GOIÁSTUR em liquidação e CRISA em liquidação, e por fim, em 2016 incorporou-se a TRANSURB em liquidação, fatos que devem ser considerados na análise das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2017, especificamente na comparabilidade dos exercícios.

NOTA 03 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 2017, essas demonstrações financeiras seguiram as mesmas práticas adotadas no encerramento do exercício findo, em 31 de dezembro de 2016, em especial a Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009 e que estão de acordo com as alterações introduzidas na legislação societária pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que alteram a Lei nº 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e ressalta serem relevantes os seguintes pontos:

- a) O regime adotado, para registro dos direitos, obrigações, custos, receitas e despesas, foi o de **COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO**, exceto para os valores oriundos de transferências do Tesouro Estadual (NOTA 10), através de subvenções econômicas, que foram apropriados pelo regime de CAIXA, ou seja, pelo efetivo recebimento e correlato às liberações (empenhos liquidados) do pagador;
- b) Foram reconhecidos, mensalmente, os juros e atualizações dos débitos para com o Controlador e os débitos parcelados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (NOTA 08);
- c) O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 12 meses;
- d) O **ATIVO CIRCULANTE** é representado pelos saldos de caixa, equivalentes de caixa e créditos a receber (NOTA 04);
- e) O **ATIVO NÃO CIRCULANTE** é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço (NOTA 05);
- f) Os bens do Ativo Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos até 31 de Dezembro de 1995. Assim, os efeitos de correção monetária do balanço não existem, desde 1996, por determinação legal. Da totalidade dos bens do Ativo Imobilizado, cerca de 91,35% estão cedidos para uso de terceiros, órgãos públicos da esfera estadual e municipal (NOTA 06);
- g) As Depreciações sobre Ativos Imobilizados dos bens em uso neste exercício, foi calculada sobre o custo histórico, pelo método linear, considerando vida útil do bem e que geraram despesas no exercício de R\$ 17.642,45 (dezesete mil, seiscentos quarenta dois reais e quarenta cinco centavos) (NOTA 06);
- h) As provisões são reconhecidas no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente, como consequência de um evento passado. É provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido;
- i) As bases de cálculo, para imposto de renda e contribuição social, foram determinadas com base em resultados apurados em balancetes mensais de suspensão, após as adições e exclusões fiscais permitidas, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes.
- j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**
O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- k) Redução a Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (Impairment)**
Os ativos sujeitos a depreciação devem ser revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Em 2017 a companhia novamente realizou o Teste de Impairment em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado.

NOTA 04 – ATIVO CIRCULANTE

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são compostas por valores de alta liquidez. Os valores alistados em ordem de pagamentos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2017	2016
Ordem de Pagamento	1.461.538,67	1.222.169,52
Banco CEF Ag. 4204 C/C 80-3	58.802,57	67.321,89

Banco do BRASIL Ag. 86-8 C/C 72644-3	0,00	58,53
	1.520.341,24	1.289.549,94

b) Créditos a Receber e Adiantamentos

CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS

	2017	2016
Valores a receber	3.166,56	3.166,56
Aluguéis a Receber	53.735,84	122.773,76
Alienação Ativo Parcelado	143.904,59	-
	200.806,99	125.940,32
	2017	2016
Adiantamento de Férias	9.918,22	41.936,49
	9.918,22	41.936,49

c) Impostos a Recuperar

Em 2016 a empresa solicitou à Receita Federal a restituição dos valores relativos aos saldos negativos de IRPJ/CSLL através do PER/DCOMP, com isso, os valores foram reclassificados em contas que representem os pedidos feitos.

IMPOSTOS A RECUPERAR

	2017	2016
P. Restituição Saldo Negativo IRPJ	178.532,68	165.800,04
P. Restituição Saldo Negativo CSLL	78.582,23	72.977,90
	257.114,91	238.777,94

NOTA 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Realizável a Longo Prazo

CRÉDITOS A RECEBER LONGO PRAZO

	2017	2016
Créditos a Receber	100.629,76	100.832,86
Depósitos Recursais/Judic.	438.757,14	401.683,31
TOTAL	539.386,90	502.516,17

O valor registrado como créditos a receber de R\$ 100.629,76 (cem mil, seiscentos vinte nove reais e setenta seis centavos), se refere a direito de parte de imóvel situado na cidade de Caldas Novas, que constava nos registros da GOIASTUR que foi incorporada em 2014.

O montante de R\$ 438.757,14 (quatrocentos trinta oito mil, setecentos cinquenta sete reais e quatorze centavos) refere-se a recursos que foram pagos à justiça trabalhista para interposição de recurso em processos trabalhistas, cujos processos em sua maioria, já foram extintos e aguarda a liberação dos valores por parte da justiça, bem como valores relativos a bloqueios judiciais.

Em 2016 a PRODAGO em liquidação encaminhou ao juízo da Vara Auxiliar de Execuções do TRT 18ª Região, ofício com a relação de todos os depósitos recursais pendentes de devolução e, ainda, requereu providências para que esta solicitasse junto às demais varas trabalhistas, a devolução dos depósitos recursais de todos os processos que se encontram encerrados, justificável em razão de que muitos desses processos já foram incinerados.

b) Investimento

Este grupo de contas representa a participação acionária em empresas estatais e ações de empresas telefônicas.

Os investimentos nas empresas telefônicas foram ajustados ao seu valor justo utilizando-se da cotação das ações do último pregão do ano e suas variações reconhecidas no resultado.

Para os demais investimentos manteve-se os ajustes realizados no final de 2016 em razão dessas empresas serem de capital fechado, e não tiveram variações em seus resultados para o exercício de 2017.

	2017	2016
Investimentos	80.378,90	69.548,52
TOTAL	80.378,90	69.548,52

NOTA 06 – IMOBILIZADO

Estão representados pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade, acrescidos dos bens das empresas incorporadas.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas pela Entidade estão de acordo com a vida útil dos bens conforme demonstrado no quadro denominado "Composição dos Saldos".

Em 2017 a companhia novamente realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment) em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado.

Neste exercício foram realizadas baixas em função de alienações através de Leilões e, ainda, baixou-se o montante de R\$ 16.542.621,27 das contas de "Terrenos – CRISA" e "Edif. e Benfeitorias – CRISA" objeto do processo administrativo nº 20120005000664 onde a Procuradoria Geral do Estado, após ampla discussão e análise da situação, concluiu pela reversão do imóvel ao Estado de Goiás por descumprimento de cláusula resolutiva imposta na doação do imóvel, culminando com a escritura de revogação de doação de imóvel registrado no Cartório do 2º Tabelionato de Notas de Goiânia.

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

Discriminação	Taxa Dep. a.a.%	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Máquinas, Motores	10%	7.011,17	3.714,03	3.297,14	3.781,02
Mobiliário em Geral	10%	24.374,73	17.307,25	7.067,48	8.636,48
Objeto de Escritório	10%	41,69	41,69	-	-
Utensílios Diversos	10%	10.652,00	4.541,04	6.110,96	7.176,32
Veículos	20%	16.801,47	16.801,47	-	-
Obras de Artes	-	452,31	-	452,31	452,31
Comp. e Periféricos	20%	30.438,30	24.553,02	5.885,28	10.139,19
Móveis e Utensílios – Cerne	10%	26.184,87	17.002,71	9.182,16	11.629,32
Equip. Escritório – Cerne	10%	146,40	146,40	-	-
Comp. e Equip. – Cerne	10%	12.953,03	12.953,03	-	133,67
Veículo – Cerne	20%	0,01	0,01	-	0,01
Transmissor e Equip. – Cerne	20%	3.015,02	3.015,02	-	-
Móveis e Utensíl. – Goiastur	10%	9.979,00	5.868,30	4.110,70	5.108,38
Comp. e Periféricos – Crisa	20%	23.027,70	21.506,81	1.520,89	2.562,01

Móveis e Utensílios – Crisa	10%	18.554,13	14.165,43	4.388,70	5.473,62
Terrenos – Crisa	-	1.569.338,00	-	1.569.338,00	1.713.283,00
Edif. e Benfeitorias – Crisa	-	205.000,00	-	205.000,00	205.000,00
Máq., Motores Apar. – Crisa	10%	1.185,00	1.185,00	-	149,11
Veículos – Crisa	20%	14.628,90	7.556,87	7.072,03	9.997,27
Terrenos – Proadago	-	110.325,46	-	110.325,46	110.325,46
Móveis e Utensil. – Transurb	10%	16.329,00	10.972,19	5.356,81	6.787,44
Comp. e Periféricos – Transurb	20%	11.106,83	10.206,83	900,00	1.510,75
Totais de Bens em Uso		2.111.545,02	171.537,10	1.940.007,92	2.102.145,36
Máq., Motores Apar.		72.064,89	-	72.064,89	77.757,93
Mobiliário em Geral		2.619,13	-	2.619,13	2.966,90
Objeto de Escritório		0,34	-	0,34	0,35
Utensílios Diversos		450,32	-	450,32	450,34
Material p/ Desenho		0,28	-	0,28	0,30
Instalações		0,32	-	0,32	0,32
Edifício Sede		0,01	-	0,01	0,01
Terrenos		-	-	-	286.929,43
Direitos de Uso		625,70	-	625,70	625,70
Imóveis		35.158,10	-	35.158,10	35.158,10
Terrenos – Cerne		3.689.361,32	-	3.689.361,32	3.689.361,32
Edificações – Cerne		8.642.468,42	-	8.642.468,42	8.642.468,42
Equipamentos Gráficos – Cerne		16.053,43	-	16.053,43	16.053,43
Maquinas Gráficas – Cerne		8.838,53	-	8.838,53	8.838,53
Móveis e Utensílios – Cerne		44.241,83	-	44.241,83	46.420,30
Terrenos – Crisa		3.323.582,54	-	3.323.582,54	12.933.908,00
Edif. e Benfeit. – Crisa		425.000,00	-	425.000,00	7.662.365,27
Utensílios Diversos – Cerne		28.322,51	-	28.322,51	31.177,08
Equip. de Escritório – Cerne		2.639,81	-	2.639,81	3.155,96
Transm. e Equip. – Cerne		992.393,15	-	992.393,15	1.033.803,06
Ferramentas – Cerne		2.073,33	-	2.073,33	2.084,73
Motores Elétricos – Cerne		1.988,17	-	1.988,17	1.988,17
Torres e Antenas – Cerne		129.265,91	-	129.265,91	129.265,91
Comp. e Periféricos – Cerne		3.194,79	-	3.194,79	3.194,80
Eq. contra incêndio – Cerne		145,67	-	145,67	145,67
Equip. Elétrico – Cerne		5.271,26	-	5.271,26	5.724,30
Eq. Médico Dentário – Cerne		721,31	-	721,31	721,31
Veículos – Proadago		0,18	-	0,18	0,18
Terrenos – Transurb		513.720,41	-	513.720,41	513.720,41
Edif. e Benfeit. – Transurb		2.549.532,35	-	2.549.532,35	2.549.532,35
Veículos – Transurb		0,06	-	0,06	0,06
Equip. e Instal. – Transurb		0,01	-	0,01	0,01
Totais de Bens Cedidos		20.489.734,08	-	20.489.734,08	37.677.818,65
Total Geral		22.601.279,10	171.537,10	22.429.742,00	39.779.964,01

MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO

Discriminação	CONSOLIDADO				2017
	2016	Movimentação			
	Custo	Aquisições	Baixas	Transfer.	Custo
Maquinas, mot. Apar.	7.717,07	-	(705,90)	-	7.011,17
Mobiliário em Geral	27.226,93	-	(2.852,20)	-	24.374,73
Objeto de Escritório	41,69	-	-	-	41,69
Utensílios Diversos	10.917,24	-	(265,24)	-	10.652,00
Veículos	16.801,47	-	-	-	16.801,47
Obras de Artes	452,31	-	-	-	452,31
Computadores e Periféricos	34.481,36	-	(4.043,06)	-	30.438,30
Móveis e Utensílios - Cerne	26.495,87	-	(311,00)	-	26.184,87
Equip. Escritório – Cerne	354,40	-	(208,00)	-	146,40
Comp. Equip. – Cerne	12.953,03	-	-	-	12.953,03
Veículos – Cerne	0,01	-	-	-	0,01
Transm. Equip. – Cerne	3.015,02	-	-	-	3.015,02
Móveis e Utensílios - Goiastur	9.979,00	-	-	-	9.979,00
Comp. e Periféricos - Crisa	24.073,70	-	(1.046,00)	-	23.027,70
Móveis e Utensílios - Crisa	18.554,13	-	-	-	18.554,13
Terrenos - Crisa	1.713.283,00	-	(143.945,00)	-	1.569.338,00
Edif. e Benfeitorias - Crisa	205.000,00	-	-	-	205.000,00
Máq., Motores Apar. - Crisa	9.220,00	-	(8.035,00)	-	1.185,00
Veículos - Crisa	14.628,90	-	-	-	14.628,90
Terrenos – Proadago	110.325,46	-	-	-	110.325,46
Móveis e Utens. – Transurb	16.529,03	-	(200,03)	-	16.329,00
Comp. e Perifér. – Transurb	18.946,49	-	(7.839,66)	-	11.106,83
Totais Bens em Uso	2.280.996,11	-	(169.451,09)	-	2.111.545,02
Máq., Motores Apar.	77.757,93	-	(5.693,04)	-	72.064,89
Mobiliário em Geral	2.966,90	-	(347,77)	-	2.619,13
Objeto de Escritório	0,35	-	(0,01)	-	0,34
Utensílios Diversos	450,34	-	(0,02)	-	450,32
Material p/ Desenho	0,30	-	(0,02)	-	0,28
Instalações	0,32	-	-	-	0,32
Edifício Sede	0,01	-	-	-	0,01
Terrenos	286.929,43	-	(286.929,43)	-	-
Direitos de Uso	625,70	-	-	-	625,70



Imóveis	35.158,10	-	-	-	35.158,10
Terrenos - Cerne	3.689.361,32	-	-	-	3.689.361,32
Edificações - Cerne	8.642.468,42	-	-	-	8.642.468,42
Equip. Gráficos - Cerne	16.053,43	-	-	-	16.053,43
Maquinas Gráficas - Cerne	8.838,53	-	-	-	8.838,53
Moveis e Utens. - Cerne	46.420,30	-	(2.178,47)	-	44.241,83
Terrenos - Crisa	12.933.908,00	-	(9.610.325,56)	0,10	3.323.582,54
Edific. e Benfeit. - Crisa	7.662.365,27	-	(7.237.365,27)	-	425.000,00
Utensílios Div. - Cerne	31.177,08	-	(2.854,57)	-	28.322,51
Equip. de Esc. - Cerne	3.155,96	-	(516,15)	-	2.639,81
Transm. e Equip. - Cerne	1.033.803,06	-	(41.409,91)	-	992.393,15
Ferramentas - Cerne	2.084,73	-	(11,40)	-	2.073,33
Motores Elétricos - Cerne	1.988,17	-	-	-	1.988,17
Torres e Antenas - Cerne	129.265,91	-	-	-	129.265,91
Comp. e Perif. - Cerne	3.194,80	-	(0,01)	-	3.194,79
Eq. contra inc. - Cerne	145,67	-	-	-	145,67
Equip. Elétrico - Cerne	5.724,30	-	(453,04)	-	5.271,26
Eq. Médico Dent. - Cerne	721,31	-	-	-	721,31
Veículos - Protago	0,18	-	-	-	0,18
Terrenos - Transurb	513.720,41	-	-	-	513.720,41
Edific. e Benfeit. - Transurb	2.549.532,35	-	-	-	2.549.532,35
Veículos - Transurb	0,06	-	-	-	0,06
Equip. e Instal. - Transurb	0,01	-	-	-	0,01
Totais de Bens Cedidos	37.677.818,65	-	(17.188.084,67)	0,10	20.489.734,08
Total Geral	39.958.814,76	-	(17.357.535,76)	0,10	22.601.279,10

Durante o exercício de 2017, não foram realizados investimentos em imobilizações por parte da PRODAGO em liquidação, conforme demonstrado no quadro acima.

NOTA 07 - PASSIVO CIRCULANTE

Compreende as obrigações assumidas a serem liquidadas no exercício seguinte, em decorrência dos custos de manutenção mensal devido à atividade de liquidação, como: fornecedores, obrigações fiscais, obrigações com pessoal e encargos, parcelamentos, provisões e outras obrigações. Os saldos estão influenciados pela incorporação da TRANSURB em liquidação.

a) Fornecedores		
	2017	2016
FORNECEDORES	6.485,97	2.780,06

b) Obrigações Fiscais e de Pessoal/Encargos		
	2017	2016
IRRF	53.531,44	48.991,13
ISS RETIDO	125,76	-
PIS A RECOLHER	602,28	515,92
COFINS A RECOLHER	2.882,82	2.430,27
CONTRIB. SOCIAIS RETIDAS	-	131,36
INSS	80.808,36	79.809,45
IPASGO	8.699,84	6.515,09
FGTS	16.849,56	15.515,53
FUNPREV	13.195,92	6.229,44
SALÁRIOS A PG	215.023,98	207.123,53
CONSIGNAÇÕES	19.785,91	19.729,95
	411.505,87	386.991,67

c) Parcelamentos		
	2017	2016
FNDE Parcelado - Cerne	242.143,59	163.965,52
Parcelam. PGFN Lei 11.941/09	3.812.631,77	5.802.231,28
Parcelam. PGFN Lei 12.996/14	54.685,36	70.634,72
Parcelam. PGFN Transurb	83.260,63	158.598,63
	4.192.721,35	6.195.430,15

As provisões sobre folha foram devidamente calculadas pelos períodos aquisitivos de férias mais 1/3 dos servidores registrados pela Entidade e calculados os encargos com a alíquota vigente.

d) Provisões da Folha		
	2017	2016
Férias + 1/3	168.052,65	155.081,50
Provisão de Encargos	51.741,56	48.157,67
	219.794,21	203.239,17

e) Outras Obrigações		
	2017	2016
Outras Obrigações	3.175,66	397,73
Antecipações Receb. - Leilão	-	208.595,41
	3.175,66	208.993,14

Este grupo demonstra o saldo de recebimento a maior em 2017 referente ao contrato de aluguel da OI MOVEL S/A, que é compensado mensalmente nos aluguéis. Neste exercício foram reconhecidos no resultado os valores recebidos antecipadamente decorrentes de alienação judicial de imóvel ocorrida em 2016.

NOTA 08 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Estão registradas as Obrigações Tributárias e Fiscais, Parcelamentos, Obrigações com o Controlador e Obrigações Processuais/Provisões Contingências acumuladas em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2017, estas obrigações de longo prazo foram ajustadas em decorrência do reconhecimento de juros do próprio exercício, transferência, baixas e devidas reclassificações, conforme demonstrado no quadro abaixo, e respectivos

detalhamentos.

	2016	Transferência/ baixa	Juros/provisões/ transferências	2017
Obrigações Tribut./Fiscais (a)	20.576.335,16	(58,53)	-	20.576.276,63
Parcelamentos (b)	39.248.030,07	(8.503.321,01)	7.029.275,45	37.773.984,51
Obrigações c/ Controlador (c)	331.323.782,31	-	17.208.330,29	348.532.112,60
Obrig. Proces./Prov. Cont. (d)	25.484.308,89	(5.970.299,30)	3.347.841,98	22.861.851,57
Totais	416.632.456,43	(14.473.678,84)	27.585.447,72	429.744.225,31

a) Obrigações Tributárias e Fiscais

Este grupo representa as dívidas que estão sendo discutidas judicialmente e, conforme relatório da gestão jurídica, com enorme possibilidade de vitória por parte da PRODAGO em liquidação. Portanto, não há atualizações destes débitos enquanto decisão definitiva sobre o mérito não for julgada.

Discriminação	2016	Movimentação		2017
	saldo	Adições	Baixas	saldo
Débitos Federais	597.158,86	-	-	597.158,86
Débitos Municipais	4.089.357,76	-	-	4.089.357,76
Atualizações	15.662.445,76	-	-	15.662.445,76
FGTS/Detran-Go	243.872,83	-	-	243.872,83
(-) Bloqueios Judic.	(16.500,05)	58,53	-	(16.558,58)
Totais	20.576.335,16	58,53	-	20.576.276,63

b) Parcelamentos

Os valores deste grupo sofreram ajustes em 2017 devido ao reconhecimento de juros pela aplicação da taxa Selic, baixas por transferências para o curto prazo das parcelas a serem pagas no exercício seguinte e reduções em saldos devedores em função dos valores atuais.

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO

Discriminação	2016	Movimentação		2017
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Cerne – FNDE	246.412,87	168.082,43	414.495,30	-
Prodago – PGFN	18.847.968,60	1.652.664,89	6.148.771,11	14.351.862,38
Crisa – PGFN	19.171.655,61	5.063.426,36	1.696.592,06	22.538.489,91
(-) Depósito Judicial	(68.932,67)	-	-	(68.932,67)
Transurb – PGFN	1.050.925,66	145.101,77	243.462,54	952.564,89
Totais	39.248.030,07	7.029.275,45	8.503.321,01	37.773.984,51

c) Obrigações com Controlador

Registra a dívida previdenciária e tributária da PRODAGO em liquidação, e de suas incorporadas, assumidas pelo Estado de Goiás em 1997 (INSS) e no decorrer do processo de liquidação e é atualizada mensalmente pela TJLP e apropriada ao resultado do exercício.

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO

Discriminação	2016	Movimentação		2017
	Saldo	Adições/Transf.	Baixas/Transf.	Saldo
Débito c/ Governo – Principal	243.406.477,06	-	-	243.406.477,06
Débito c/ Governo - Atualização	87.917.305,25	17.208.330,29	-	105.125.635,54
Totais	331.323.782,31	17.208.330,29	-	348.532.112,60

d) Obrigações Processuais e Provisões Contingenciais

O valor de Obrigações Processuais, já deduzidos dos valores de contas judiciais/bloqueios, se refere às reclamações trabalhistas e cíveis que estão na fase de execução conforme parecer do departamento jurídico.

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO

Discriminação	2016	Movimentação		2017
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Obrigações Processuais	26.149.918,61	740.213,69	(2.589.796,87)	24.300.335,43
(-) Dep. Judiciais / Recursais	(665.609,72)	(3.380.502,43)	2.607.628,29	(1.438.483,86)
Total	25.484.308,89	(2.640.288,74)	17.831,42	22.861.851,57

As adições correspondem às transferências de outras contas, atualizações, depósitos recursais/judiciais e novas provisões. As baixas representam as transferências para o passivo circulante e reversões de provisões.

NOTA 09 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social ficou inalterado após os processos de incorporações ocorridos conforme previsto nos respectivos Protocolos de Intenções e Justificação de Incorporação, portanto, está composto da seguinte forma:

	2017	2016
Capital Social	11.341.219,21	11.341.219,21

NOTA 10 – SUBVENÇÕES DE CUSTEIO

Em razão do processo de liquidação em que a PRODAGO está submetida e sem receitas próprias suficientes, mensalmente a empresa recebe do Tesouro Estadual subvenções para custeio, cujos valores em 2017, totalizaram R\$ 12.235.077,59 (doze milhões, duzentos trinta cinco mil, setenta sete reais e cinquenta nove centavos), os quais foram aplicados nos pagamentos de despesas correntes (folhas/encargos e repasses do convênio TRT) e parcelas do parcelamento junto à PGFN, conforme abaixo:

	Folhas/Encargos/Conv. TRT	Parcelam. PGFN/FNDE
Subvenções de Custeio	6.852.854,78	5.382.222,81

NOTA 11 – TESTE DE RECUPERABILIDADE

Em 2017 a companhia novamente realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment) em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado.

NOTA 12 – RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS COM PESSOAL

	2017	2016
Remunerações	2.791.591,45	2.397.078,01
Encargos sociais	999.016,93	859.325,24
Férias	347.873,71	280.990,19



13 Salário	259.593,37	216.739,96
Conselheiros e autônomos	120.000,00	124.000,00
TOTAL	4.518.075,46	3.878.133,40
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
	2017	2016
Aluguéis, locações e condomínios	97.012,69	162.616,64
Custas cartoriais	3.206,11	65.284,27
Serviços diversos	47.269,77	58.429,40
Energia, telefone e Internet	25.732,22	38.896,66
Demais despesas administrativas	10.942,78	12.928,04
Combustíveis e lubrificantes	8.473,56	7.544,09
Conservação e limpeza	7.990,01	6.406,80
Material de expediente e consumo	6.215,10	6.080,64
TOTAL	206.842,24	358.186,54
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		
	2017	2016
Outras receitas	15.199,22	178.262,16
Outras despesas	-	-
TOTAL	15.199,22	178.262,16
RESULTADO NA BAIXA DO IMOBILIZADO		
	2017	2016
Receitas na venda de imobilizado	774.110,00	-
Custo na baixa do imobilizado	17.332.827,37	181.488,55
TOTAL	16.558.717,37	181.488,55
RECEITAS FINANCEIRAS		
	2017	2016
Receitas financeiras	140.491,59	311.449,68
TOTAL	140.491,59	311.449,68
DESPESAS FINANCEIRAS		
Atualização de Débitos LP	20.207.583,62	33.936.164,54
Juros/Encargos	687,40	2.528,78
TOTAL	20.208.271,02	33.938.693,32
RESULTADO FINANCEIRO		
	- 20.067.779,43	- 33.627.243,64

NOTA 13 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Liquidante autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 25 de janeiro de 2018.

NOTA 14 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) através da Portaria PGFN nº 31/2018 de 02.02.2018, abriu prazo para consolidação do parcelamento de que trata a Lei nº 12.865/2013.

Quando da opção pelo parcelamento ocorrido em 2013, parte das dívidas inscritas dos extintos CERNE e CRISA foram assumidas e parceladas pelo Estado de Goiás e seus valores transferidos para o grupo de dívidas com o Controlador por conta desta assunção, mas na consolidação efetivada em fevereiro/2018 estas dívidas tiveram que ser consolidadas pela PRODAGO em liquidação em razão de problemas no sistema da PGFN que impedia a consolidação pelo Estado de Goiás, com isto, a PRODAGO em liquidação deverá ajustar seus saldos do parcelamento com a inclusão das novas inscrições em contrapartida com reduções da conta que registra a dívida da empresa e de suas incorporadas para com o seu Controlador.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia-GO, 25 de janeiro de 2018.

Jailton Paulo Nunes
Presidente da Proliquidação
Liquidante da PRODAGO em liquidação

Vanides dos Santos
CT CRC-GO 10948/0

Ézio Gomes Fernandes
Chefe Gestão Contábil

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Liquidante da
EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS – PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS – PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO (Entidade)** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS – PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO** - em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 05, letra "a", a documentação comprobatória, disponibilizada pela Entidade, foi insuficiente para concluir sobre a atualização dos saldos do grupo Ativo Não Circulante, "Depósitos Recursais/Judiciais.". Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração dos rendimentos e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião

sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ **Impairment de ativos não financeiro**

Os detalhes sobre a política contábil relativa ao teste, para redução do valor recuperável dos ativos, estão descritos nas Notas “06 - IMOBILIZADO” e “11 – TESTE DE RECUPERABILIDADE”, ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela Administração da Entidade, sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado, no montante de R\$ 22.601 milhões, envolve julgamentos complexos e subjetivos, contudo, não abrange os pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) da Entidade, em virtude do processo de Liquidação desta, onde a maioria dos bens constantes no grupo do ativo imobilizado, no montante de R\$ 20.489 milhões, está cedida a terceiros. Sendo assim, os julgamentos e pressupostos feitos pela administração da Entidade, para determinar o valor em uso das UGCs, não incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC, mas, sim, os valores de mercado dos bens do grupo do ativo imobilizado.

Em 2017, a administração da Entidade revisou o valor recuperável dos ativos, acima referidos, e, como resultado, não foi identificada a necessidade de redução ao valor recuperável do ativo relacionado, o qual manteve registrado nas demonstrações contábeis do exercício, findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos já existentes.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada e a provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como dos procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs e/ou a avaliação a valor de mercado.

Utilizamos nossos especialistas para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos, bem como para compararmos as projeções com as expectativas dos mercados e setores das UGCs da Entidade, e se estas estavam de acordo com os procedimentos efetivos. Contudo, em virtude do processo de liquidação da Entidade e do vulto de bens cedidos a terceiros, a Entidade optou apenas por realizar testes, a valores de mercado, dos bens constantes no grupo do ativo imobilizado, os quais foram, por esta auditoria, verificados.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca da premissa utilizada pela administração (valor de mercado) com o objetivo de observar se essa premissa requereria necessidade de contabilização de impairment, significativamente, diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tal mudança ocorrer na premissa.

Avaliamos a adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

▪ **Obrigações com Controlador**

Os detalhes sobre a política contábil relativos a “OBRIGAÇÕES COM CONTROLADOR” estão descritos na Nota “08c”, relacionados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela Administração da Entidade, sobre as obrigações com o controlador, no montante de R\$ 348.532 milhões, baseia-se, principalmente, na Lei Nº 13.115, de 16 de julho de 1997, onde o Estado de Goiás autoriza a assumir, através da Chefia do Poder Executivo, exclusivamente, para fins de parcelamento ou parcelamento na forma e nas condições estabelecidas na Legislação federal pertinente, as dívidas para com o INSS de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo, para tanto, utilizar, vincular e permitir a retenção de parcelas do Fundo de Participação dos Estados, para o pagamento de prestações do principal e seus acessórios, incluídos eventuais valores moratórios, contudo, o Estado sub-rogar-se-á no direito correspondente aos respectivos créditos de suas controladas.

Resposta da auditoria ao assunto

Testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração, para atualização da obrigação junto ao Controlador, inclusive sobre a taxa utilizada, e visualizamos que tais débitos se baseiam na Lei Nº 13.115/1997, e que as obrigações possuem débitos de Entidades estaduais, incorporadas anteriormente pela PRODAGO em Liquidação.

Realizamos testes na planilha de cálculo de juros, para verificar a confiabilidade dos cálculos apresentados para fins de reconhecimentos contábeis, onde, neste caso, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 05 de abril de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

O Liquidante da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório do Liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do Liquidante, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes, para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e suas respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas, nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiania – GO, 12 de abril de 2018.

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

Joselito Francisco Xavier
Contador CRC GO-012507/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARATIVAS A 2016.

Aos 20 dias do mês de abril do ano de 2018, às 10hs, na Sede da Promotoria de Liquidações – Proliquidação, localizada à Rua 05, nº 833, 8º andar, Ed. Palácio de Prata, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP nº. 74115-060, onde, reuniram-se os Membros Titulares do Conselho Fiscal da PRODAGO em liquidação, nomeados pelas Portarias nº 060/GAB/SEGPLAN, de 31/01/2018, do Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, publicado no DOEGO de 08/02/2018, pag. 30, presentes os Conselheiros Titulares Antônio Alencar Filho - CPF 194.316.001-53, Glória Edwirges Miranda Coelho – CPF 339.755.661-91, Georton Vasconcelos e Silva – CPF 872.382.411-53 e, Jefferson Mendes de Aquino – CPF 515.743.221-68 e o Conselheiro Otávio Alexandre da Silva – CPF 135.177.591-04. Diante das suas atribuições, o Presidente Antonio Alencar Filho e os demais membros deste conselho em reunião para análise e emissão de parecer, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício social de 2017, encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparativas a 2016, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, bem como das Notas Explicativas, que faz parte das referidas demonstrações. Baseado nesta análise, no acompanhamento dos relatórios, demonstrações, notas explicativas, balancetes e documentos comprobatórios, os membros do Conselho Fiscal da PRODAGO em Liquidação aprovaram por unanimidade as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017 comparativas a 2016, sob os aspectos e considerações do Relatório do Liquidante da PRODAGO de 25.01.18, devidamente, assinado e atestado pelo Presidente da Proliquidação, Liquidante da PRODAGO em Liquidação, Sr. Jailton Paulo Naves, bem como o relatório da Work7 Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis de 12 de abril de 2018, assinado pelo seu contador Sr. Joselito Francisco Xavier – CRC GO-012507/O-9. Registramos o Relatório da PRODAGO em Liquidação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 sobre as principais diretrizes contábeis adotadas de forma sintética: pelo regime de Competência do Exercício; Reconhecidos, mensalmente, os juros e atualizações dos débitos para com o Controlador e os débitos parcelados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; O prazo entre as contas Circulante e Não Circulante foi de um exercício social completo de 12 meses; O Ativo Circulante é representado pelos saldos de caixa, equivalentes de caixa e créditos a receber; O Ativo Não Circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço; Os bens do Ativo Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos até 31 de Dezembro de 1995. Assim, os efeitos de correção monetária do balanço não existem, desde 1996, por determinação legal. Da totalidade dos bens do Ativo Imobilizado, cerca de 99,35% estão cedidos para uso de terceiros, órgãos públicos da esfera estadual e municipal; As Depreciações sobre Ativos Imobilizados dos bens em uso neste exercício, foram sobre o custo histórico, pelo método linear, considerando vida útil do bem, que no exercício geraram despesas de R\$ 17.642,25 (dezesete mil, seiscentos e quarenta dois reais e vinte cinco centavos); As provisões são reconhecidas no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente, como consequência de um evento passado. É provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação; As bases de cálculo, para "efeito" de imposto de renda e contribuição social, foram determinadas com base em resultados apurados em balancetes mensais de suspensão, após as adições e exclusões fiscais permitidas, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes; Ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto; Redução e Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (Impairment) – Os ativos sujeitos a depreciação devem ser revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Em 2017 a empresa realizou o Teste de Impairment em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do Ativo Imobilizado; Realizável a Longo Prazo – registrar que os Depósitos Recursais/Judiciais no montante de R\$ 438.757,14 (quatrocentos trinta e oito mil, setecentos cinquenta sete reais e quatorze centavos), recursos pagos à justiça do trabalho (sic) para interposição de recurso em processos trabalhistas, cujos processos em sua maioria, já foram extintos e aguarda a liberação dos valores por parte da justiça, bem como valores relativos a bloqueios judiciais; Imobilizado, registrar que neste exercício foram realizadas baixa em função de alienações através de Leilões e ainda, baixou-se o montante de R\$16.542.621,27 das contas de "Terrenos – Crisa" e "Edific. e Benfeitorias – Crisa" objeto do processo administrativo nº 20120005000664, onde, a Procuradoria Geral do Estado, concluiu pela reversão do imóvel ao Estado de Goiás com a escritura de revogação de doação de imóvel – cartório 2º Tabelionato de Notas de Goiânia, segundo relatório de Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de 25 de janeiro de 2018 – Assinado e atestado pelo Presidente da Proliquidação, Liquidante da Prodago em Liquidação, Sr. Jailton Paulo Naves. Sobre as Demonstrações Contábeis elaborado pela Work7 - Auditores Independentes, deste, registramos os principais pontos opinativos, que de acordo com o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. "Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos e intitulada - Base para opinião com ressalva - as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE PROCESSAMENTOS DE DADOS DE GOIÁS – PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO – em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo como as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IRFS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)"; Base para opinião com ressalva, conforme descrito na Nota 05, letra "a", a documentação comprobatória, disponibilizada pela Entidade, foi insuficiente para concluir sobre a atualização dos saldos do grupo Ativo Não Circulante, "Depósitos Recursais/Judiciais", segundo o Relatório do Liquidante de 25.01.18;- O Impairment de ativos não financeiro, os detalhes sobre a política contábil relativa ao teste, para redução do valor recuperável dos ativos, estão descritos nas Notas "06 – Imobilizado" e "11 – Teste de Recuperabilidade", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. Ainda, segundo Relatório e análise elaborado pela Work7 "A avaliação realizada pela Administração da Entidade, sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado, no montante de R\$ 22.601 milhões, envolve julgamentos complexos e subjetivos, contudo, não abrange os pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Entidade, em virtude do processo de Liquidação desta, onde maioria dos bens constantes no grupo do ativo imobilizado, no montante de R\$ 20.489 milhões, estão cedidos a terceiros. Sendo assim, os julgamentos e pressupostos feitos pela administração da Entidade, para determinar o valor em uso UGCs, não incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos com a metodologia

dos fluxos de caixa descontados por UGC, mas, sim os valores de mercado dos bens do grupo do ativo imobilizado; - Resposta da auditoria ao assunto: "Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada e a provisão para redução do valor recuperável do ativo imobilizado, bem como dos procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs e/ou a avaliação a valor de mercado"; - Obrigações do Controlador, "A avaliação realizada pela Administração da Entidade, sobre as obrigações com o controlador, no montante de R\$ 348.532 milhões, se baseia, principalmente, na Lei nº 13.115, de 16 de julho de 1997, onde o Estado de Goiás autoriza a assumir, através da Chefia do Poder Executivo, exclusivamente para fins de parcelamento ou reparcelamento na forma e nas condições estabelecidas na Legislação federal pertinente, as dívidas para com o INSS de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo, para tanto, utilizar, vincular e permitir a retenção de parcelas do Fundo de Participação dos Estados, para tanto, utilizar, vincular, para o pagamento de prestações do principal e seus acessórios, incluídos eventuais valores moratórios, contudo, o Estado sub-rogar-se-á no direito correspondente aos respectivos créditos de suas controladas"; - Resposta da auditoria ao assunto, "Testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para atualização da obrigação junto ao Controlador, inclusive sobre a taxa utilizada, e visualizamos que tais débitos se baseiam na Lei nº 13.115/1997 e que as obrigações possuem débitos de Entidades estaduais incorporadas anteriormente pela PRODAGO em Liquidação" e ainda, "Realizamos testes, na planilha de cálculo de juros, para verificar a confiabilidade dos cálculos apresentados para fins de reconhecimentos contábeis, onde, neste caso, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas"; - Outros assuntos, Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior, relata "As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 05 de abril de 2017"; - Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor, "O Liquidante da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante". Diante dos Relatórios apresentados, especifica-se no que compreendem as premissas de prestação de contas e as orientações aos termos do art. 10, inciso XVIII, alíneas "a", "b" e "c", da Resolução Normativa nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Os membros deste Conselho Fiscal, ainda, para efeitos de incorporações na Prodago em Liquidação, faz registro das Atas de Reunião deste Conselho Fiscal da incorporadora PRODAGO em Liquidação das incorporadas, do Laudo de Avaliação do Patrimônio, datadas respectivamente de 30 de agosto de 2013 da incorporada Cerne em Liquidação, de 21 de março de 2014, da incorporada Goiastrur em Liquidação; de 24 de novembro de 2014 da incorporada Crisa em Liquidação e, em 01 de junho de 2016 da incorporada Transurb em Liquidação sobre o teor das orientações jurídicas, ditadas, no despacho da PGE-006422/2012 e parecer nº 153/2012 Adv. Setorial SEGPLAN e parecer nº 057/GJ/PROL, bem como o teor dos arts. 153 a 156, consonância com o art. 165 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Nada mais para registrar e opinar, o Presidente do Conselho Fiscal da PRODAGO em Liquidação Sr. Antonio Alencar Filho deu por encerrada a presente reunião.

Goiânia, 20 de abril de 2018.

Antônio Alencar Filho
Presidente

Jefferson Mendes de Aquino
Conselheiro

Georton Vasconcelos e Silva
Conselheiro

Otávio Alexandre da Silva
Conselheiro

Glória Edwirges Miranda Coelho
Conselheira

Protocolo 73258

Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018**

O ESTADO DE GOIÁS, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 050/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão (Eletrônico)**, tipo Menor Preço (**Por Item**), destinado a participação exclusiva de ME e EPP, em sessão pública eletrônica a partir das **09h:00 min** (horário de Brasília-DF), do dia **17/05/2018**, através do site www.comprasnet.go.gov.br, destinado **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LABORATÓRIO - 02 (DOIS) DESSECADORES DRY BOX, EM FORMATO DE GABINETE PARA A SECIMA (UNIDADE SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO)**, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, relativo ao Processo nº 201600017000952 de 19/04/2016, nos termos da Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 7.468/2011 e nº 7.466/2011, Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.secima.go.gov.br.

Goiânia, 03 de maio de 2018.

Wulmar Pio de Santana Filho
Pregoeiro

Protocolo 73369

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018**

A SECIMA, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público, que realizará licitação na modalidade **Pregão (Eletrônico)**, tipo Menor Preço (lote único), em sessão pública eletrônica a partir das **09h:00min** (horário de Brasília-DF) do dia **18/05/2018**, através do site www.comprasnet.go.gov.br, destinado à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERCAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO**

PERMANENTE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TOCANTIN-ZINHO, NO ASSENTAMENTO SILVIO RODRIGUES, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS E SÃO JOÃO D'ALIANÇA - GO, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, relativo ao Processo nº 201800017001247, nos termos da Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 7.468/2011 e nº 7.466/2011, Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.secima.go.gov.br.

Goiânia, 03 de maio de 2018.

Morian Scussel Malburg
Pregoeiro

Protocolo 73374

**AVISO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018**

A SECIMA, através da Comissão Especial de Licitações - CEL, torna público o resultado da habilitação da Tomada de Preços nº 01/2018 **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**, de acordo com a Ata de Julgamento de Habilitação, relativo ao Processo 201700017002998, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei 123/06 e Lei Estadual nº 17.928/12, aplicáveis à espécie. O inteiro teor da Ata encontram-se disponível no site www.secima.go.gov.br. As licitantes participantes foram: GM ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP CNPJ 01.000.050/0001-31: HABILITADA; MRO CONSTRUÇÕES E ASSESSORIA EIRELI-ME CNPJ 19.993.533/0001-40: HABILITADA; S.C. SERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES-ME CNPJ 11.714.990/0001-46: PRAZO DE 5 DIAS PARA REGULARIZAÇÃO DAS CERTIDÕES VENCIDAS e SVO ENGENHARIA LTDA-ME CNPJ 17.300.654/0001-33: INABILITADA (Art. 04.04.04 Edital).

Com base no dispositivo legal supracitado, abrimos o prazo para que as empresas participantes do pleito citado, possam se manifestar.

Goiânia, 02 de maio de 2018.

SIUZETE MARQUES DE SOUSA
Presidente da CEL

Protocolo 73358

**Secretaria de Estado da Segurança Pública
- SSP****Delegacia Geral Da Policia Civil – DGPC****AVISO DE RETIFICAÇÃO**
Adesão à Ata de Registro de Preços nº 12/17

Processo nº: 201816448000730. Órgão Gerenciador: PMES.
O Diretor-Geral comunica aos interessados a seguinte retificação
no Extrato de Despacho veiculado no Diário Oficial do Estado nº
22.800, dia 03/05/2018, página 4:
ONDE SE LÊ: “Adesão À Ata De Registro De Preços nº 31/17”
LEIA-SE: “Adesão À Ata De Registro De Preços nº 12/17”.
Edson Costa Araújo - Coronel QOPM
Diretor-Geral de Administração Penitenciária

Protocolo 73382

Comando Geral Do Corpo De Bombeiros Militar**EXTRATO DO CONTRATO nº 022/18**

Processo: 201600016001354. Contratante: Estado de Goiás/
Secretaria da Segurança Pública. Contratada: Technodata
Computadores Ltda-ME, CNPJ: 05.312.367/0001-64. Objeto:
Equipamentos diversos (aparelhos eletrônicos, DVD, scanner de
mesa, filmadoras, microcomputadores, estabilizadores, Tv's Led,
fogão, forno elétrico, ...). Vigência: 12 meses, improrrogáveis e
sem prejuízo da garantia prevista na alínea “e”, Cláusula Quarta,
podendo ser alterado ou rescindido nos termos da legislação vigente,
mediante aditamento contratual ou distrato. Recurso: 100/Tesouro.
Valor total: R\$ 94.150,00 (noventa e quatro mil cento e cinquenta
reais). Data/Outorga: 23/04/18.

Irapuan Costa Júnior
Secretário da Segurança Pública

Protocolo 73344

EXTRATO DO CONTRATO nº 019/18

Processo: 201600016001354. Contratante: Estado de Goiás/
Secretaria da Segurança Pública. Contratada: Suprema Tecnologia
Eirelli-ME, CNPJ: 27.657.119/0001-98. Objeto: Equipamentos
diversos (aparelhos eletrônicos, DVD, scanner de mesa, filmadoras,
microcomputadores, estabilizadores, Tv's Led, fogão, forno elétrico,
...). Vigência: 12 meses, improrrogáveis e sem prejuízo da garantia
prevista na alínea “e”, Cláusula Quarta, podendo ser alterado ou
rescindido nos termos da legislação vigente, mediante aditamento
contratual ou distrato. Recurso: 100/Tesouro. Valor total: R\$
58.929,05 (cinquenta e oito mil novecentos e vinte e nove reais e
cinco centavos). Data/Outorga: 23/04/18.

Irapuan Costa Júnior
Secretário da Segurança Pública

Protocolo 73346

EXTRATO DO CONTRATO nº 008/18

Processo: 201800002005421. Contratante: Estado de Goiás/
Secretaria da Segurança Pública. Contratada: Tim Celular S.A.,

CNPJ: 04.206.050/0001-80, Objeto: Serviço de telefonia móvel
pessoal e pacote de dados. Vigência: 30 meses, podendo ser
prorrogado por igual período, mediante termo aditivo. Recurso:
100/Tesouro. Valor total: R\$ 2.504.963,00 (dois milhões quinhentos
e quatro mil novecentos e sessenta e três reais). Data/Outorga:
26/03/18.

Irapuan Costa Júnior
Secretário da Segurança Pública

Protocolo 73349

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2018

O CBM/GO torna pública a realização de procedimento licitatório
pelo Comando de Apoio Logístico, sito à Av. Consolação, Qd. 35,
Lts 03-10, 22 e 23, Cidade Jardim, Goiânia-GO, em sessão pública
eletrônica, cujo edital encontra-se disponível nos sites: www.comprasnet.go.gov.br e www.bombeiros.go.gov.br. **Modalidade:**
Pregão Eletrônico SRP nº 06/2018. **Proc.:** 201700011001206.
Objeto: eventual aquisição de armário, colchão, beliche e estante.
Data e horário: 18/05/2018 às 09h30min (Horário de Brasília). **Tipo:**
Menor preço por ITEM. **Valor Total Estimado:** R\$ 1.696.844,00 (um
milhão, seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e
quatro reais).

Joellen Luci Silvestre Vaz - CB QPC
Pregoeira/CBMGO

Protocolo 73347

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018

O CBM/GO torna pública a realização de procedimento licitatório
pelo Comando de Apoio Logístico, sito à Av. Consolação, Qd. 35,
Lts 03-10, 22 e 23, Cidade Jardim, Goiânia-GO, em sessão pública
eletrônica, cujo edital encontra-se disponível nos sites: www.comprasnet.go.gov.br e www.bombeiros.go.gov.br. **Modalidade:**
Pregão Eletrônico nº 08/2018. **Proc.:** 201700011000955. **Objeto:**
aquisição de cones e fitas zebreadas. **Data e horário:** 18/05/2018 às
14h30min (Horário de Brasília). **Tipo:** Menor preço por ITEM. **Valor
Total Estimado:** R\$ 26.926,00 (vinte e seis mil, novecentos e vinte
e seis reais).

Jardel Mota Marinho - 2º Ten QQA/Adm
Pregoeiro/CBMGO

Protocolo 73355

Secretaria da Fazenda – SEFAZ

PORTARIA Nº 043 /2018-SUPEX.

O SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e nos
termos do Parágrafo único do art. 3º, da Lei nº 15.150, de 19 de abril
de 2005, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 16.769/09, de
16 de novembro de 2009, tendo em vista o que consta do Processo
Administrativo nº 201811129002482 e ademais;
Considerando o que consta no Parecer UNIC Nº 10/2018-SEI, e o
Cálculo de Aposentadoria Integral nº 02-2018, exarado pela Unidade
de Cartórios - UNIC/SEFAZ, no Processo nº 201811129002482.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Aposentadoria Voluntária, a CLENON DE
BARROS LOYOLA FILHO, CPF nº 071.036.621-34, na condição
de serventário da justiça, com base no levantamento das 120
últimas contribuições, com fulcro no art. 2º, inciso II, alínea “a” da Lei

15.150/2005, por proventos integrais, e tendo em vista ter alcançado as condições necessárias para concessão do benefício ora pleiteado, por contar com mais de 30 anos de efetiva contribuição neste regime e mais de 60 anos de idade, no valor de R\$ 16.971,12(dezesseis mil, novecentos e setenta e um reais e doze centavos).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, em Goiânia, aos 03 dias do mês de maio de 2018.

Glaucus Moreira Nascimento e Silva
Superintendente Executivo
(Portaria de delegação nº 165/2017-GSF)

Protocolo 73307

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018 PROCESSO Nº 201800004009726 de 09/02/2018

A Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás - SEFAZ, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 098/2018 - GSF, torna público, para conhecimento dos interessados e aqueles oriundos de países elegíveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que realizará licitação na modalidade **Pregão (Eletrônico)**, tipo Menor Preço (por lote), em sessão pública eletrônica a partir das **08:30 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **18/05/2018**, através do [site www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), destinado à **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE TARIFAÇÃO EM CENTRAIS TELEFÔNICAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, relativo ao Processo nº **201800004009726 de 09/02/2018**, tudo de conformidade com as regras estipuladas no Contrato de Empréstimo Nº- BR-L1233-2906/OC-BR, celebrado no dia 23 de agosto de 2013, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Estado de Goiás, da República Federativa do Brasil, para financiamento do Programa de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás - PROFISCO-GO, conforme faculta o § 5º do Artigo 42 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações subsequentes, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2011 e Decreto Estadual nº 7.466 de 18 de outubro de 2011, Lei Estadual nº 18.989 de 27 de agosto de 2015 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço citado abaixo ou nos [sites www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e www.sefaz.go.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (GELC)

Av. Vereador José Monteiro, nº 2.233, Complexo Fazendário
Meia Ponte, Pavimento Superior, Bloco "B", Setor Nova Vila, CEP
74.653-900, Goiânia - GO
Fone/Fax: (0-xx-62)3269-2068

Suellen Francine Pivetta Mendonça
Pregoeira

Protocolo 73348

Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho – SEMDIT

EDITAL DE CHAMAMENTO

Pelo presente edital ROZÂNIA PEREIRA DE ALMEIDA ROSA CPF nº 424.913.123-87, fica convocada a comparecer na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, situada à Avenida Universitária nº 609 - Setor Leste universitário, no horário de 08h00min às 12h00min e de 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da 3ª (terceira) publicação deste, a fim de pessoalmente ou por meio de procuração, tomar conhecimento do Processo nº 201400014002359, para conhecimento ao teor da Portaria nº 333/2017 / Extrato de Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar, constante no Processo nº 201400014002359 e da Planilha de Acertos com a importância a ser devolvida ao erário em decorrência da pena de suspensão de 60 (sessenta) dias, nos termos do artigo 26, inciso II da Lei nº 13800/01.

Protocolo 73341

AVISO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2017-SEMDIT

A Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho torna público, para fins de intimação e conhecimento aos interessados, o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2017-SEMDIT**, Processo nº 201710319003196, cujo objeto é a contratação de empresa especializada **para produção de material audiovisual e texto com o registro das ações do projeto "Fortalecimento da Cidadania e da Autonomia Econômica das Mulheres Rurais"**, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, que fica homologado a empresa: NOVAESCHOLA.COM LTDA-ME para o LOTE ÚNICO.

Goiânia, 03 de maio de 2018.

Almir Rodrigues de Moraes Júnior
Pregoeiro

Protocolo 73356

AVISO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2017-SEMDIT

A Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho torna público, para fins de intimação e conhecimento aos interessados, o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2017-SEMDIT**, Processo nº 201710319000930, destinado à contratação de pessoa jurídica para a aquisição de material gráfico, locação de espaço físico e alimentação para a execução do Seminário de Políticas Públicas para Pessoa Idosa: Violência Contra À Pessoa Idosa, conforme condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, que fica homologado às empresas: FONTE GRÁFICA SOLUÇÕES EM IMPRESSOS EIRELI-ME, para o LOTE 01; GYN TRANSPORTES E EVENTOS LTDA. para o LOTE 02, C E B PRODUÇÕES, MARKETING E SERVIÇOS LTDA-ME para o LOTE 03 e FRUGATTE E TROIA CONFECÇÕES LTDA-EPP para o LOTE 04.

Goiânia, 03 de maio de 2018.

Almir Rodrigues de Moraes Júnior
Pregoeiro

Protocolo 73360

**AUTARQUIAS****Agência Brasil Central – ABC****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2018**

Processo nº. 201700028000560. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR O SEGURO TOTAL (COBERTURA COMPREENSIVA, ISTO É, SEGURO TOTAL CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO), COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, DE VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA AGÊNCIA BRASIL CENTRAL- ABC**, Dia 17 (dezesete) de maio de 2018 às 09h00min (horário de Brasília). Disponibilidade dos Editais e demais esclarecimentos, nos seguintes endereços eletrônicos: www.abc.go.gov.br, www.comprasnet.go.gov.br e/ou na sala da Comissão Permanente de Licitação da ABC situado na Rua SC-1, nº. 299 - Parque Santa Cruz, Goiânia-GO, CEP: 74.860-270, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min horas. Tel./Fax: (62) 3201-7617.

Goiânia, 03 de Maio de 2018.

FÁBIO DE ALMEIDA

Pregoeiro da CPL - ABC

Protocolo 73330

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2018**

Processo nº. 201800028000229. Objeto: **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CHAMADAS PARA 06 (SEIS) LINHAS TELEFÔNICAS COM COMPUTADOR CENTRAL E SUPERFÍCIE DE CONTROLE COM CAPACIDADE DE RASTREAMENTO E TRANSMISSÕES AO VIVO SOBRE IP**. Dia 18 de maio de 2018 às 09h00min (horário de Brasília). Disponibilidade dos Editais e demais esclarecimentos, nos seguintes endereços eletrônicos: www.abc.go.gov.br, www.comprasnet.go.gov.br e/ou na sala da Comissão Permanente de Licitação da ABC situado na Rua SC-1, nº. 299 - Parque Santa Cruz, Goiânia-GO, CEP: 74.860-270, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min horas. Tel./Fax: (62) 3201-7617.

Goiânia, 03 de maio de 2018.

FÁBIO DE ALMEIDA

Pregoeiro da CPL - ABC

Protocolo 73339

**Agência Estadual de Turismo – GOIÁS
TURISMO**

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - GOIÁS TURISMO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2018 - GOIÁS TURISMO PROCESSO N. 201800027000102

GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2018**, cujo o objeto é eventual contratação de empresa especializada na prestação, sob demanda, de serviços

de organização, planejamento, coordenação, produção e execução de eventos, com a viabilização de toda infraestrutura e locação de equipamentos, incluindo montagem, utilização, manutenção, desmontagem e apoio logístico para atendimento dos eventos e festivais de música realizados pela goiás turismo - agência estadual de turismo e pelo estado de goiás, nas quantidades, especificações e condições constantes neste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses; com abertura prevista para o dia **03 de maio**, fica **ADIADA PARA O DIA 17 DE MAIO DE 2018, 09:00 HORAS**, face a necessidade de adequação em seus editais.

Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, Comissão Permanente de Licitação, em Goiânia aos 02 dias do mês de maio de 2018.

Alberto Henrique Diniz
Presidente CPL

Protocolo 73403

**Agência Goiana de Assistência Técnica,
Extensão Rural E Pesquisa Agropecuária –
EMATER****Extrato de Termo Aditivo**

Processo: 201312404000293

Objeto: 4º T. A. que tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 009/2013 firmado entre as partes em 09/05/2013, em 12 (doze) meses, iniciando em 10/05/2018 e findando em 09/05/2019. CNPJ: 40.432.544/0001-47 - Empresa Claro S.A. Valor mensal de R\$ 2.081,84 (dois mil oitenta e um reais e oitenta quatro centavos). Valor total de R\$ 16.030,07 (dezesesseis mil e trinta reais e sete centavos)

Protocolo 73315

Extrato Termo Aditivo

Processo: 201712404000167

Objeto: Prorrogação da vigência do 1º T. A. ao contrato 007/2017, que tem como objeto o gerenciamento e controle de abastecimento de combustíveis da frota de veículos da EMATER. CNPJ: 00.604.122/0001-97 - Empresa Trivale Administração S.A. Valor total de R\$ 1.424.465,19 (um milhão e quatrocentos e vinte quatro mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos), Data da assinatura 20/04/2018, vigência até 25/04/2019.

Protocolo 73389

**Agência Goiana de Transportes e Obras –
AGETOP****EXTRATO DO TERMO DE ACRÉSCIMO / SUPRESSÃO DE
ITENS E SERVIÇOS**

TERMO DE ACRÉSCIMO / SUPRESSÃO DE ITENS E SERVIÇOS nº 102/2018-PR-NEJUR. Termo de Acréscimo / Supressão de itens e serviços ao Contrato nº 014/2017-PR-NEJUR, celebrado em 05/04/2017 referente à execução dos serviços de RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS - PROGRAMA RODOVIDA RECONSTRUÇÃO, GRUPO III, LOTE 16, NESTE ESTADO. **CONTRATANTE:** AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP. **CONTRATADA:** CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL S.A. **OBJETO:** Acrescer / suprimir itens e serviços, com reflexo financeiro negativo ao contrato nº 014/2017-PR-NEJUR, com fulcro no art. 65, §1º, da Lei Federal nº. 8.666/93. **VALOR DO ACRÉSCIMO:** R\$ 2.788.250,28 (dois milhões, setecentos oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), correspondendo à 6,34 % do valor do contrato. **VALOR DA SUPRESSÃO:** - R\$ 2.846.613,49 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e treze reais e quarenta e nove centavos), correspondendo à 6,47 % do valor do contrato. **Processo n.º 034240/2013 - 201400036001294 - SEI - Lote 16 - (Vols. 01/08).**

Protocolo 73269



**EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATUAL**

Termo de Prorrogação de Prazo nº 093/2018-PR-NEJUR. Prorrogação do Prazo de vigência do Contrato nº 293/2013-AD-GEJUR, de 07/10/2013, referente à execução dos serviços de Reforma e Adequação do Autódromo de Goiânia, LOTE 01: recuperação da pista, recapeamento anel/paddock, de implantação de área de escape e torre, neste Estado. **CONTRATANTE:** AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP. **CONTRATADA:** CONSTRUTORA ARTEC S/A. **OBJETO:** Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de vigência do Contrato nº 293/2013-AD-GEJUR, com fulcro no art. 57, § 1º, incisos III e VI, da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO nº 022325/2012 - 201200036004580 - SEI Lote 01.**

Protocolo 73271

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Termo de Prorrogação de Prazo nº 096/2018-PR-NEJUR do Contrato nº 006/2013, celebrado em 25/02/2013, referente ao fornecimento de pessoal para desempenhar atividades vinculadas aos Eventos Esportivos realizados no Estádio Serra Dourada e o Estádio Olímpico, nesta Capital, Lote 01. **CONTRATAN TE:** AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP. **CONTRATADA:** TRIP LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA, **OBJETO:** Prorrogar por mais 12 (seis) meses o prazo do contrato nº. 006/2013-AD-GEJUR, com fulcro no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93. **VALOR DA PRORROGAÇÃO:** R\$ 780.265,77 (setecentos e oitenta mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos). **DOTAÇÃO:** 2018.6701.04.122.1067.2355 - natureza da despesa nº. 3.3.90.37.11 (100), tendo o valor sido totalmente empenhado, conforme Nota de empenho nº. 00029, de 05/04/2018. **Processo nº. 023504/2014 (Vols. 01/06).**

Protocolo 73272

**EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATUAL**

Termo de Prorrogação de Prazo nº 100/2018-PR-NJUE. Prorrogação de prazo do Contrato nº 010/2015-PR-NJ, celebrado em 27/05/2015, referente à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 02 (dois) elevadores, com troca de peças sempre que necessário ao funcionamento, sendo 1 (um) localizado no Prédio da Administração e o outro na Tribuna Do Estádio Serra Dourada, nesta Capital. **CONTRATANTE:** AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP. **CONTRATADA:** ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A. **OBJETO:** Prorrogar por 12 (doze) meses a vigência do Contrato nº. 010/2015-PR-NJ, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8666/1993. **VALOR:** R\$ 9.888,52 (nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos). **DOTAÇÃO:** 2018 6701 04 122 1067 2.355 - natureza da despesa nº. 3.3.90.39.18 (100), tendo sido empenhada a importância de R\$ 5.768,28 (cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), conforme Nota de empenho nº. 00038, de 19/04/2018, ficando o restante a ser empenhado oportunamente. **Processo nº. 040555/2014.**

Protocolo 73343

Departamento Estadual de Transito – DETRAN

Portaria 327/2018 - DETRAN

O Presidente do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/GO, no uso de suas atribuições e, considerando o disposto no Memorando nº 1592/2017 da Gerência Jurídica,

RESOLVE:

Alterar o Art. 1º da Portaria nº 644/2017/GP, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Designar os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria, ocupantes do cargo de advogado desta

Autarquia, para, sob a coordenação do servidor Mário Luiz Evangelista, inscrito no CPF sob o nº 193.725.901-34, lotado na Gerência de Auditoria, em regime especial de escala, comparecer às audiências referentes aos processos judiciais em que o DETRAN-GO figure como parte.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO, aos 27 dias do mês de abril de 2018.

Engº. Flávio Murilo G. Prates de Oliveira
Presidente do DETRAN-GO

Protocolo 73337

Goias Previdência – GOIASPREV

GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
EXTRATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE
Processo nº 201711129004280 (201611129000629)

Instituidor do benefício: Edson Gonçalves de Lima. Data do Óbito: 16/01/2016. Nova Pensionista: Mayza Gonçalves de Souza Oliveira, companheira, início: 30/06/2017, vitalícia. Cota alterada dos pensionistas Natan Cristo de Brito Lima e Alan Cristo de Brito Lima. Despacho Concessor nº 3055/2017-GAB/GOIASPREV. Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 77/2010 alterada pela Lei Complementar nº 102/2013 e decisão judicial prolatada na Ação Declaratória de União Estável sob o protocolo nº 67536-10.2016.8.09.0206 (201600675365).

Marlene Alves de Carvalho e Vieira
Presidente

Protocolo 73226

**Instituto de Assistência dos Servidores
Públicos do Estado de Goiás – IPASGO**

EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO
Processo nº 201700022066289

Extrato nº 034/2018

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1ª Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, José Carlos Siqueira, portador do CPF nº. 004.321.991-87 e do RG.º 33422/2º via DGPC/GO.

ÂNCORA TECNOLOGIA CORPORATIVA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.767.226/001-88 doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Hugo Eronildes Ferreira, CI nº4887650 DGPC/GO inscrito no CPF sob o nº 024.613.911-06.

2- DO PROCESSO LICITATÓRIO

Decorrente da licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico, nº006/2018, conforme consta do processo nº 201700022066289, o presente certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela LC nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 18.364 de 10 de janeiro de 2014 e Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2011, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993.

3- DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a Aquisição de leitores de cartão magnético do tipo PIN para o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás.

4- PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de vigência do Contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir de sua assinatura e eficácia após a devida publicação.

5- VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente Contrato será de R\$ 73.485,00 (setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) devendo ser empenhado para o presente exercício o valor total de R\$ 73.485,00

(setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), no programa 2018.57.04.04.572.1057.2309.04 (220) e elemento de despesa 4.4.90.52.11 constante do vigente orçamento do IPASGO, conforme empenho nº 00005 datado de 03/04/2018.

Protocolo 73260

EXTRATO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2018

Processo nº: 201800022004687. **Contratante:** Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO. **Contratado:** Carlos Roberto Rodrigues da Silva, CPF nº 08.503.453/0001-42. **Objeto:** Locação de Imóvel situado na Rua 16, Quadra 51, Lote 03, Jardim Santo Antônio - Goiânia - Go para abrigar as instalações do Arquivo do IPASGO. **Dotação Orçamentária:** Programa: 2018.57.04.04.122.4001.4001.03 (220). **Natureza da Despesa:** 3.3.90.36.05; proveniente de recursos próprios. **Valor total:** R\$52.008,60 (cinquenta e dois mil, oito reais e sessenta centavos). **Vigência:** 12 (doze) meses, após assinatura do contrato. **Fundamento:** Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e art. 34 da Lei Estadual nº 17.928/12.

Goiânia, 02 de maio de 2018.

Murilo Moreira de Oliveira
Presidente da CPL

José Carlos Siqueira
Presidente do IPASGO

Protocolo 73278

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018 Processo nº 201700022001446

O Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 005/2018, e com fundamento no disposto no inciso XXII, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, HOMOLOGAR o procedimento licitatório, incluindo o ato de ADJUDICAÇÃO, do referido PREGÃO, tipo "menor preço global", destinado à Aquisição de solução de segurança para o IPASGO, contemplando o fornecimento de licenças de software de segurança para endpoints e suporte técnico, tendo como vencedora a empresa: **Microhard Informática Ltda**, com o valor total de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Goiânia, 02 de maio de 2018.

José Carlos Siqueira
Presidente do IPASGO

Protocolo 73275

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2018 Processo nº 201700022098507

O Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 017/2018, e com fundamento no disposto no inciso XXII, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, HOMOLOGAR o procedimento licitatório, incluindo o ato de ADJUDICAÇÃO, do referido PREGÃO, tipo "menor preço por item", destinado à Aquisição de estabilizadores para manutenção de redes lógicas, telefônicas e computadores

no âmbito do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO, tendo como vencedora a empresa: **Saraiva Distribuidora Eireli - ME**, com o valor total de R\$189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).

Goiânia, 02 de maio de 2018.

José Carlos Siqueira
Presidente do IPASGO

Protocolo 73277

Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG

Estado de Goiás
Junta Comercial do Estado de Goiás

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 005/2018

PARTÍCIPIES: Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG e Município de Paraúna/GO - Proc. nº 201700024001945/SEI/JUCEG. **OBJETO:** O presente acordo tem por objeto a mútua cooperação entre os partícipes visando à implantação e operacionalização do Portal do Empreendedor Goiano da JUCEG no Município de Paraúna/GO.

DO PRAZO E VIGÊNCIA: Por 60 (sessenta) meses contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

SIGNATÁRIOS: Rafael Bastos Lousa Vieira pela JUCEG, e Paulo José Martins pelo Município de Paraúna/GO.

DATA: Goiânia - GO, 03 de maio de 2018.

Emmanuel A. S. Bandeira
Portaria nº 045 / 2018- PRES

Protocolo 73286

Estado de Goiás
Junta Comercial do Estado de Goiás

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 008/2018

PARTÍCIPIES: Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG e Município de Edéia/GO - Proc. nº 201700024001398/SEI/JUCEG.

OBJETO: O presente acordo tem por objeto a mútua cooperação entre os partícipes visando à implantação e operacionalização do Portal do Empreendedor Goiano da JUCEG no Município de Edéia/GO.

DO PRAZO E VIGÊNCIA: Por 60 (sessenta) meses contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

SIGNATÁRIOS: Rafael Bastos Lousa Vieira pela JUCEG, e Elson Tavares de Freitas pelo Município de Edéia/GO.

DATA: Goiânia - GO, 03 de maio de 2018.

Emmanuel A. S. Bandeira
Portaria nº 045 / 2018- PRES

Protocolo 73326

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Portaria n. 573/2018 - UEG

Designa servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Seq.	Nome	CPF	Designação
1	César Walmor da Silva Leidens	362.204.930-87	Membro (Presidente)
2	Fadylla Regina Souza Caetano	016.903.751-75	Membro



3	Tony Vinícius Lemos de Lima	032.433.511-38	Membro
4	Rafael Oliveira Duarte	023.643.471-30	Suplente
5	Ivone Pereira de Miranda	475.621.023-68	Suplente
6	Janaina Ferreira Vitorino	941.627.861-00	Suplente

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, consoante o art. 29 do Estatuto da UEG, aprovado pelo Decreto Estadual n. 7.441, de 8 de setembro de 2011; a Lei estadual n. 18.971, de 23 de julho de 2015, que dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual de Goiás, e CONSIDERANDO: O Processo n. 201800020006385, de 4 de abril de 2018, **RESOLVE**: Art. 1º Designar servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação da UEG, conforme estabelecido no quadro abaixo, no período de 18 de abril de 2018 a 17 de abril de 2019.

Art. 2º Revogar, a partir de 18 de abril de 2018, a Portaria UEG/GAB n. 564, de 17 de abril de 2017. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura. CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Reitoria da Universidade Estadual de Goiás, 6 de abril de 2018 - Prof. Dr. Haroldo Reimer - Reitor.

Protocolo 73265

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2018

PROCESSO Nº 201700020010135

ÓRGÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

DATA DE ABERTURA: 16/05/2018 às 09:00 h, através do Portal www.comprasnet.go.gov.br **OBJETO:** Aquisição de bancada e capela para exaustão de gases, UEG - Câmpus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas - Henrique Santillo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2018.6606.19.364.1065.2347.04

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.24 e 4.4.90.52.02

FONTE: (100) VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 56.920,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e vinte reais). O Instrumento Convocatório e seus Anexos se encontram à disposição dos interessados nos sites www.comprasnet.go.gov.br, www.ueg.br e no Sistema Eletrônico de Informações www.sei.goias.gov.br/ para usuários cadastrados. **COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, 04 dia de maio de 2018. César Walmor da Silva Leidens - Coordenador Geral**

Protocolo 73285

PARAESTATAIS - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIASFOMENTO

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO GOIASFOMENTO Nº 001/2016

Processo nº 2016.12.000403

A Comissão Permanente de Licitação da GoiásFomento torna público, para conhecimento dos interessados, que em conformidade com o que dispõe o § 2º do art. 32 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012: “§ 2º Sem prejuízo do disposto no inciso III, a qualquer tempo, os interessados poderão solicitar seu credenciamento, o qual se dará sem efeitos retroativos.” Após análise e julgamento dos documentos para habilitação, referente ao Edital de Credenciamento nº 001/2016, com vistas ao Credenciamento de Pessoa Jurídica, devidamente registrada na CREA/CAU/CNPJ, cujo objeto social contemple atividade de AVALIAÇÃO de Engenharia e/ou Agronomia, Arquitetura e/ou Urbanismo, para a prestação dos serviços técnicos profissionais, adiante descritos, no Estado de Goiás, conforme regras constantes deste Edital e seus Anexos, resolve declarar habilitada no referido certame: **DUARTE**

CONSTRUTORA E INCORPORADORA - EIRELE - ME.

Fica desde já aberto o prazo recursal e consequentemente, franqueada vistas dos autos do processo aos licitantes interessados. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIASFOMENTO, AOS 03 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2018.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA
Presidente

Protocolo 73340

CELG Geração de Transmissão

CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO
AVISO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7.0014/17 GT
SEPNET: 201710269000031

A Comissão Permanente de Licitação da CELG GT, no uso das suas atribuições informa que o referido pregão foi ADJUDICADO para:

Lote nº 2 (Lote 06): Empresa FORTE IMPERADOR COM. ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA, CNPJ: 15.823.467/0001-09.

As informações encontram-se disponíveis no site <http://www.comprasnet.go.gov.br>

Protocolo 73308

TRIBUNAIS DE CONTAS

Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento à determinação da Excelentíssima Senhora Relatora, Conselheira Carla Cíntia Santillo, exarada no Despacho nº 140/2018, parte integrante do processo nº 200600047002869, e considerando o teor do Acórdão nº 3413/2010, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 20.939, de 10/09/2010, que julgou em débito o Senhor Pedro Pereira da Silva, inscrito no CPF 021.280.041-87, na qualidade de ex-prefeito do Município de Trindade, à época dos fatos, **INTIMO**, via Edital, os herdeiros necessários de Pedro Pereira da Silva, a saber: **Maurício Custódio da Silva**, CPF 566.026.851-04, **Márcio Custódio da Silva**, **Maria de Fátima Silva Alves**, nº 382.135.241-87, **Márcia Josefa Silva**, CPF 264.030.051-20, **Murilo Pedro Vieira da Silva**, CPF 302.776.801-82 e **Kerinnny Mariane de Moraes**, CPF 011.681.761-58, para que providenciem, no prazo peremptório de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste edital, a quitação do débito, no valor atualizado de R\$ 264.968,41 a ser recolhido à conta do Tesouro Estadual através de DARE no endereço eletrônico www.sefaz.go.gov.br em: Serviços -Pagamento de Tributos - Outras Receitas e com código da receita 4424 bem como o seu comprovante de pagamento perante este Tribunal. Alerto, que transcorrido o prazo acima sem a quitação da dívida, será providenciada a cobrança judicial da dívida, com base no art. 71, §3º da CF/88 e nos arts 1º, §2º, 79 e 83, inciso II da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Marcus Vinicius do Amaral
Secretário-Geral

Protocolo 73381

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Processo Eletrônico nº 201800047000537

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

Considerando as disposições constantes no art. 25,II, da Lei Federal nº 8.666/93;



Considerando que a possibilidade da presente contratação foi apreciada e aprovada pela Diretoria Jurídica deste Tribunal, notadamente quanto ao enquadramento no referido dispositivo legal da presente contratação, por meio do Parecer acostado documento nº 7.

Considerando que o Controle Interno desta Corte de Contas, opinou pela regularidade formal da contratação pretendida nos presentes autos, documento nº 8.

Considerando as disposições constantes do art.33, inciso IX da Lei Estadual nº 17.928/12;

RESOLVE, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás,

DECLARAR inexistente a licitação em favor da professora Nélia Rodrigues Del Bianco, para ministrar Consultoria e Capacitação, destinada à equipe da Assessoria de Comunicação Social desta Corte de Contas, com duração de 130 horas/aula, perfazendo o valor total da despesa em R\$ 28.080,00 (vinte e oito mil e oitenta reais).

Comissão Permanente de Licitação do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos 18 de abril de 2018.

Suellen Carina Lopes
Presidente da CPL -TCE/GO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Ato de Inexigibilidade de Licitação (doc. 09), consoante o art. 26, da Lei nº 8.666/1993 e o inciso X, do art. 33, da Lei estadual nº 17.928, de 27/12/2012, tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 201800047000537, em favor da professora Nélia Rodrigues Del Bianco, CPF nº 191.292.621-40 para ministrar curso de Consultoria e Capacitação, destinado à equipe de Assessoria de Comunicação Social desta Corte de Contas, com duração de 130 horas/aula, perfazendo a despesa a importância de R\$ 28.080,00 (vinte e oito mil e oitenta reais), com fundamento no artigo 25, II, c/c art. 13, VI da Lei Federal nº 8.666/93.

Conselheiro Kennedy Trindade
Presidente

Protocolo 73312

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

Partes : Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e a Empresa Password Informática Ltda.

Processo : 00680/15

Objeto: Renovação do contrato de Locação do Sistema de Informática (Software) para este Tribunal pelo período de 12 meses.

Valor Mensal: R\$ 8.759,07 (oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sete centavos) correrá no vigente orçamento à conta da dotação 0301 3.3.90.39.14 Classificação Funcional 01.032. 1004. 2.024, conforme DUEOF nº 00190, de 02/05/2017, e no exercício subsequente à conta do orçamento próprio.

Vigência : de 05 de maio 2018 a 04 de maio de 2019.

Protocolo 73328

EXTRATO DE CONTRATO

Partes: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e a **EMPRESA DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DALU LTDA.**

Processo : 07182/2018

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Copeira e Garçom, para o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás pelo período de 12 meses.

Valor Estimado: R\$ 93.948,44 (noventa e três mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Conforme DUEOF nº 00177 e 00178 de 02 de maio de 2018.

Dotação 2018.0301.01 032 1004 2024. 03.00 - 3.3.90.37.01.

Vigência : de 07 maio de 2018 a 06 de maio de 2019.

Protocolo 73329

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Partes : **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** e a Empresa **FONSECA MARTINS COMERCIO DE GÁS LTDA-ME**

Objeto: Acréscimo de 550 galões de água mineral ao Contrato de fornecimento de Água Mineral Acondicionada em Garrafão de 20 litros, representando um acréscimo de 13,48% (treze, vírgula quarenta e oito por cento) do valor contratado.

Valor : R\$ 4.4000,00 (quatro mil e quatrocentos reais) mensais.

DUEOF nº 00179, de 02/05/2018, na dotação 30.09, programa 01 032 1004 2.024.

Protocolo 73336

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, a realização de licitações, nas datas e horários abaixo indicados. Os respectivos editais encontram-se disponíveis a todos os interessados nos sites www.comprasnet.go.gov.br e al.go.leg.br/transparencia/licitacoes. Informações também poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@assembleia.go.gov.br e telefone: (62) 3221-3155.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25 / 2018	
Processo nº 2017002642	
Data: 18 / 05 / 2018	09 horas
OBJETO: Aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.	
Exclusiva para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26 / 2018 - SRP	
Processo nº 2018001524	
Data: 18 / 05 / 2018	09 horas
OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ÁGUA MINERAL, SUCO, LEITE E AFINS).	
Itens 01 a 12 exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27 / 2018	
Processo nº 2017005106	
Data: 18 / 05 / 2018	09 horas
OBJETO: Aquisição de TINTAS, MATERIAIS DE PINTURA e demais produtos afins.	
Exclusiva para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	

Goiânia, 04 de maio de 2018.

Frederico Leão Abrão
Presidente da CPL - ALEGO

Protocolo 73373

PODER JUDICIÁRIO

Ministério Público

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 201800132716 **Licitação**: Concorrência, Edital nº 53/2015, Contrato nº 29/2016 **Objeto**: Prorrogação do prazo de



vigência do contrato nº 29/2016 **Contratante:** Ministério Público do Estado de Goiás Procuradoria-Geral de Justiça **Contratada:** Maranhata Construtora Maranhata Ltda **Período:** 30/05/2018 a 29/07/2018 **Data de assinatura do Aditivo:** 26/04/2018 **Amparo Legal:** Lei nº 8.666/93 art. 61

Protocolo 73276

Extrato de Ata Sessão

Edital de Licitação nº 025/2018

Modalidade: Pregão Eletrônico

Sistema de Registro de Preços

Menor Preço por Item

Aos 20/04/2018, na cidade de Goiânia, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 025/2018, referente ao processo nº 201700517952, que tem por objeto confecção de cartões de visita. Participaram da licitação as seguintes empresas: **OFICINA DE ARTE BUREAU DE SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME, FONTE GRÁFICA SOLUÇÕES EM IMPRESSOS EIRELI-ME, CREATIVE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, VIDA DISTRIBUIDORA E GRÁFICA LTDA - ME, ETIBRAS BJK INDUSTRIA DE ETIQUETAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME, CIR - GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP e A EFICAZ COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - EPP.** Após a fase de lances e negociação, a empresa **A EFICAZ COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - EPP** ofertou o menor valor para o item 01 no valor total de R\$ 55.227,00. Analisada proposta e documentação, a empresa foi considerada classificada e habilitada. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião.

Letícia Brandão e Silva - Pregoeira

Carla Dias Marinho - Equipe de Apoio

Thaíse Regina Gouveia de Miranda - Equipe de Apoio

Protocolo 73274

MUNICÍPIOS

PREFEITURAS

Abadiânia

Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão Presencial Nº 083/2018-SRP. Tipo: Menor Preço Por Item. Interessada: Secretaria Municipal de Agricultura pecuária e abastecimento - SEAPA. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de patrulha mecanizada (02 tratores e 01 grade aradora), conforme descrito no termo de referência elaborado pelo gestor da Secretaria Municipal de agricultura pecuária e abastecimento, doravante SEAPA. Data: 17/05/2018 ÀS 08:00HS. Maiores Informações: (62) 3343-1113. Abadiânia, 02 de maio de 2018. Edson Clayton Dias Lopes - Pregoeiro.

Protocolo 73422

Alexânia

MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA, Estado de Goiás, faz saber aos interessados que estará realizando no dia 07 de Junho de 2018, às 15h00min, em sua sede na Av. 15 de Novembro, Área Especial nº 6, Centro, Alexânia, Goiás, licitação, modalidade concorrência pública, tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa especializada na área de engenharia para a execução de recapeamento e reconstrução em tratamento superficial duplo e micro revestimento em diversas ruas no Município de Alexânia, sob o regime de empreitada por preço global. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, no endereço acima citado. Cópia do Edital poderá ser obtida no sítio www.alexania.go.gov.br. Alexânia, 03 de Maio de 2018. Kelly Cristina Moreira de Melo Santos - Presidente da CPL.

Protocolo 73378

Alto Horizonte

Aviso de Licitação - O Município de Alto Horizonte - GO avisa que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial. Será realizado e processado de acordo com a Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93 conforme o disposto a seguir: I- Modalidade/Edital: Pregão Presencial nº 024/2018. II- Tipo: menor preço por item. III- Processo Nº 4824/2018. IV- Objeto: Contratação de Empresa para Fornecimento de Câmaras Frias para o Município de Alto Horizonte - Go. V- Data Audiência: 16/05/2018 às 09:00horas. VI- Informações/Edital: www.altohorizonte.go.gov.br/licitacao@altohorizonte.go.gov.br/33833110. Alto Horizonte, 04 de Maio de 2018. Thiago Leandro Costa e Silva - Pregoeiro Oficial.

Protocolo 73375

Alto Paraíso de Goiás

AVISO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 11/2018

O Município de Alto Paraíso de Goiás - GO comunica aos interessados que o **PREGÃO 11/2018**, objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL foi julgada a favor de: BHC COMÉRCIO DE GASES E TRANSPORTES LTDA ME A Alto Paraíso de Goiás, 03 de Maio 2018.

MAURICIO WISLEY FABRÍCIO DA SILVA - Pregoeiro

Protocolo 73386

Anicuns

Estado de Goiás
PREFEITURA DE ANICUNS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018.

Processo nº PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

Modalidade: Pregão Presencial

Número: 005/2018.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de uma máquina recuperadora de pavimentos, tipo usina móvel de asfalto, edital disponível no sítio eletrônico www.anicuns.go.go.br.

Abertura: 07/02/2018 as 14h00min.

Anicuns, 21 de fevereiro de 2018.

JOSE ALCEU CAIXETA FILHO
Sec. De Administração

Protocolo 73240

Estado de Goiás
PREFEITURA DE ANICUNS
CREDENCIAMENTO Nº 002/2018.

Processo nº CREDENCIAMENTO 002/2018

Modalidade: Credenciamento

Número: 002/2018.

Objeto: Credenciamento de empresas para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e maquinários, para atendimento da frota de veículos do município de Anicuns- GO.

O período para início das inscrições será no dia 14 de maio de 2018. Mais informações disponíveis no sítio eletrônico www.anicuns.go.go.br

Anicuns, 03 de maio de 2018.

JOSE JORGE DE SOUZA
Prefeitura

Protocolo 73316

Aragarças

Notificação Processo: 55/2018 - Natureza: Apuração de Infração Político-Administrativa - Denunciado: Jose Elias Fernandes. Notificação conforme o Despacho datado do dia 24/04/2018 acostado as fls.: , nº 464, 465 e 466 do Processo 55/2018. Testemunhas de defesa arroladas pelo Denunciado: Celio Sanches, Residente e domiciliado Rua Bem-te-vi, Qd. 38, Lt 05, Parque das Laranjeiras, Goiânia-GO. Luciléia Câmara Silva, residente na Rua 56, nº 879 Edifício Geniale Flambyant Jd. Goiás, Goiania -GO. Paulo Sérgio de Rezende, Rua 98, nº 127, Qd. F16, Setor Sul, Goiânia - GO. Jalles Fontoura de Siqueira, Av. Fued Jose Sebba nº 1245, Jd. Goiás, Goiânia -GO. WILDER MORAIS, Senado Federal Anexo 2, Ala Afonso Arinos Gab. 13, Brasília -DF. HEULER ABREU CRUVINEL, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Brasília - DF. HAROLDO NAVES SOARES Av. Campos Verdes, nº 01, Centro, Campos Verdes - GO. WILSON DA SILVA SANTOS, Av. Jose Bonifácio, 726, Centro, Jussara - GO. MARLUCIO PEREIRA, Alameda dos Buritis, 231, St. Oeste, Goiânia - GO. Ficam Vs. senhorias. Notificados/Intimados a comparecerem a audiência designada para o dia 10/05/2018 às 13h:00min, na sala de Sessões da Câmara Municipal de Aragarças/Go, a fim de prestar depoimento pessoal na qualidade de testemunha de defesa arrolada pelo Denunciado, Exmo. Sr. Jose Elias Fernandes nos autos acima indicado. Advertência: CPP - Art. 458. Se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o juiz presidente, sem prejuízo da ação penal pela desobediência, aplicar-lhe-á a multa prevista no § 2º do art. 436 deste Código. Câmara Municipal de Aragarças -Go, 25 de abril de 2018. Jose da Silva Nascimento Junior - Presidente da Comissão Processante.

Protocolo 73225

Araguapaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araguapaz - GO, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação no dia 23/05/2018 às 15:00hs, na modalidade PREGÃO nº 014/2018, tipo menor preço por item, a realizar em sua sede, na sala de Licitações, na Avenida Goiás, nº. 415, Centro, Araguapaz- GO - CEP: 76.720-000 - Telefone (62) 3380-1355, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93, Objetivando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAPAZ-GO, de acordo com o edital respectivo, que poderá ser retirado no endereço acima, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no telefone (62) 3380-1355 - e-mail: araguapazlicitacao@gmail.com. Araguapaz - GO, 03 de Maio de 2018. Jéssika de Lima Silva - Pregoeira.

Protocolo 73412

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araguapaz - GO, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação no dia 23/05/2018 às 15:00hs, na modalidade PREGÃO nº 014/2018, tipo menor preço por item, a realizar em sua sede, na sala de Licitações, na Avenida Goiás, nº. 415, Centro, Araguapaz- GO - CEP: 76.720-000 - Telefone (62) 3380-1355, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93, Objetivando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAPAZ-GO, de acordo com o edital respectivo, que poderá ser retirado no endereço acima, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no telefone (62) 3380-1355 - e-mail: araguapazlicitacao@gmail.com. Araguapaz - GO, 03 de Maio de 2018. Jéssika de Lima Silva - Pregoeira.

Protocolo 73418

Aruanã

O Município de Aruanã - Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ 01.067.081/0001-00, Estado de Goiás, requer junto à SECIMA as Licenças de Instalação e Funcionamento do Porto Maurehi.

Protocolo 73318

Edital do Pregão Presencial Nº. 014/2018. Sistema de Registro de Preços - O Município de Aruanã - Estado de Goiás, com sede à Praça Couto Magalhães, nº 22, Centro, Aruanã, Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº 01.067.081/0001-00, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 006/2018, torna público para conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações específicas, e nas condições gerais e especiais constantes do edital, fará realizar em sua sede no endereço acima, às 09 horas do dia 17 de maio de 2018, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por ITEM, objetivando o Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada de óleos e lubrificantes, a serem utilizados na frota oficial do Município de Aruanã/GO, englobando todas as suas Secretarias, conforme especificações e quantitativos contidos em seus Anexos. Maiores esclarecimentos serão prestados no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas durante os dias úteis, pelo fone 62-33761595 e e-mail licitaaruana@gmail.com. Aruanã-GO, aos 03 dias do mês de maio de 2018. Wanderson Wilhans Soares de Farias - Presidente da CPL.

Protocolo 73319

Edital do Pregão Presencial Nº. 015/2018. Sistema de Registro de Preços - O Município de Aruanã - Estado de Goiás, com sede à Praça Couto Magalhães, nº 22, Centro, Aruanã, Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº 01.067.081/0001-00, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 006/2018, torna público para conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações específicas, e nas condições gerais e especiais constantes do Edital, fará realizar em sua sede no endereço acima, às 14 horas do dia 17 de maio de 2018, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada de Pneus, Câmaras de Ar, Fitão e reforma de pneus, a serem utilizados na frota oficial do Município de Aruanã/GO, englobando todas as suas Secretarias, conforme especificações e quantitativos contidos em seus Anexos. Maiores esclarecimentos serão prestados no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas durante os dias úteis, pelo fone 62-33761595 e e-mail licitaaruana@gmail.com. Aruanã-GO, aos 03 dias do mês de maio de 2018. Wanderson Wilhans Soares de Farias - Presidente da CPL.

Protocolo 73322

Barro Alto

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE BARRO ALTO NOVA DATA

PARA O EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS 001/2018

O Município de Barro Alto-GO, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 21 de Maio de 2018, às 09hs00min, licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 001/2018, tipo Menor Preço global, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE NASCENTES NO MUNICIPIO DE BARRO ALTO Os interessados poderão adquirir o Edital no site www.barroalto.go.gov.br, maiores informações no fone: (62) 3347-6575. Barro Alto - GO, 03 de Maio de 2018. RHAJIV NERES DE ALBUQUERQUE - Presidente CPL.

Protocolo 73395

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE BARRO ALTO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018.

O Município de Barro Alto-GO, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 16 de MAIO de 2018, às



09hs00min, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 024/2018, tipo Menor Preço por item, tendo como objeto O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA ATENDENDO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARRO ALTO- GO. Os interessados poderão adquirir o Edital no site www.barroalto.go.gov.br, maiores informações no fone: (62) 3347-6575. Barro Alto - GO, 03 de Maio de 2018. RHAJIV NERES DE ALBUQUERQUE - Pregoeiro.

Protocolo 73398

Bela Vista de Goiás

Aviso de Licitação. Pregão Presencial Nº. 025/2018. Retificação e Prorrogação - Interessado: Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás. Referência: Pregão Presencial Nº. 025/2018. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de veículos zero quilometro. A Pregoeira Municipal de Bela Vista de Goiás, em virtude da Impugnação apresentada pela empresa Comercial Dinâmica EIRELI - EPP, comunica aos interessados que foi Retificado e Prorrogado sua abertura para o dia 18/05/2018, às 13h:00min, a realizar no mesmo local previsto, conforme especificações do Edital, disponível no site e placar da Prefeitura. Local: Sala de Reuniões do Departamento de Licitação de Bela Vista de Goiás, situado na Praça José Lobo, nº 10, Centro, Bela Vista de Goiás-GO. Site: www.belavista.go.gov.br. - link: *Licitações*, Fone Licitação: (62) 3551-7003. Aos 03 dias do mês de Maio de 2018. Adryanna Crystina Kelly de Carvalho - Pregoeira.

Protocolo 73317

Bom Jardim de Goiás

Aviso de Licitação. Pregão Presencial -019/2018/ PMBJ-GO - O Município de Bom Jardim de Goiás torna publico que será realizado Pregão Presencial nº 019/2018. "Objeto: Pregão Presencial visando a aquisição de um veiculo sedan 0km tipo passeio para atender as demandas da secretaria municipal de saúde", data da sessão publica: 16/05/2018 às 09h00min (horário de Brasília - DF). Edital e demais informações no site www.bomjardim.go.gov.br, Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Goiás "situado na Praça José Benjamim, s/nº, centro, Bom Jardim de Goiás". Fone: (64) 3657-1390. Rubiana Espindola Castro - Pregoeira Oficial.

Protocolo 73370

Aviso de Licitação. Pregão Presencial - 020/2018/SRP/ PMBJ-G - O Município de Bom Jardim de Goiás torna publico que será realizado Pregão Presencial nº 020/2018. "Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais para atender as demandas do hospital municipal", data da sessão publica: 16/05/2018 às 10h00min (horário de Brasília - DF). Edital e demais informações no site www.bomjardim.go.gov.br, Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Goiás "situado na Praça José Benjamim, s/nº, centro, Bom Jardim de Goiás". Fone: (64) 3657-1390. Rubiana Espindola Castro - Pregoeira Oficial.

Protocolo 73371

Aviso de Licitação. Pregão Presencial - 018/2018/SRP/ PMBJ-GO. Exclusivo Para ME/EPP - O Município de Bom Jardim de Goiás torna publico que será realizado Pregão Presencial nº 018/2018. "Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de óleo lubrificantes, filtro, bateria, graxa e lamina para patrol para atender as demandas deste município", data da sessão publica: 15/05/2018 às 14h00min (horário de Brasília - DF). Edital e demais informações no site www.bomjardim.go.gov.br, Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Goiás "situado na Praça José Benjamim, s/nº, centro, Bom Jardim de Goiás". Fone: (64) 3657-1390. Rubiana Espindola Castro. Pregoeira Oficial.

Protocolo 73372

Cachoeira de Goiás

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO REPUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Cachoeira de Goiás, através da Comissão de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Público, instituída através da Portaria nº 031/2018, no uso de atribuições legais e considerando o disposto no artigo 198, da Constituição Federal, e de acordo com a Lei Federal nº 13.595/2018 que altera dispositivos da Lei nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 569/2014, torna público aos interessados, que no período de 18/06/2018 à 12/07/2018, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal, situada na à Rua Coronel Seabra, nº 321, Centro, Cachoeira de Goiás/GO, estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público para provimento de Agente Comunitário de Saúde, em conformidade com as disposições constitucionais, e, em particular às normas contidas no Edital Normativo nº 001/2017 (retificação e republicação). **Prefeitura Municipal de Cachoeira de Goiás, Estado de Goiás, aos 04 dias do mês de maio de 2018.** Esmuity Sakaity Vieira de Souza-Presidente da Comissão de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Público

Protocolo 73402

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Pública. Processo 0552/2018 Modalidade-Melhor Técnica. Nº: Licitação 001/2018 Objeto (Síntese): Seleção de Pessoas Físicas ou Jurídicas de Direito Privado, para Concessão de Direito Real de Uso de Lotes Industriais, de Propriedade da Municipalidade. Data da Abertura: 06 de Junho de 2018 as 13:00 Hrs Local para Obtenção de Informações: Edital e Demais Informações, Contatar o Dep. de Licitações, sito à Rua Cel. Seabra Guimarães, n. 321, Centro, Cachoeira de Goiás - GO, CEP: 76.125-000, FONE: (64) 3676-1122, nos dias úteis no horário das 07:00HS ÀS 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs pelo e-mail: cpl.cachoeira@hotmail.com. Cachoeira de Goiás-GO, 04 de Maio de 2018. Alexandre N. Lopes - Presidente da CPL

Protocolo 73404

Caldas Novas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS - GO. PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2018.

O Município de Caldas Novas torna público que realizara às **09h00min do dia 22 de Maio de 2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2018**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE UMA CRECHE NO SETOR BELA VISTA**. A cópia completa do edital disponível no site: www.caldasnovas.go.gov.br

CLERIS FELICIO DE LIMA

Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação

Protocolo 73331

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS - GO. PREGÃO PRESENCIAL N.º 064/2018.

O Município de Caldas Novas torna público que realizara às **09h00min do dia 23 de Maio de 2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 064/2018**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE UMA CRECHE NO SETOR ITANHANGA II**. A cópia completa do edital disponível no site: www.caldasnovas.go.gov.br

CLERIS FELICIO DE LIMA

Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação

Protocolo 73334

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS - GO.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 067/2018.**

O Município de Caldas Novas torna público que realizará às **14h15min do dia 24 de Maio de 2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 067/2018**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DESTINADOS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MEIO FIO SEM SARJETA NO SETOR BANDEIRANTES**. A cópia completa do edital disponível no site: www.caldasnovas.go.gov.br

CLERIS FELICIO DE LIMA

Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação
Protocolo 73338

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS - GO.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2018.**

O Município de Caldas Novas torna público que realizará às **09h00min do dia 24 de Maio de 2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2018**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DESTINADOS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MEIO FIO SEM SARJETA NA AV. GETÚLIO VARGAS (PISTA 1 E PISTA 2) E RUA RA-01**. A cópia completa do edital disponível no site: www.caldasnovas.go.gov.br

CLERIS FELICIO DE LIMA

Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação
Protocolo 73342

Caldazinha

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAZINHA E A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE **CONVIDA** a toda a Sociedade Civil, Seguintes Sociais Organizados, Conselhos, Representantes de Classe, Representantes do Poder Público Federal, Estadual E Municipal, Representante do Ministério Público Estadual, Representantes do Setor Produtivo, Representantes de Instituições de Ensino e Pesquisa Organizações Não-Governamentais de Atuação na Região, Entidades Classistas Representativas e Comunidade Em Geral, **PARA PARTICIPAR DA CONSULTA PUBLICA DE CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO A SER REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO AS 8:30 DA MANHA NO AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES CALDAZINHA**.

Protocolo 73327

Campos Belos**MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS**

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL EDITAL n.º 031/2018 2ª sessão A Prefeitura de Campos Belos, Estado de Goiás, torna público que fará realizar, no dia 17/05/2018, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CPL, PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço unitário, tendo por objeto a Contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual, nele incluídos todos as despesas indiretas para atender as necessidades da Secretaria de Educação. Os interessados poderão obter cópia do Edital no site www.camposbelos.go.gov.br e esclarecimentos pelo Fone: (0XX62) 3451-1403, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:30h. Campos Belos, 04 de maio de 2018. MARLLON BRAYAN ARAÚJO SILVA - Pregoeiro.

Protocolo 73399

Cavalcante**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL n. 013/2018**

O Município de Cavalcante/GO junto ao FMS tornam público, que farão realizar às 09h30min do dia 18 de maio de 2018, em sua sede, sito a Rua Cristã, nº 11, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores,

licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço global, para aquisição de 01 (uma) ambulância, objeto de Emenda Parlamentar - Processo nº 201700005009767, destinado a atender as necessidades do Hospital Municipal de Cavalcante/GO, conforme descrito no edital. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 as 12:00h e das 14:00 às 17:00h. Cavalcante/GO, 03 de maio de 2018. Natália Raquel Bispo dos Santos, Pregoeira.

Protocolo 73406

Ceres**PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES
ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL -
REGISTRO DE PREÇO N. 041/2018**

A Prefeitura Municipal de Ceres, Estado de Goiás, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 03/05/2018, na página 187, Seção 3 no DOU e página 30 no DOE, **ONDE SE LÊ:...**aquisição de equipamentos de processamento de dados, equipamentos para áudio, vídeo e foto, máquinas utensílios e equipamentos diversos, aparelhos e utensílios domésticos, material educativo e esportivo, mobiliários em geral necessários para a eventual manutenção, conservação e desenvolvimento das ações nas Escolas Municipais e CMEIS do Município de Ceres-GO; **LEIA-SE:...**fornecimento parcelado de eventuais materiais elétricos e eletrônicos, materiais de processamento de dados, materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, para provimento das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, visando atender em um período de 12 (doze) meses. Os demais itens do edital permanecem inalterados. Publique-se. Ceres, 04 de maio de 2018. Anthonionny Silva dos Santos - Presidente da C.P.L.

Protocolo 73401

Corumbá de Goiás

Aviso de Edital de Leilão Nº 001/2018 - O Município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás, Torna Público, que alienará em hasta pública, Modalidade Leilão de conformidade com a Lei nº 8.666/93, que no dia 25/05/2018 às 14:00 horas, na *Garagem Municipal*, bens inservíveis a administração, como: máquinas, ônibus, veículos e outros de sua propriedade, conforme edital afixado no placar da sede. Maiores informações, bem como o edital, poderão ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Corumbá de Goiás, sito Rua Francisco Miranda nº 23, Qd. 13, Lt. 1, Centro, Corumbá de Goiás, Goiás, no horário de expediente, fone (62) 3338-1576 ou pelo site <http://www.corumbadegoias.go.gov.br/> (62) 8544-3261. www.lkleiloes.com.br. Corumbá de Goiás aos 04 dias do mês de maio de 2018. Célio Fleury - Prefeito Municipal.

Protocolo 73224

Corumbaíba

Aviso de Licitação. Pregão Presencial Nº26/2018 - O Fundo Municipal de Saúde de Corumbaíba-GO, torna público para conhecimento dos interessados que às 07:45hs do dia 16(dezesseis) de maio de 2018, na sede da Prefeitura, sito a Rua Simon Bolívar, nº 58, Bairro Centro, Corumbaíba - GO (no departamento de licitação), em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para aquisição de 02(dois) veículos automotor zero quilômetro, demais especificações constantes no termo de referência, anexo I do edital, esclarecendo que a presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/2006. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site (www.corumbaiba.go.gov.br) ou na sede do Poder Executivo Municipal, situada na Rua Simon Bolívar nº. 58, centro, CEP: 75.680-000, fone (64)99279-6421, no horário de expediente. Corumbaíba-GO, 04 de maio de 2018. Fabricio Silva de Deus - Pregoeiro.

Protocolo 73380



Aviso de Licitação. Pregão Presencial Nº. 22/2018 - O Município de Corumbáiba-GO, torna público para conhecimento dos interessados que às 10:00hs do dia 16 (dezesesseis) de dezembro de 2018, na sede da Prefeitura, sito a Rua Simon Bolívar, nº 58, Bairro Centro, Corumbáiba - GO (no departamento de licitação), em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para contratação de pessoa jurídica para locação com montagem e desmontagem de palco, som, iluminação, gerador e painéis de led para comemoração dos 106 anos de Corumbáiba-GO, conforme especificações constantes no Termo de Referência, no Anexo - I do Edital, esclarecendo que a presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/2006. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site (www.corumbaiba.go.gov.br) ou na sede do Poder Executivo Municipal, situada na Rua Simon Bolívar nº. 58, centro, CEP: 75.680-000, fone (64)3447-7000, no horário de expediente. Corumbáiba-GO, 04 de maio de 2018. Fabricio Silva de Deus - Pregoeiro.

Protocolo 73384

Cristalina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CRISTALINA, Estado de Goiás, com sede à Praça José Adamian, por intermédio de sua PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, torna público aos interessados que às 09:00 horas do dia 21 de maio de 2018, na Rua Otaviano de Paiva, quadra 23, lote 18, setor Oeste, CEP: 73.850-000, neste Município de Cristalina, Goiás, Sala 01, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 004/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para CONTRATAÇÃO MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO E MEIOS-FIOS EM DIVERSAS RUAS DE CRISTALINA-GO, o qual será processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei nº. 8.666/1993, de 21.06.1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº. 123/2006. O Edital completo poderá ser retirado junto a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:30h e pelo site da prefeitura www.cristalina.go.gov.br. Informações pelo telefone (61) 3612-6124. Publique-se. Cristalina-GO, 04 de maio de 2018. Nara Rúbia Aparecida da Silva.

Protocolo 73379

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA-GO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CRISTALINA - GO, inscrito no CNPJ: 01.138.122/0001-01, torna público que sua Pregoeira Oficial, estará reunida com sua equipe de apoio no dia 17 de maio de 2018 às 09:00 horas na à Rua Otaviano de Paiva, quadra 23, lote 18, setor Oeste, CEP: 73.850-000, neste Município de Cristalina, Goiás, Sala 01, para receber as propostas e documentações para licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS" Nº 012/2018, do tipo "Menor Preço por lote", para contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de materiais betuminosos (Emulsão RM-1C, RR1C e CM-30), aquisição de agregados (Pedrisco - Brita 0, Brita Comercial, Brita Pó de Pedra e indenização de jazida-cascalho) e locação de equipamentos com operador, combustível e lubrificantes, para serviços de pavimentação e manutenção de vias urbanas pela Prefeitura de Cristalina-GO, o qual será processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002 subsidiariamente à Lei nº. 8.666/1993, de 21.06.1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014. O Edital completo poderá ser retirado junto a Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Otaviano de Paiva, quadra 23, lote 18, setor Oeste, CEP: 73.850-000, neste Município de Cristalina, Goiás, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:30h ou pelo site da prefeitura www.cristalina.go.gov.br. Informações: tel: (61) 3612-6124. Publique-se. Cristalina, 04 de maio de 2018. Nara Rúbia Aparecida da Silva - Pregoeira.

Protocolo 73383

Crixás

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGAO Nº 033/2018

A Pregoeira e Comissão de apoio do Poder Executivo torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no **dia 17/05/2018 às 09:00 horas**, na Sala de Reunião da CPL, endereço sede desta Prefeitura, Licitação Pública na modalidade Pregão Presencial para Finalidade de Registro de Preço, tipo Menor Preço (por item), tendo por objeto a aquisição de combustíveis, destinados a frota de veículos da Prefeitura, inclusive Fundos Municipais de Crixás-GO. Maiores informações ou esclarecimentos serão prestados na sede da licitante, ou através do telefone (062) 3365-1210. Crixás-GO, 03 de maio de 2018. Aulcilene Maria de Lima - Pregoeira

Protocolo 73390

Edealina

Processo Seletivo Público. Edital Nº 005/2018 - O Município de Edealina, Estado de Goiás, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público mediante três (03) etapas: análise de Currículo comprovado, prova de conhecimentos básicos na área de alfabetização e entrevista situacional ou comportamental, para seleção de Assistentes de Alfabetização voluntários para o Programa Mais Alfabetização, instituído pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018 do Ministério da Educação. Entrega das Informações e documentos para seleção se inicia às 14:00 do dia 07 de maio de 2018 e término previsto para as 16:30 horas no dia 08 de maio de 2018, na Secretaria de Educação. Edital completo e demais informações, poderão ser obtidas na Secretaria de Educação, no horário de expediente, das 08:00 às 11:00 e das 13:30 às 16:00 horas, mediante o recolhimento da taxa de fotocópia do edital, ou no site: <http://www.edealina.go.gov.br>. Publique-se. Edealina, 04 de maio de 2018. Leda Marcia Ferreira de Souza Silva - Secretária de Educação.

Protocolo 73364

Goianésia

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042.2/018

O Município de Goianésia faz, a saber, aos interessados que fará realizar às 09:00 (nove horas) do dia 17 de maio de 2018 em sua sede, situada na Rua 33 n.º 453 - Setor Sul, neste município em sessão publicada, na forma da lei 10.520/02 e subsidiariamente às normas da lei 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de 01(um) veículo automotor zero km, tipo utilitário fechado(SUV), conforme descrito no Edital e seus anexos que estarão disponíveis junto ao site www.goianesia.go.gov.br. Informações complementares no endereço acima citado ou pelos telefones (062) 3389-9449 e 3389-9425. Goianésia - Goiás, 02 de maio de 2018.

RAIMUNDO DO CARMO RAPOSO-Pregoeiro

Protocolo 73244

Iporá

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPORÁ-GO EXTRATOS DOS CONTRATOS Nº 030 e 031/2018

Tornam públicos o extrato do contrato referente ao Pregão nº 22/2018, objeto: "Contratação de empresa privada para fornecimento de equipamentos odontológicos para manutenção as atividades do Fundo Municipal de Saúde de Iporá - GO". Data da Assinatura: 23/04/2018. Vigência: 23/04/2018 a 31/12/2018. Dot. Orçamentária: 13.13.10.302.1132.1.227-4.4.90.52 - Aquisição Equipamento Odontológicos - CEO Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPORÁ-GO. Contratadas: HOSPLAB INSUMOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA-ME, CNPJ sob nº 27.059.640/0001-23. Valor: R\$ 11.038,00 (onze mil e trinta e oito reais), Contratadas: JOSE

NILTON SILVA OLIVEIRA, CNPJ sob nº 11.176.343/0001-28. Valor: R\$ 22.556,55 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos). Disponível no site: <http://ipora.go.gov.br/transparenciaipora/>. Iporá-Go, 23 de abril de 2018. LUIZ MARCIO MARTINS COSTA - Pregoeiro

Protocolo 73416

Jesúpolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
 Pregão Presencial nº 004/2018

A Prefeitura Municipal de Jesúpolis, Goiás, torna público, para o conhecimento de todos os interessados, que às **09h00min do dia 22 de maio de 2018**, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jesúpolis, sito à Praça Luiz de Mattos, nº 100, centro, Jesúpolis - GO será realizado processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 004/2018, tipo menor preço por item, em conformidade com as disposições da Lei n. 10.520 subsidiada pela Lei 8.666 de 21/06/93, que tem por objeto a Aquisição de Patrulha Mecanizada composta de um trator agrícola para o município de Jesúpolis, conforme Convênio celebrado o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA n. 102538/2017 (CR Caixa n. 861782/2017 Op 1047787-94) e especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital. O Edital completo poderá ser obtido na sede da Comissão Permanente de Licitação no endereço acima descrito ou pelo site www.jesupolis.go.gov.br. Maiores informações pelo fone/fax (62) 3359-1188 durante o horário das 08:00h as 11:00h e das 13:00h às 17:00h. Pregoeiro: Celso Henrique Rodrigues de Almeida.

Protocolo 73309

Luziânia

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

AVISO DE ADIAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 A Prefeitura de Luziânia, Estado de Goiás, torna público que PREGÃO PRESENCIAL 0202018, objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares (tomógrafo computadorizado e outros), fica ADIADO para o dia 21/05/2018, às 14h. Os interessados poderão obter cópia do novo Edital no site www.luziania.go.gov.br esclarecimentos pelo fone 61-3906-3652/3653/3656, email cpl.lza@hotmail.com. Luziânia, 03 de maio de 2018. Ediomann A. G. dos Santos, Pregoeiro.

Protocolo 73414

Mara Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARA ROSA TOMADA DE PREÇO Nº002/2018

O MUNICIPIO DE MARA ROSA, Estado de Goiás, pessoas Jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 00.007.468/0001-08, no fone: (62) 3366-2209, toma se publico para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 23 de maio de 2018 às 09:00hs em sessão publica, na forma da lei n/8.666/93, na Modalidade de Tomada de Preço nº 002/2018 visando, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DE OBRA INACABADA, SENDO A CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DO RIO BRANCO, no distrito de Fiicolândia, no município de Mara Rosa, de acordo com o Termo de Compromisso nº 30228, firmado entre o Ministério da Educação e o Município de Mara Rosa. Conforme especificado no anexo I (Memorial Descritivo), parte integrante do presente edital. Mara Rosa, aos 03 de maio de 2018. Publique-se. JOELMA COELHO FERREIRA. CPL.

Protocolo 73413

Morrinhos

Prefeitura Municipal de Morrinhos

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2018
 OBJETO: Aquisição de camisetas de uniformes. DATA DE ABERTURA: 17/05/2018; HORÁRIO: 09:00h; LOCAL: Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro, Morrinhos - Goiás. RETIRADA DO EDITAL: Na sede da Prefeitura ou no site: www.morrinhos.go.gov.br. Morrinhos, 03 de maio de 2018. FLAMILTON RODRIGUES DA SILVA - Pregoeiro.

Protocolo 73420

Mossâmedes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSÂMEDES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018 MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES/GO, torna-se público para conhecimento dos interessados, que fará realizar-se, no dia 17 de Maio de 2018, as 09:00h, mediante CADASTRAMENTO dos interessados, Licitação Pública, na modalidade Pregão Presencial Nº. 016/2018, tendo por objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA. O edital completo e maiores informações serão obtidos no Prédio da Prefeitura Municipal de Mossâmedes-Go, na sala de licitações nesta cidade ou pelo fone: (64) 3377-1129. Prefeitura Municipal de Mossâmedes/GO, 03 de Maio de 2018. Nara da Silva Moreira - Pregoeira.

Protocolo 73409

Novo Planalto

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, conforme a seguir: **PROCESSO nº 011/2018 - Pregão Presencial nº 009/2018 - Contratação de empresa na prestação de serviços de limpeza, manutenção, abertura de covas e sepultamentos.** Data: 16/05/2018, Início da Sessão: 08h00min. Pregoeiro: Manoel Missias Pereira Barros. Informações gerais e obtenção da íntegra do Edital pelo telefone: [62] 3374-6258, no horário de 08h00min as 12h00min, site www.novoplanalto.go.gov.br ou através do email: administracao@novoplanalto.go.gov.br.

Protocolo 73392

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, conforme a seguir: **PROCESSO nº 012/2018 - Pregão Presencial nº 010/2018 - Objeto: Locação de Veículos para atender a Prefeitura Municipal de Novo Planalto.** Data: 16/05/2018, Início da Sessão: 08h30min. Pregoeiro: Manoel Missias Pereira Barros. Informações gerais e obtenção da íntegra do Edital pelo telefone: [62] 3374-6258, no horário de 08h00min as 12h00min, site www.novoplanalto.go.gov.br ou através do email: administracao@novoplanalto.go.gov.br.

Protocolo 73394

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, conforme a seguir: **PROCESSO nº 013/2018 - Pregão Presencial nº 011/2018 - Objeto: Aquisição de Carnes.** Data: 16/05/2018, Início da Sessão: 09h30min. Pregoeiro: Manoel Missias Pereira Barros. Informações gerais e obtenção da íntegra do Edital pelo telefone: [62] 3374-6258, no horário de 08h00min as 12h00min, site www.novoplanalto.go.gov.br ou através do email: administracao@novoplanalto.go.gov.br.

Protocolo 73397



Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, conforme a seguir: **PROCESSO nº 014/2018 - Pregão Presencial nº 012/2018 - Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Propaganda Volante e Apresentação/Locução de Eventos.** Data: 16/05/2018, Início da Sessão: 10h30min. Pregoeiro: Manoel Missias Pereira Barros. Informações gerais e obtenção da íntegra do Edital pelo telefone: [62] 3374-6258, no horário de 08h00min as 12h00min, site www.novoplanalto.go.gov.br ou através do email: administracao@novoplanalto.go.gov.br.

Protocolo 73408

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, conforme a seguir: **PROCESSO nº 015/2018 - Pregão Presencial nº 013/2018 - Aquisição de Produtos de Panificação.** Data: 16/05/2018, Início da Sessão: 11h00min. Pregoeiro: Manoel Missias Pereira Barros. Informações gerais e obtenção da íntegra do Edital pelo telefone: [62] 3374-6258, no horário de 08h00min as 12h00min, site www.novoplanalto.go.gov.br ou através do email: administracao@novoplanalto.go.gov.br.

Protocolo 73410

Ouvidor

Aviso Edital - Pregão Presencial N.º 07/2018 - A Prefeitura de Ouvidor/GO, torna público, que fará realizar em sua sede, à Av. Irapuan Costa Junior, n.º 915, Centro, Ouvidor/GO, às 13:30hs do dia 16/05/2018, Licitação Pregão Presencial, cujo objeto é a empreitada global para execução de recapeamento asfáltico tipo MRAF, conforme especificações do edital e seus anexos, que se encontram afixados no Placard da Prefeitura, no site www.ouvidor.go.gov.br, e a disposição na Secret. M. de Adm., das 7:00 hs às 11:00 hs e das 12:00 hs às 16:00 hs. Ouvidor-Go, 27/04/2018. Wiliam M. da Silva - Pregoeiro.

Protocolo 73288

Palminópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS - GOIÁS
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 127/
PMP/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS - GO, CNPJ: 01.178.573/0001-72, CONTRATADO: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 15.984.883/0001-99. OBJETO: Contratação de empresa par o fornecimento de 47 (quarenta e sete) mata burros para atender as estradas vicinais desta municipalidade, através de recursos firmado com Governo do Estado de Goiás, por meio da SEGOV. VIGÊNCIA: 17/04/2018 á 31/12/2018, VALOR: R\$ 107.160,00 (cento e sete mil cento e sessenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.11.26.2604.1.024.44.9052.00. Maiores informações poderão ser obtidas na sede desta Prefeitura, na Rua Elpidio de Paula Ribeiro, 395, Setor Central, CEP 75.990-000, ou pelo telefone 64 3675 1167, no horário de expediente. Palminópolis - GO, 04 de Maio de 2018. Publique-se. Tháfilla Yngredd Silva - Presidente da CPL.

Protocolo 73421

Petrolina de Goiás

Tomada de Preço 001/2018. Processo ADM. 109/2018 - O Município de Petrolina de Goiás, com sede a Praça Teófilo Vieira Mota, nº101, Centro, Petrolina de Goiás - GO, CEP. 75.480-000, nesta cidade, torna que, às 09h00min do dia 04 do mês de junho de 2018, na sede da Prefeitura, realizar licitação na modalidade "Tomada de Preços", do tipo "Técnica e Preço", para contratação de empresa especializada para aluguel/licenciamento de sistema web de gestão pública administrativa e gestão pública de saúde - 100% ON-LINE, o Edital

estará disponível na sede da Prefeitura em horário comercial, pelo endereço eletrônico www.petrolina.go.gov.br/licitacao informações pelo fone (062) 98433-8734, ou petrolinalicitacao@gmail.com; Petrolina de Goiás, 27 de abril de 2018. Heloisa Fernandes da Silva Martins Presidente da CPL.

Protocolo 73261

Tomada de Preço 002/2018. Processo ADM. 1246/2018 - O Município de Petrolina de Goiás, com sede a Praça Teófilo Vieira Mota, nº101, Centro, Petrolina de Goiás - GO, CEP. 75.480-000, torna público aos interessados que, às 09h00min do dia 21 do mês de maio de 2018, fará realizar licitação "Tomada de Preços", do tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa Especializada para prestação de serviços de limpeza predial preventiva e corretiva com fornecimento mão de obra exclusiva, o Edital estará disponível na sede da Prefeitura em horário comercial, pelo endereço eletrônico www.petrolina.go.gov.br/licitacao informações pelo fone (062)98433-8734, e-mail: petrolinalicitacao@gmail.com; Petrolina de Goiás, 27 de abril de 2018. Heloisa Fernandes da Silva Martins. Presidente da CPL.

Protocolo 73262

Pilar de Goiás

MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS-ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº076/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 COLPOSCOPIO, AUMENTO VARIÁVEL, CAMERA E AQUISIÇÃO DE DUAS LANTERNA CLINICA, TIPO LED. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 16.540,00 (dezesseis mil quinhentos e quarenta reais). Data do Contrato: 09.04.2018. Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52.. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº075/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: JOSEMILIA COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE UM BALDE/LIXEIRA MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, CAPACIDADE DE 11 LITROS E AQUISIÇÃO DE SETE AR CONDICIONADOS, CAPACIDADE 9.000 A 12.000 BTUS, TIPO SPLIT, FUNÇÃO QUENTE. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 16.403,50 (dezesseis mil quatrocentos e três reais e cinquenta centavos). Data do Contrato: 09.04.2018. Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52.. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº079/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: JOSEMILIA COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.448.972/0001-06, estabelecida na Av. Almirante Saldanha, Qd.15 Lt.01, nº1.238, Vila Marajoara, Jussara-Go., CEP:76.270-000. Objeto: aquisição de equipamento/material permanente para as Unidades de Saúde de Pilar de Goiás, Conforme Plano de Trabalho do Ministério da Saúde em anexo. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 16.403,50 (dezesseis mil quatrocentos e três reais e cinquenta centavos). Data do Contrato: 09.04.2018.

Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52.. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

Protocolo 73429

MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS-ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº074/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: HDX COMERCIAL EIRELI ME. Objeto: aquisição de um aparelho raio x odontológico, instalação coluna com braço convencional, modo de operação digital, tensão mínimo 7ma. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais). Data do Contrato: 09.04.2018. Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº078/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: SUSAKI & SANTOS LTDA. Objeto: aquisição de dois bisturi elétrico (ate 150 w), potencia ate 100 w, alarmes, função bipolar. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Data do Contrato: 09.04.2018. Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº079/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: TARCAL COMÉRCIO DE MAQ. APARELHOS E EQUIPAMENTOS EIRELI-ME. Objeto: aquisição de dois criocauterio quantidade de ponteiros de 6 a 9 ponteiros, tipo de gas nitrogênio. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais). Data do Contrato: 09.04.2018. Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº080/2018. Processo Adm. nº 1126/2018. Tipo de Licitação: Pregão Presencial nº009/2018. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PILAR DE GOIÁS-GO. Contratada: A SUPREMA COMERCIAL LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 AUTOCLAVE HORIZONTAL DE SOLO (PEQUENO PORTE), RACK PARA CARGA, CARRO PARA RACK, CHAPARIA EXTERNA AÇO INOXIDAVEL, OSMOSE REVERSA, IMPRESSORA, CAPACIDADE DE 90 A 105 LITROS, TIPO DE PORTA DESLIZANTE, PAINEL DE COMANDO E AQUISIÇÃO DE UM AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA ATE 75 LITROS, CAMARA DE ESTERILIZAÇÃO AÇO INOXIDAVEL, MODO DEOPERAÇÃO DIGITAL, CAPACIDADE ATE 25 LITROS, ACESSORIOS. Prazo: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, II, da lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 62.889,00 (sessenta e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais). Data do Contrato: 09.04.2018. Dotação Orçamentária: 01.10.302.0210.4.4.90.52..Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Gabinete da Gestora Municipal, aos 03 dias do mês de maio de 2018. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS.

Protocolo 73430

Porteirão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRÃO
 CONTRATADA: META CONSTRUTORA - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 24.361.763/0001-26. OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada por preço global, para execução de obras de pavimentação em TSD, nas vias de acesso ao lago, neste município. VALOR GLOBAL: R\$ 303.783,42 (Trezentos e três mil, setecentos oitenta três reais e quarenta e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: CONVÊNIO: 02.07.15.452.2604.1.069.127. 44.9051-0. CONTRAPARTIDA: 02.07.15.452.2604.1.069.100.44.90.51-0. VIGÊNCIA: 03 de maio de 2018 à 03 de Setembro de 2018. FUNDAMENTO: TOMADA DE PREÇO 003/2018. GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE PORTEIRÃO, Estado de Goiás, aos 03 dias do mês de Maio de 2.018. UELSON MACHADO MENDONÇA - Secretário Municipal de Gestão e Planejamento e Gestor de Contrato

Protocolo 73424

Rio Verde

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DO ESTADO DE GOIÁS AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 079/2018

TIPO: Menor Preço;

JULGAMENTO: Menor Preço Item.

OBJETO: Registro de preço para futura contratação de pessoa física e/ou jurídica com disponibilização de veículos pesados (Cavalo Mecânico) equipado com tanque, moto bomba, mangueira, bico tipo chuva, motorista, ajudante, incluso manutenção (preventiva e corretiva) e seguro com cobertura de danos materiais e corporais a terceiro e cobertura de assistência 24 horas, para atender as necessidades da Secretaria de Ação Urbana e Serviços Públicos e a Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Rio Verde - GO, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência - Anexo, do Edital.

DATA/HORÁRIO: 18 de maio de 2018 às 09h00min.

MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, e Sala de Licitação - situada a Av. Presidente Vargas, nº 3215, Vila Maria, CEP: 75905-900, Rio Verde - GO. Fone 64-3602-8021/8070, em horário de expediente.

Rio Verde - Goias, 23 de abril de 2018.

**MÁRCIO HELOISO DA SILVA
 PREGOIEIRO**

Protocolo 73300

Santa Rosa de Goiás

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE GOIÁS
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/18**

O Município de Santa Rosa de Goiás, torna público que no dia 21/05/18 às 13:30 hs, na sala de licitação desta Prefeitura, será realizado licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço por item, para fornecimento de estrutura para festa de montaria em touros, conforme Edital. Maiores informações serão obtidos na Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Goiás, com sede na Rua Santa Rosa, n. 339, Bairro Santa Tereza, nesta cidade ou pelo fone: (62) 3335 6146 no horário das 08:00h as 11:00h, e das 13:00h as 17:00h. Cópia do edital será fornecida exclusivamente por meio digital. Santa Rosa de Goiás, Goiás, 03 de maio de 2018.

Jordanna Carrijo Monteiro - Pregoeira Municipal

Protocolo 73351



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/18**

O Município de Santa Rosa de Goiás, torna público que no dia 21/05/18 às 16:00 hs, na sala de licitação desta Prefeitura, será realizado licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço por item, para aquisição de uma pá carregadeira com recursos do Estado de Goiás (Convênio n. 2018.00329), conforme Edital. Maiores informações serão obtidos na Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Goiás, com sede na Rua Santa Rosa, n. 339, Bairro Santa Tereza ou pelo fone: (62) 3335 6146 no horário das 08:00h as 17:00h. Cópia do edital será fornecida exclusivamente por meio digital.

Santa Rosa de Goiás, Goiás, 03 de maio de 2018.
Jordanna Carrijo Monteiro - Pregoeira Municipal

Protocolo 73352

Trindade

**JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018**

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Trindade - GO torna público o julgamento da habilitação do processo nº2018001563, tipo menor preço global, sob o regime de empreitada global tendo como objeto: Contratação de empresa para conclusão da quadra poliesportiva coberta com vestiário padrão FNDE no Residencial Marise no município de Trindade-GO. Abaixo relacionamos o julgamento quanto a habilitação das licitantes:

LICITANTE	HABILITADA
MULTSERVIÇOS COSNTRUÇÕES E CONSERVAÇÃO LTDA EPP	SIM
CONSTRUTORA PLATINIM LTDA ME	NÃO
CMF EMPREENDIMENTOS EIRELI ME	NÃO
KSP PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME	SIM
MACEDO ENGENHARIA EIRELI ME	SIM

O Presidente informa a todas as licitantes o prazo de 05 (cinco) dias úteis previstos no art. 109, inciso I da Lei 8.666/93 para manifestação e interposição de recurso em desfavor do julgamento da HABILITAÇÃO e fica concedido o mesmo prazo para as contrarrazões. Maiores informações na sede da Prefeitura Dep. de Licitações e Contratos (62) 3506-7032. Trindade, 03 de maio de 2018. Pabrício de Souza Nascimento - Presidente da CPL

Protocolo 73227

**JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018**

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Trindade - GO torna público o julgamento da habilitação do processo nº 2018006203, tipo menor preço global, sob o regime de empreitada global tendo como objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de 03 (três) praças públicas situadas no setor Laguna, setor Samarah e setor Vida Nova conforme Convênio nº 1033.867-38/2016, Siconv nº 829705 firmado com o Ministério das Cidades. Abaixo relacionamos o julgamento quanto a habilitação das licitantes:

LICITANTE	HABILITADA
MULTSERVIÇOS CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP	SIM
MSR ENGENHARIA EIRELI - EPP	SIM
ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP	SIM
IDEAL ENGENHARIA PROJETOS E COMERCIO LTDA	NÃO
CONSTRUTORA POLAR LTDA - EPP	NÃO
MACEDO ENGENHARIA EIRELI - ME	SIM
KSP PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME	NÃO

MOBICON CONSTRUTORA LTDA	SIM
MCB CONSTRUTORA EIRELI - EPP	SIM
AMX CONSTRUÇÕES EIRELI - ME	SIM
CABRAL BELO ENGENHARIA EIRELI - EPP	NÃO

O Presidente informa a todas as licitantes o prazo de 05 (cinco) dias úteis previstos no art. 109, inciso I da Lei 8.666/93 para manifestação e interposição de recurso em desfavor do julgamento da HABILITAÇÃO e fica concedido o mesmo prazo para as contrarrazões. Maiores informações na sede da Prefeitura Dep. de Licitações e Contratos (62) 3506-7032. Trindade, 03 de maio de 2018. Pabrício de Souza Nascimento - Presidente da CPL

Protocolo 73228

Uruaçu

Extrato do 1º Termo Aditivo (Objeto) ao Contrato Prestação de Serviços Nº 0312/2017 - Contratante: Município de Uruaçu/GO, CNPJ Nº 01.219.807/0001-82; Contratado: Teccon S/A Construção e Pavimentação, CNPJ nº 00.635.391/0001-10 Objeto: Acréscimo do objeto contratual que tem por objeto a "Contratação de empresa de Engenharia para Reabilitação e Recapeamento de Vias Urbanas da cidade de Uruaçu/GO, tudo conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro constante dos autos administrativo de nº 11867/2018". Vigência Aditivo Contratual: Até 17/02/2019. Valor Aditivo Contratual: R\$ 848.116,65 (Oitocentos e quarenta e oito mil, cento e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 25 de abril de 2018. Divino Galvão da Silva - Gestor do Poder Executivo.

Protocolo 73251

Uruana

ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Pç João Rocha Borges, nº 415, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.640/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, vem, **NOTIFICAR** a empresa **CONSTRUTORA SANSIL LTDA**, CNPJ: 04.941.273/0001-06, sito a Rua 7, QD. 7, LT. 14, sn, Jardim Bonança, Aparecida de Goiânia, Goiás, através do seu representante legal o Sr. Claudio Silva Santos, para o cumprimento dos serviços faltantes com a imediata **retomada dos trabalhos no prazo de 10 (dez) dias corridos** em ritmo a viabilizar a conclusão da obra de Recapeamento e Sinalização de Ruas e Avenidas do Distrito de Uruita, Município de Uruana, Goiás, no âmbito do Contrato 034/2016, sob pena de rescisão de pleno direito do referido contrato.

Uruana, 03 de maio de 2018.

CÁSSIO GUSMÃO DE OLIVEIRA

Prefeito

Protocolo 73321

ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Pç João Rocha Borges, nº 415, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.640/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, vem, **NOTIFICAR** a empresa **CONSTRUTORA BRITO NEVES LTDA**, CNPJ: 16.630.660/0001-96, sito a Av. Nicolau Copérnico, QD. 17, LT. 17, nº. 362, Jardim da Luz, Goiânia, Goiás, através do seu representant-

te legal o Sr. Eduardo Brito Neves, para o cumprimento dos serviços faltantes com a imediata **retomada dos trabalhos no prazo de 10 (dez) dias corridos** em ritmo a viabilizar a conclusão da obra de Construção de Calçadas em vias urbanas em Uruana-GO, Goiás, no âmbito do Contrato 035/2016, sob pena de rescisão de pleno direito do referido contrato.

Uruana, 03 de maio de 2018.

CÁSSIO GUSMÃO DE OLIVEIRA

Prefeito

Protocolo 73323

GOVERNO DE GOIÁS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

EDITAL 001/2018

A Prefeitura Municipal de Uruana, Goiás, torna pública que realizará no dia 07 de JUNHO de 2018 às 09h00min na sala de reuniões desta Prefeitura, Concorrência Pública edital nº. 001/2018, para Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global, para construção da Unidade de Ensino Pró-infância Tipo 1 (Padrão FNDE), no Município de Uruana - Goiás. Maiores informações junto a Comissão de Licitação pelo telefone: 62 - 3344-1185, horário de funcionamento das 07h00minh às 11h00minh e das 13h00minh às 17h00minh, edital no site www.uruana.go.gov.br.

Uruana, 03 de maio de 2018.

Paulo Roberto Brandão de Castro
 Presidente da CPL

Protocolo 73320

Vicentinópolis

PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL Nº 029/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTINÓPOLIS, Estado de Goiás, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 16/05/2018 às 09:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal (Sala de Licitações) - Avenida Vicente Ferreira, 22, Centro, Vicentinópolis-GO, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição parcelada de material para operação tapa buracos, destinados a recuperação das vias urbanas do município, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. Os interessados poderão adquirir informações no site: www.vicentinopolis.go.gov.br ou email: licitacaovct@gmail.com. Maiores informações no fone: (64)3691-1557. Vicentinópolis-Goiás, 02 de maio de 2018. RONICIO VIEIRA AMORIM - PREGOEIRO.

Protocolo 73405

FUNDOS MUNICIPAIS

Rio Verde

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL 166/2017 - (SRP)

A Prefeitura Municipal de Rio Verde torna público o Aditivo a Ata Registro de Preços referente ao **Processo nº 503/2017, Julgamento menor preço por Item**, cujo objeto se trata Registro de Preço para futura aquisição de mobiliário em geral, aparelhos e utensílios domésticos e de uso hospitalar, aparelhos e equipamentos de comunicação e de áudio, vídeo e foto, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Rio Verde - Goiás. Para constar: Primeiro Termo Aditivo para REALINHAMENTO DE

PREÇO do item: 14 da 1ª colocada, referente ao Pregão Presencial n.º 166/2017 - processo 503/2017. Com o objetivo de realinhar o valor do item 14 da empresa **KM INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI-ME.**, CNPJ: 17.344.993/0001-11 no valor total de R\$ 150,00.

A ata de Registro de Preços terá vigência de **01(um) ano**.

MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverdegoias.com.br, e Sala de Licitação da Saúde - Situada na Rua Joaquim Mota, nº 257, Vila Santo Antônio, CEP: 75.906-370, Rio Verde - GO. (Prédio da Secretaria da Saúde). Fone 64-3602-8124 em horário de expediente.

Rio Verde - Goiás, 12 de Março de 2018.

ADSON HENRIQUE FURQUIM LEAL
 PREGOEIRO

Protocolo 73302

Taquaral de Goiás

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARAL DE GOIÁS
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 008/2018.

O Fundo Municipal de Saúde de Taquaral de Goiás, torna público, que fará realizar no dia 17 de Maio de 2018, às 09:00 h, licitação na modalidade Pregão Presencial - SRP, nº. 008/2018, tipo menor preço por item, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos, materiais odontológicos, de laboratório e fisioterapia, equipamentos, dietas e suplementos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Taquaral de Goiás. Os interessados poderão obter informações e adquirir o Edital, junto a CPL, na sede da Prefeitura de Taquaral de Goiás - GO, das 8:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h, ou via internet, acessando o site www.taquaral.go.gov.br, e pelo telefone: (62) 3384-1163. Taquaral de Goiás - GO, 03 de Maio de 2018. Cristiano de Souza Felício - Pregoeiro.

Protocolo 73425

CÂMARAS MUNICIPAIS

Itarumã

Publicação de Edital de Licitação Modalidade: Pregão Presencial Nº 003/2018 Tipo: Menor Preço Por Item Data da Abertura dos Envelopes: 21/05/2018 - 08:00 Horas A CÂMARA MUNICIPAL DE ITARUMÃ/GO, com sede na Praça Sebastião Assis Freitas, nº 18, Centro, em Itarumã/GO, por sua Pregoeira, Sra. Aline Pereira de Aguiar Gomes, torna público que fará realizar procedimento licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº 003/2018, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade da escolha da melhor/menor Proposta, para a contratação de Empresa para registro de preços para futura e eventual aquisição produtos do gênero alimentícios, higiene e limpeza e material de expediente, para atender as necessidades da Câmara Municipal Itarumã/GO, nos termos do Edital e seus Anexos. O Edital completo estará disponível aos interessados no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Itarumã/GO, no endereço acima, e informações pelo telefone: 64-3659-1180 ou no site www.itaruma.go.leg.br. Itarumã/GO, 27 de abril de 2018.

Protocolo 73387

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS no uso de suas atribuições legais, INTIMA a Técnica em Contabilidade HÉLVIA RODRIGUES AFONSECA, CRCDF n. 019690/O, a comparecer à sua Sede para conhecimento do Processo de Apuração Preliminar de Denúncia 0356/2018 em seu desfavor. Para tanto, fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias a partir da presente

publicação, ressaltando que a falta de manifestação tempestiva, importará na continuidade dos processos.

Goiânia, 03 de maio de 2018.
Contador **Rangel Francisco Pinto**
Presidente

Protocolo 73281

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS

no uso de suas atribuições legais, INTIMA o Técnico em Contabilidade MARCOS MIRANDA VIEIRA DE CARVALHO, CRCGO n. 010144/O, a comparecer à sua Sede para conhecimento dos Processos 2018/900081 e 900082 instaurados em seu desfavor e da Organização Contábil TARGET GREEN BRASIL CONS EM NEGÓCIOS LTDA. Para tanto, fica concedido o prazo de 15(quinze) dias a partir da presente publicação, ressaltando que a falta de manifestação tempestiva, importará na continuidade dos processos.

Goiânia, 04 de maio de 2018.
Contador **Rangel Francisco Pinto**
Presidente

Protocolo 73282

EXTRATO DE CONTRATO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás - CRC-GO, com sede em Goiânia - GO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento do processo de Dispensa de Licitação PIN nº 000140/2018, da qual sagrou-se vencedora a empresa **Lorena Lisboa Vaz dos Santos 91892899191**, CNPJ nº 15.677.828/0001-56, sob o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para os serviços de Mestre de Cerimônia para cobertura durante a realizaç

ção de eventos organizados por este Regional ao longo do corrente exercício.

Goiânia, 02 de maio de 2018.
Fabrício Santos Ferreira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Protocolo 73283

MIRANDA DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE-AMMA A LICENÇA AMBIAL (LAS), PARA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ESTABELECIDO NO ENDEREÇO: AVENIDA DOM EMANUEL Nº 338 QD: 11 LT: 06, BAIRRO RODOVIARIO EEM GOIÂNIA-GO

Protocolo 72998

MARTINS E FREIRE LTDA, CNPJ 02.281.543/0001-50, torna público que **Requeru** a SEMMA - Anápolis, a **Licença Ambiental de Funcionamento** para as atividades de: Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores, localizado na AV COMERCIAL, S/N, QUADRA30 LOTE 14, PARQUE BRASILIA 2A ETAPA, CEP 75.093-715, Anápolis - GO.

Protocolo 72999

PARQUE DOS BURITIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA inscrita no CNPJ: 19.685.715/0001-53 torna publico que requereu da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, E RECURSOS HÍDRICOS DE IPAMERI (SEMMA) a Renovação da Licença Ambiental de Instalação para Loteamentos. Localizado no município de Ipameri - GO não foi identificado estudo de impacto ambiental para este empreendimento.

Protocolo 73057

A **FUTURA ENGENHARIA**, torna público que: **SUPERMERCADO BRJ LTDA**, CNPJ 17.350.225/0001-70, situado na Av. Deputado Jamel Cecílio, Nº 3061, Jardim Goiás, Goiânia - GO, **REQUEREU** a AMMA - Goiânia - GO, a **Licença Ambiental de Instalação e Operação** para a atividade de: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados.

Protocolo 73124

RERATIFICAÇÃO

AGRO PECUÁRIA PEETERS GOIÁS S/A

CNPJ 08.840.236/0001-48

BALANÇO PATRIMÔNIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

Descrição	ANO 2016 R\$	ANO 2017 R\$
ATIVO	6.711.821,85	6.568.697,04
ATIVO CIRCULANTE	917.416,21	447.757,32
DISPONIBILIDADES	25.577,43	16.158,08
CAIXA	12.022,17	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	13.555,26	16.158,08
CLIENTES	93.870,61	70.553,85
CRÉDITOS	121.838,31	28.521,25
PIS /COFINS A RECUPERAR	1.832,50	0,00
IRRF/IRPJ A RECUPERAR	29.204,61	28.521,25
ADIANT. DE FORNECEDOR	90.801,20	0,00
ESTOQUE INSUMOS	676.129,86	332.524,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.794.405,64	6.120.939,72
CRÉDITOS	544.921,42	808.843,12
INVESTIMENTOS	1.702.397,94	1.820.453,56
COTA CAPITAL	286.500,93	304.412,49
IMÓVEIS INVESTIMENTO	1.415.897,01	1.516.041,07
IMOBILIZADO	3.547.086,28	3.488.832,03
BENS E DIREITOS	10.002.250,84	10.072.875,18
MÁQ E EQUIP AGRÍCOLAS	391.081,50	380.081,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	47.614,01	47.614,01
EQUIP DE INFORMÁTICA	35.132,06	35.132,06
TERRAS/IMOVEIS	3.497.182,17	3.531.182,17
TRATORES E MÁQ AGRÍCOLAS	4.650.767,33	4.650.767,33
GADO REPRODUTOR/ MATRIZ	384.482,18	393.865,35
CULTURAS PERMANENTES	14.047,78	14.047,78
VEÍCULOS	981.943,81	1.022.995,99
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(6.455.164,56)	(6.584.043,15)
PASSIVO	6.711.821,85	6.131.310,23
PASSIVO CIRCULANTE	4.314.334,61	3.732.290,97
FORNECEDORES	318.102,78	59.569,12
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	90.000,00	59.819,50
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	13.834,82	10.081,08
SALÁRIOS A PAGAR	6.576,44	4.994,42
ENCARGOS A RECOLHER	7.258,38	5.086,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	40.759,50	121.512,43
PIS/COFINS/REFIZ A RECOLHER	40.759,50	121.024,19
IMPOSTOS FEDERAIS A RECOLHER	0,00	488,24
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.851.637,51	3.918.695,65
EMPRÉSTIMO A COTISTAS	3.746.244,66	3.749.055,66
LUCROS A PAGAR	94.444,34	169.639,99
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	10.948,51	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.397.487,24	2.399.019,26
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	1.794.348,00	1.794.348,00
CAPITAL SUBSCRITO	1.794.348,00	1.794.348,00
RESERVAS CAPITAL E LUCROS	4.828.893,22	4.846.637,28

RESERVA DE CAPITAL	4.530.000,00	4.530.000,00
SOBRAS COTA CAPITAL EM SOCIEDADES	41.070,78	58.814,84
RESERVA DE LUCROS	257.822,44	257.822,44
RESERVA LEGAL	84.005,52	115.609,26
FUNDO DE RESERVA	84.005,52	115.609,26
RESULTADOS ACUMULADOS	(4.309.759,50)	(4.357.575,28)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(4.625.796,92)	(4.625.796,92)
RESUL. A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	316.037,42	268.221,64
DEMONS. DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31/12/2017	
Descrição	ANO 2016 R\$	ANO 2017 R\$
CONTAS DE RESULTADO		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	713.366,75	1.597.062,00
RECEITA COM VENDAS DE PRODUTOS	713.366,75	1.597.062,00
VENDA PRODUTOS AGRÍCOLAS	725.776,16	1.636.606,35
(-) DEDUÇÕES DAS VENDAS	(12.409,41)	(39.544,35)
(-) CUSTOS	(238.471,62)	(920.544,70)
(-) CUSTOS AGRÍCOLA	(238.471,62)	(920.544,70)
LUCRO BRUTO	474.895,13	676.517,30
(-) DESPESAS GERAIS AGRÍCOLAS	(358.085,39)	(298.890,68)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(117.185,04)	(99.526,77)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(57.803,69)	(71.403,49)
(-) DESPESAS C/ VENDAS	(89.530,41)	(3.274,77)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(93.566,25)	(124.685,65)
RESULTADO FINANCEIRO	172.645,97	(128.404,98)
RECEITAS FINANCEIRAS	247.207,60	9.935,07
DESPESAS FINANCEIRAS	(74.561,63)	(138.340,05)
RESULTADO OPERACIONAL AGRÍCOLA	289.455,71	249.221,64
RECEITA ALIENAÇÃO IMOBILIZADO	26.581,71	19.000,00
VENDA ATIVO IMOBILIZADO	26.581,71	19.000,00
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	316.037,42	268.221,64
(-) IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	316.037,42	268.221,64
DEMONS. DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADO	31/12/2017	
Descrição	ANO 2016 R\$	ANO 2017 R\$
SALDO INICIAL	(3.514.256,06)	519.133,72
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
LUCRO DO EXERCÍCIO	316.037,42	268.221,64
INCORPORAÇÃO DE CAPITAL	4.530.000,00	0,00
RESERVA LEGAIS	(84.005,52)	(31.603,74)
SOBRAS EM PARTICIPAÇÕES	27.407,56	17.744,06
DISTRIBUIÇÃO DIVIDENDOS	(756.049,68)	(284.433,68)
RESULTADO DÉFICIT/SUPERÁVIT	519.133,72	489.062,00
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Sobras ou Perdas no exercício	316.037,42	268.221,64
Aumento de Estoque	(94.467,00)	343.605,72

Depreciação	55.915,98	128.878,59
Aumento/Redução de Clientes/créditos	440.939,59	116.633,82
Aumento/Redução Créditos Cotistas	1.015.149,98	170.654,10
Aumento/redução obrigações trabalhistas	(3.945,18)	(3.753,74)
Aumento/redução Contas a Pagar	(3.074.436,45)	(370.328,67)
Aumento/redução de impostos e Tributos	(16.773,49)	80.752,93
Aumentos de Fornecedores	(39.335,21)	(258.533,66)
Fluxo de Caixa Operacional Líquido	(1.400.914,36)	476.130,73
Das Atividades de Investimentos:		
Recebimento de Venda de Imobilizado	26.581,71	19.000,00
Aquis. de Ativo Permanente/ Investimentos	(957.762,98)	(207.679,96)
Incorporação de capital	4.530.000,00	0,00
Lucros em participações	27.407,56	17.744,06
Dividendos pagos	(756.049,68)	(284.433,68)
Disponib. Caixa da Atividade de Investimento	2.870.176,61	(455.369,58)
Das Atividades de Financiamentos		
Novos empréstimos	90.000,00	59.819,50
Amortização de Empréstimos	(1.699.764,00)	(90.000,00)
Disponibilidade Caixa da Atividade de Financiamentos	(1.609.764,00)	(30.180,50)
Aumento/Diminuição nas Disponibilidades	(140.501,75)	(9.419,35)
DISPONIBILIDADES - no Início do Período	166.079,18	25.577,43
DISPONIBILIDADES - no Final do Período	25.577,43	16.158,08
Demonst. das mutações do Patrimônio Líquido	31/12/2017	
SALDO INICIAL		
Capital Social		1.794.348,00
Reserva Capital		4.530.000,00
Reserva Legal		84.005,52
Reserva de Lucros		298.893,22
Sobras Ano Anterior		316.037,42
Prejuízos Acumulados		(4.625.796,92)
Total		2.397.487,24
Aumento de Capital com reservas e lucros		17.744,06
Lucro Líquido do Exercício		268.221,64
Destinação do Lucro:	Reserva Legal	Sobras Ano Anterior
Reserva Estatutária	31.603,74	(31.603,74)
Reserva de Lucros		(284.433,68)
SALDO FINAL		
Capital Social		1.794.348,00
Reserva Capital		4.530.000,00
Reserva Legal		115.609,26
Reserva de Lucros		316.637,28
Sobras Ano Anterior		268.221,64
Prejuízos Acumulados		(4.625.796,92)
Total		2.399.019,26

CHARLES LOUIS PEETERS - DIRETOR PRESIDENTE

ANISIA PETRY - CRC-SC 018.795/0-OT-GO

Protocolo 73223



ANTÔNIO LOPES DE SOUZA FILHO, inscrito no CPF: 319.693.301-63 declara que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA-GO, a licença ambiental de instalação Nº 325/2018, com processo Nº 6075/2015, para a atividade de Extração de Areia e Cascalho, localizado na Fazenda Santana, Zona Rural, MUNICÍPIO DE Uruaçu- GO.

Protocolo 73246

LATICÍNIOS QUEIJO BOM FERREIRA LTDA, inscrita no CNPJ: **10.242.853/0001-93** torna público que REQUEREU ao Departamento Ambiental do Município de Uruana-GO, a obtenção de licença ambiental de Ampliação de Funcionamento, para a atividade de Fabricação de Laticínios, localizado na Rua 03, S/N, DISTRITO DE URUCERES, MUNICÍPIO DE Uruana- GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 73247

POSTO PRATINHA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 03.645.219/0001-36 declara que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itapaci-GO, a licença ambiental de instalação e funcionamento com processo Nº 0057/2017 e licença Nº 001/2018, para a atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, localizado na AVENIDA FLORESTA Nº 78 CENTRO, MUNICÍPIO DE ITAPACI/ GO.

Protocolo 73248

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

CNPJ: 01.543.032/0001-04

RECEBIMENTO DE LICENÇA

Torna público que recebeu da Agência Municipal de Meio Ambiente - AMMA, a Licença de Operação nº 100/2018 para a LDAT 2x138 kV Carajás - (Independência - Goyá), com validade até 17/04/2022, localizada no município de Goiânia.

Protocolo 73295

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

CNPJ: 01.543.032/0001-04

RECEBIMENTO DE LICENÇA

Torna público que recebeu da Agência Municipal de Meio Ambiente - AMMA, a Licença de Operação nº 096/2018 para a LDAT 138 kV Xavantes - Aeroporto, com validade até 18/04/2022, localizada no município de Goiânia.

Protocolo 73296

O Sr. **GEOVANE TAVARES DA SILVA 41215605153**, CNPJ **14.273.990/0001-46** torna público que REQUEREU a **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Caldas Novas - Goiás** a Licença Ambiental Simplificada - LAS para o **Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores**, na **R Zulmira Carneiro, Qd. AV Lt. 2 - Bairro Santa Efígenia** em Caldas Novas. A Sra. **RUBIENA SOUSA 01924586126**, CNPJ **30.019.497/0001-50**, torna público que REQUEREU a **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Caldas Novas - Goiás** Licença Ambiental Simplificada - LAS para **Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores** na **R CL-09 QUADRA 16;LOTE 02** Bairro **CAMINHO DO LAGO** em Caldas Novas. O Sr. **WESLEY MARQUES 02842528670**, CNPJ **18.471.944/0001-02**, torna público que REQUEREU da **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Caldas Novas - Goiás** Licença Ambiental Simplificada - LAS para **Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores** na **AV ARAXÁ S/N QUADRA 03;LOTE 28** Bairro **SETOR SERRINHA** em Caldas Novas.

Protocolo 73310

AUTO POSTO CAMARADA LTDA, inscrito no CNPJ/MF de nº. 29.650.871/0001-32 torna público que requereu á Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO, para (COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS

PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES) Avenida São Paulo, QD.34-A LT.13, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia, Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73377

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
LOTEAMENTO QUINTA DOS RIANTES**

Assembleia de MORADORES e PROPRIETÁRIOS para instalação e constituição do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL QUINTA DOS RIANTES. A Comissão provisória dos moradores e proprietários de lotes do Loteamento RESIDENCIAL QUINTA DOS RIANTES, entidade sem personalidade jurídica e voltada para a constituição de um Condomínio de Lotes nos termos da lei 6766/79, estabelecida no Loteamento Quinta do Riantes, Jaraguá-GO, CEP 76.330-000, sem inscrição no CNPJ, neste ato representado pela Sra. Maria de Fátima Pires Oliveira, na qualidade de moradora do loteamento e membro da comissão, nos termos da legislação em vigor convoca todos os moradores e titulares de unidades autônomas situadas no "Loteamento Residencial Quinta do Riantes", na Avenida Riantes, S/N.º, no município de Jaraguá-GO, CEP 76.330-000, para participarem da Assembleia Geral de Constituição do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL QUINTA DO RIANTES, a ser realizada na portaria do próprio Loteamento, qualificado e indicado acima, no dia 22 de maio de 2018, as 18:30h (dezoito e trinta horas), em primeira convocação e observado o quórum mínimo exigido, ou às 19:00h (dezenove horas), em segunda convocação, quando a Assembleia será instalada com qualquer número de presentes para a discussão e deliberação dos seguintes assuntos: **1.** Constituição do Condomínio de Lotes; **2.** Apreciação da proposta, discussão e deliberação acerca da Convenção e Regimento interno do Condomínio; **3.** Eleição do Síndico, Subsíndico e Conselho Consultivo. Observação: as pessoas que comparecerem na qualidade de representantes de moradores ou proprietários do Loteamento, deverão apresentar as respectivas procurações, em originais com firma reconhecida (art. 654, Parágrafos 1º e 2º do Código Civil). Por oportuno, comunicamos a todos os MORADORES e PROPRIETÁRIOS de lotes do Loteamento Quinta do Riantes, que encontra-se a disposição destes para consulta na portaria do Loteamento, a minuta da Convenção e Regimento Interno que serão submetidos à deliberação a se realizar no dia 22 de maio de 2018. Jaraguá, GO, 03 de maio de 2018. Maria de Fátima Pires Oliveira - Membro da Comissão Provisória de moradores e proprietários de lotes do Loteamento RESIDENCIAL QUINTA DOS RIANTES.

Protocolo 73385

MESSIAS AUTO CENTER EIRELI inscrito no CNPJ: 20.458.969/0001-18, torna público a **SEMMARH** - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Caldas Novas - GO que **REQUEREU** a Licença Ambiental Simplificada p/ Manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, com end. na R.07, Qd-05, Lt-14, Itaguai, Caldas Novas - GO. // **RONARIO AUTO CENTER LTDA** inscrito no CNPJ: 15.175.701/0001-39 **REQUEREU** a Licença Ambiental Simplificada p/ Manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, com end. R.13, qd-A, lt-1, Pq. Dos Pomares, Caldas Novas - GO.

Protocolo 73388

Wintersteiger South América COM. DE máquinas LTDA CNPJ: 09.544.213/0002-30 Torna público que requereu junto a secretaria mun. de meio ambiente do município de Rio Verde - GO, a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Funcionamento (LF), para a atividade de Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças, na Avenida Adão Mota, s/n, Quadra 30, Lote 06, Residencial Gameleira, Rio Verde- GO. Responsabilidade Técnica contato: (64) 99265-4667.

Protocolo 73393



Mineração Serra Grande S/A
CNPJ 42.445.403/0001-94

Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. As Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Relatório da Administração

Para a Mineração Serra Grande, empresa do Grupo AngloGold Ashanti, o ano de 2017 foi marcado pela geração de resultados em um cenário de desafios macroeconômico e operacional.

- Conjuntura macroeconômica

A cotação do ouro demonstrou volatilidade ao longo do ano, influenciada pelas percepções dos investidores sobre questões internacionais, como os conflitos no Oriente Médio, a saída da Grã-Bretanha da Comunidade Europeia (no que ficou conhecido como "Brexit") e o cenário eleitoral dos EUA (passando das perspectivas pré-eleitorais às políticas do presidente eleito Donald Trump).

A commodity acumulou uma alta no ano (encerrando o ano cotada a US\$ 1.291 por onça, ante US\$ 1.146 por onça ao final de 2016), mas registrou oscilações e variações ao longo do período.

O câmbio, influenciado pelas variáveis internacionais e pelo cenário político local, registrou forte volatilidade, com variação de tendência ao longo do ano.

Ao final do período o Real (R\$) registrou uma depreciação de 1,6% ante o Dólar (US\$), fechando o ano cotado a R\$ 3,31/US\$.

A companhia teve de administrar as oscilações dos dois indicadores, contudo, com o perfil essencialmente exportador do negócio, os movimentos levaram a impactos positivos nas receitas geradas no período.

- Conjuntura operacional

Diante do cenário macroeconômico desafiador, a Mineração Serra Grande teve de superar também desafios operacionais. A produção de 4,1 toneladas de ouro, oriunda de minas subterrâneas e a céu aberto, ficou estável em relação ao exercício anterior.

No período, o "cash cost" médio foi de US\$ 764/oz. Adotando a métrica do AISC (All In Sustaining Cost), em que basicamente são adicionados os investimentos correntes, com desenvolvimento das minas, projetos e exploração brownfields, se obtém um custo médio de US\$ 1.106/oz.

Em termos de produção, apesar de menores níveis de alimentação e menor teor, superamos a capacidade de tratamento da nossa planta metalúrgica onde tivemos a maior tonelagem já processada da nossa história - 8% acima do previsto para o ano - e o menor teor médio de rejeito desde a nossa implantação, aliados ao startup do projeto Carvão Ativado. Sobressaimos no desenvolvimento de galerias, atividade que sempre foi crítica para nossas operações.

A exemplo das demais unidades da AngloGold Ashanti no Brasil e no mundo, a Mineração Serra Grande tem a Segurança como primeiro Valor. No ano, não foram registrados acidentes fatais, cumprindo o objetivo de que todo empregado retorne em segurança a seu lar, ao final de cada jornada de trabalho.

- Reconhecimento

Mantivemos o título de maior produtora de ouro de Goiás e uma das principais a nível nacional em 2017. Foi notório o reconhecimento diante de sua atuação frente as melhorias para segurança dos seus empregados e investimentos em inovação e tecnologia na produção, refletindo também no retorno aos acionistas.

Um destes reconhecimentos, foi o Destaque MSA de Segurança, no 19º Prêmio de Excelência da Indústria Minerometalúrgica Brasileira, promovido pela revista especializada Minérios e Minerales.

Além disso, a Mineração Serra Grande figurou entre as principais empresas do país nos rankings de revistas e jornais de negócios de referência, como Maiores Minas Brasileiras (Minerários e Minerales) e o prêmio Compliance Brasil 2017, juntamente com as demais unidades do grupo, na categoria Excelência em Desempenho Legal e Responsabilidade Social, em reconhecimento concedido pelo Grupo Verde Gaia.

- Certificações

As certificações referentes à Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001), Meio Ambiente (ISO 14001) e Qualidade (ISO 9001), foram mantidas. Como também, nos mantivemos como signatários do Código Internacional de Cianeto.

- Licença social de operação

Tornar as comunidades melhores em função da presença da empresa é um valor para a Mineração Serra Grande. Mas isso não se resume ao patrocínio de projetos sociais ou culturais por meio de recursos próprios e incentivados. Abrange ações que fomentam o protagonismo social ressaltando a importância das parcerias e do diálogo.

Em 2017, foram mais de 5 mil pessoas beneficiadas por iniciativas desenvolvidas, entre crianças, jovens e adultos, via leis de incentivo fiscal e recursos próprios.

Em consonância com esta atuação responsável junto aos diversos públicos relacionados ao negócio, mantemos mecanismos de apoio ao desenvolvimento de Crixás (município sede da unidade) e região, que têm sido aprimorados ano

a ano.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais em Goiás (PDF), realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), através do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), certificou empresas de Crixás, tornando-as mais competitivas no mercado, por meio da qualificação e fortalecimento da gestão.

Sabemos que estamos desenvolvendo um trabalho assertivo, pois, recebemos opiniões favoráveis nas pesquisas de Clima e Engajamento e de Imagem e Reputação, o que significa o reconhecimento tanto do público interno quanto do externo.

- Excelência Operacional

A iniciativa da Excelência Operacional foi de suma importância para a melhoria do desempenho sustentável da Companhia, com ganhos de eficiência geral, otimização de resultados e maior disponibilidade dos ativos. A iniciativa integra, de forma sinérgica, diferentes projetos, ações e metodologias desenvolvidos na AngloGold Ashanti.

Em 2017 o aumento da nossa produção de minério foi consequência do melhor modelamento geológico nas operações e das iniciativas implantadas com foco na Excelência Operacional que melhoraram os níveis do minério lavrado.

Estas ações estão alinhadas com o objetivo da Serra Grande (como parte do grupo AngloGold Ashanti) em ser uma operação comprometida com a segurança, entrega sustentável de produção e a geração de caixa em qualquer cenário de preço da commodity.

Em 2018, para melhor competitividade do negócio priorizaremos iniciativas para diminuir nossos custos e contribuir pró-ativamente para que, através da excelência operacional, a AngloGold Ashanti alcance meta global de custo AISC de US\$ 800/oz, o que intitulamos de projeto OE800 (Operational Excellence 800).

- Perspectivas para 2018

O ano de 2018 projeta a continuidade dos desafios operacionais, em cenários de volatilidade de preço do ouro e da taxa de câmbio.

Mantendo a segurança como prioridade, a Serra Grande estará focada em atingir as metas do Projeto OE 800 combinando o de aumento de produtividade, otimizando seus investimentos de capital e reduzindo os custos.

Agradecemos aos acionistas, administradores, colaboradores, clientes, fornecedores, governo e à sociedade em geral, pelo apoio e parceria ao longo de 2017.

A Serra Grande possui a expectativa de que 2018 será mais um ano de superação, conquistas e excelentes resultados.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.130	31.878	36.045	32.320
Estoques	4	53.766	50.705	74.637	70.831
Partes relacionadas	6	33	-	1.193	-
Impostos a recuperar e outros ativos circulantes	5	49.689	43.851	58.731	51.625
Total do ativo circulante		138.618	126.434	170.606	154.776
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7c	82.137	89.371	82.137	89.371
Investimentos	8	19.074	26.666	-	-
Imobilizado	9	209.905	209.937	234.202	235.037
Intangível	10	3.043	3.033	3.335	3.324
Partes relacionadas	6	5.283	3.560	-	-
Outros ativos não circulantes	5	8.368	7.119	11.423	10.824
Total do ativo não circulante		327.810	339.684	331.097	338.556
Total do ativo		466.428	466.118	501.703	493.332
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		25.727	42.303	25.935	42.347
Obrigações sociais e fiscais	11	36.592	42.043	37.933	44.114
Provisões	12	551	511	551	511
Partes relacionadas	6	3.269	4.409	3.355	9.837
Outros passivos circulantes		3.699	3.116	7.310	6.183
Total do passivo circulante		69.838	92.382	75.084	102.992
Não circulante					
Provisões	12	69.474	69.996	77.445	78.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7c	-	-	8.035	8.311
Partes relacionadas	6	57.852	52.832	71.875	53.099
Total do passivo não circulante		127.326	122.828	157.355	139.432
Patrimônio líquido					
Capital social	13	423.036	423.036	423.036	423.036
Reservas		(297.499)	(301.328)	(297.499)	(301.328)
Outros resultados abrangentes		143.727	129.200	143.727	129.200
Total do patrimônio líquido		269.264	250.908	269.264	250.908
Total do passivo e patrimônio líquido		466.428	466.118	501.703	493.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	14	533.279	561.007	538.735	569.825	Lucro líquido do exercício	20.891	60.794	20.891	60.794
Custo dos produtos vendidos	15	(383.369)	(373.915)	(384.803)	(374.155)	Efeito de conversão para moeda de apresentação	19.535	(28.269)	19.535	(28.269)
Lucro bruto		149.910	187.092	153.932	195.670	Ganho (perda) atuarial líquido do imposto de renda diferido	201	164	201	164
Despesas gerais e administrativas	15	(94.664)	(92.739)	(104.961)	(103.141)	Efeito de realização das operações de derivativos	(5.209)	1.357	(5.209)	1.357
Equivalência patrimonial	8	(7.852)	(4.283)	-	-	Total do resultado abrangente do exercício	35.418	34.046	35.418	34.046
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(7.573)	16.342	(7.959)	15.803					
Resultado financeiro	17	(5.769)	(24.412)	(6.704)	(25.838)					
Lucro antes dos impostos sobre os lucros		34.052	82.000	34.308	82.494					
Impostos sobre o lucro	7a	(13.161)	(21.206)	(13.417)	(21.700)					
Lucro líquido do exercício		20.891	60.794	20.891	60.794					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Reserva de ágio	Reserva legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	423.036	245	(359.506)	27.445	11.303	155.948	-	258.471
Realização de operação de derivativo	-	-	-	-	-	1.357	-	1.357
Ajuste de conversão de moeda	-	-	-	-	-	(28.269)	-	(28.269)
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	164	-	164
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	60.794	60.794
Destinação dos lucros do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(11.364)	-	(30.245)	(41.609)
Constituição de reservas	-	-	-	3.040	-	-	(3.040)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	27.509	-	(27.509)	-
Transferência de Lucros Retidos e Reserva Legal	-	-	-	(61)	61	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	423.036	245	(359.506)	30.424	27.509	129.200	-	250.908
Realização de operação de derivativo	-	-	-	-	-	(5.209)	-	(5.209)
Ajuste de conversão de moeda	-	-	-	-	-	19.535	-	19.535
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	201	-	201
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.891	20.891
Destinação dos lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementar 2016	-	-	-	-	(16.665)	-	-	(16.665)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(397)	(397)
Constituição de reservas	-	-	-	1.044	-	-	(1.044)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	19.450	-	(19.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	423.036	245	(359.506)	31.468	30.294	143.727	-	269.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido antes dos impostos sobre o lucro	34.052	82.000	34.308	82.494
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes dos impostos sobre o lucro:				
Depreciação e amortização	58.371	60.968	59.203	61.813
Provisões e outras	(12.498)	4.264	(12.553)	6.214
Resultado de equivalência patrimonial	7.852	4.283	-	-
Juros partes relacionadas	5.453	8.774	5.453	8.774
Resultado da baixa de imobilizado e intangível	652	371	652	371
Varição de capital de giro	(19.796)	2.500	(12.076)	3.437
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	74.086	163.160	74.987	163.103
Atividades de investimentos				
Adições de imobilizado e intangível	(52.969)	(64.984)	(53.000)	(64.984)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(52.969)	(64.984)	(53.000)	(64.984)
Atividades de financiamentos				
Pagamento de dividendos	(16.665)	(41.609)	(17.062)	(41.609)
Captação (pagamento) de mútuo e empréstimos	27.372	(2.344)	27.372	(2.344)
Amortização de mútuo e empréstimos	(29.091)	(33.340)	(29.091)	(33.340)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(18.384)	(77.293)	(18.781)	(77.293)
Efeito da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalência	519	(6.317)	519	(6.317)
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	3.252	14.566	3.725	14.509
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	31.878	17.312	32.320	17.811
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	35.130	31.878	36.045	32.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Mineração Serra Grande S.A. ("Serra Grande" ou "Companhia") tem por objetivo principal a pesquisa, prospecção, lavra e beneficiamento de minério de ouro, cuja área de operação está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás, próximo à cidade de Crixás.

A Serra Grande atualmente compreende três minas mecanizadas subterrâneas: Mina III, Mina Nova (que inclui o Corpo Pequizado), Mina Palmeiras e uma mina de superfície.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 13 de abril de 2018.

a) Base de mensuração: as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados ativos e passivos financeiros, os quais, quando aplicável, são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e de apresentação: a Administração da Companhia definiu que a moeda funcional é o dólar norte-americano, pois melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como a Companhia é administrada. A moeda funcional das demais empresas controladas e coligadas é o Real.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se os valores de moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento do ano para ativos e passivos, taxa média anual para as contas de resultado, sendo o patrimônio líquido mantido a valor histórico de formação.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação de reservas e vida útil do ativo imobilizado, análises de perda do valor recuperável de ativos de longo prazo e provisões, principalmente as de recuperação ambiental/desmobilização de ativos e demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

2.2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas descritas na Nota Explicativa nº 8 e seguem o mesmo período de fechamento contábil e práticas contábeis.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Redução ao valor recuperável de ativos: os ativos não financeiros de longo prazo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Os ativos de longo prazo que eventualmente sofrerem redução serão revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. Nos exercícios de 2017 e 2016 não foram identificados indicadores de impairment.

b) Benefícios a empregados

(i) Benefícios pós-emprego: a Companhia é patrocinadora de planos de pensão nas modalidades de contribuição definida e benefício definido administrado pelo Bradesco Previdência e Seguros S.A. O "plano suplementar" é opcional, com contribuições dos empregados que variam de 3% a 5% do salário nominal. A Companhia efetua contribuições adicionais de 50% da contribuição efetuada pelo empregado. Esse plano proporcionará geração de poupança corrigida monetariamente pela variação da quota do respectivo fundo de investimento. Adicionalmente, a Companhia patrocina uma gratificação de aposentadoria conforme previsto na convenção coletiva de trabalho. Aos empregados que se aposentarem será concedida gratificação, a ser paga quando do efetivo desligamento, limitada ao máximo de dois salários base, quando do atendimento de determinadas condições. O passivo atuarial refere-se às reservas técnicas para cobertura dos desembolsos futuros relacionados à modalidade de benefício definido. Os resultados atuariais decorrentes dos ativos ou passivos atuariais calculados são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

(ii) Pagamentos baseados em ações: os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações da controladora AngloGold Ashanti Ltd.;

(iii) Participação no resultado: a Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual, da área de atuação e desempenho da Companhia. A contrapartida da provisão é registrada como custos de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente.

c) Gasto de exploração de recursos minerais: os gastos de exploração são reconhecidos no resultado como despesas operacionais quando incorridos.

d) Provisão com obrigações de reparação ambiental e desativação de ativos: A Companhia reconhece provisão para custos de desativação de ativos e reparação ambiental decorrentes das atividades minerárias, com base no valor presente dos custos esperados para reparação e desativação de ativos e áreas

referentes as atividades minerárias utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos e reparação ambiental. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos e reparação ambiental são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Outras práticas contábeis relevantes estão sendo apresentadas juntamente com as demais notas explicativas.

2.4. Pronunciamentos novos

a) Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez em 2017: As normas e alterações que se aplicam pela primeira vez 2017 não trouxeram efeitos significativos para as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos novos ainda não aplicados: As seguintes novas normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2017, sendo que a Administração está avaliando o impacto total de suas adoções.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	As principais mudanças na Norma IFRS 9 são reconhecimento de ganhos e perdas avaliando o impacto em Outros Resultados Abrangentes e não total de sua adoção e direito no resultado do exercício e não espera impactos possibilidades adicionais de aplicação das regras de contabilidade de hedge para adequar aos modelos de contabilização com os objetivos de gestão dos riscos financeiros.	A Administração está avaliando o impacto em Outros Resultados Abrangentes e não espera impactos significativos.
IFRS 15 - Contratos com Clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando o impacto em Outros Resultados Abrangentes e não espera impactos significativos para a Companhia.
IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil	1º de janeiro de 2019	Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.	A Administração está avaliando o impacto em Outros Resultados Abrangentes e não espera impactos significativos para a Companhia.

Outras práticas contábeis relevantes estão sendo apresentadas juntamente com as demais notas explicativas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	13	9	16	12
Bancos conta movimento	22.834	9.083	23.746	9.522
Aplicações financeiras (i)	5.664	2.094	5.664	2.094
Contratos de câmbio a liquidar (ii)	6.619	20.692	6.619	20.692
	35.130	31.878	36.045	32.320

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações em Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 80,10% do CDI (97,50% do CDI em 2016), com liquidez diária.

(ii) Os contratos de câmbio a liquidar referem-se a recebimentos de recursos financeiros em moeda estrangeira (dólar), de clientes situados no exterior, cujo fechamento de câmbio não foi realizado até as datas do encerramento dos exercícios. Este montante tem liquidez imediata, dependendo exclusivamente da ordem de fechamento de câmbio por parte da Companhia.

4. Estoques

Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos de produção, apropriados pelo método de custo médio. O valor líquido de realização dos estoques corresponde ao preço de venda estimado, deduzido de todos os custos para conclusão e custos necessários para realização da venda. A Companhia estima e reconhece provisão para perda de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados - Ouro	5.950	9.591	50.950	9.591
Produtos em elaboração	14.575	15.307	14.575	15.307
Suprimentos e materiais de consumo	30.991	27.040	30.991	27.040
Provisão para perdas	(4.983)	(4.776)	(4.983)	(4.776)
Imóveis a comercializar - atividade imobiliária	-	-	20.871	20.126
Ajustes de conversão	7.233	3.543	7.233	3.543
	53.766	50.705	74.637	70.831

Foram constituídas provisões para perdas em estoques relativos aos materiais de suprimentos que se encontravam sem condições de utilização. No exercício, a movimentação líquida da provisão para perda com estoque foi de R\$207 (R\$875 em 2016).

5. Impostos a recuperar e outros ativos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Impostos a recuperar (i)	47.038	41.093	52.910	46.970
Receíveis	-	-	3.058	1.790
Outros ativos circulantes	2.651	2.758	2.763	2.865
Total de outros ativos circulantes	49.689	43.851	58.731	51.625
Depósitos judiciais (Nota 11)	7.792	5.966	7.792	5.966
Outros ativos não circulantes	576	1.151	3.631	4.858
Total de outros ativos não circulantes	8.368	7.117	11.423	10.824

(i) A Companhia acumula créditos de ICMS decorrentes principalmente da aquisição de insumos para a produção. Devido à dificuldade de recuperação de tais créditos, principalmente pelas limitações impostas pela legislação do Estado de Goiás, a Administração constitui provisão para perda para a totalidade dos créditos de ICMS. Em 31 de dezembro de 2017, os créditos de ICMS provisionados para perda totalizaram R\$7.965 (R\$25.713 em 2016). A redução do saldo de ICMS provisionado para perda em 2017, é em decorrência de transferência de créditos de ICMS para terceiros, em conformidade com a Lei 19.738 de 17/07/2017 e 19.984 de 05/12/2017 do Estado de Goiás, que facultaram aos contribuintes de ICMS do Estado quitarem seus débitos tributários em parte com créditos acumulados de ICMS recebidos de terceiros. O saldo de impostos a recuperar é substancialmente composto por créditos de PIS e COFINS.

6. Partes relacionadas e outros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos circulantes:				
AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A. (ii)	33	-	1.193	-
Ativos não circulantes:				
Mineração Morro Velho Ltda. (v)	3.843	1.330	-	-
Mineração Ribeirão dos Cristais Ltda (vi)	1.440	2.230	-	-
	5.283	3.560	-	-
	5.316	3.560	1.193	-
Passivos circulantes:				
AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração (ii)	597	2.193	597	7.558
AngloGold North America Inc. (iii)	540	547	540	547
AngloGold Ashanti Limited (i) (iii)	1.572	1.431	1.658	1.494
AngloGold Ashanti Australia Limited (iii)	560	238	560	238
	3.269	4.409	3.355	9.837
Passivos não circulantes:				
AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração (iv)	57.852	52.832	71.608	52.832
Outros	-	-	267	267
	57.852	52.832	71.875	53.099
	61.121	57.241	75.230	62.936
Resultado				
AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração (ii) (iv)	(12.759)	(17.080)	(13.869)	(17.789)
AngloGold North America Inc (iii)	(5.103)	(6.295)	(5.103)	(6.295)
AngloGold Ashanti Limited (iii)	(4.455)	(5.942)	(4.455)	(5.942)
AngloGold Ashanti Australia Limited (iii)	(2.163)	(2.917)	(2.163)	(2.917)
AngloGold Ashanti Holding PLC	-	-	-	-
Mineração Morro Velho Ltda (v)	342	234	-	-
Mineração Ribeirão dos Cristais Ltda (vi)	133	8	-	-
	(24.005)	(31.992)	(25.590)	(32.943)

(i) Determinados executivos têm participação no plano de pagamento baseado em ações do controlador, para o qual a Companhia provisiona anualmente o valor correspondente da despesa deste plano.

(ii) Refere-se principalmente aos serviços de fusão e refino do bullion e de serviços de consultoria prestados pela AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A.

(iii) Referente a pagamento de serviços compartilhados entre empresas do grupo.

(iv) Refere-se a empréstimo no valor de R\$61.150, obtido em outubro/2015. O contrato possui prazo de 10 (dez) anos e a taxa de juros é o CDI - R\$ 5.422 e R\$ 9.016 refere-se respectivamente a juros incorridos no ano de 2017 e 2016.

(v) Refere-se a empréstimos nos montantes de R\$1.020 e R\$ 1.324, concedidos à controlada Mineração Morro Velho, em julho/2015, outubro/2016 e janeiro/2017, com vencimento em julho/2020, outubro/2021 e outubro/2022, respectivamente. A taxa de juros destes contratos é o CDI.

(vi) Refere-se a empréstimos no montante de R\$1.325, concedidos à Mineração Ribeirão dos Cristais, em dezembro/2016, com vencimento em dezembro/2021, respectivamente. A taxa de juros deste contrato é o CDI.

(vii) Refere-se a reembolso de despesas.

O pessoal-chave da Administração inclui os principais executivos e administradores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados foi de R\$1.360 em 2017 (R\$1.431 em 2016).

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado (consolidado)

A despesa de imposto de renda e contribuição social foi calculada com base no Lucro Real.

	2017	2016
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	34.308	82.494
Tributos nominais (34%)	(11.665)	(28.048)
Ajustes		
Provisões não dedutíveis (permanentes)	(8.594)	(16.621)
Equivalência patrimonial	(2.670)	(1.456)
Provisão para perda ICMS (permanente)	5.266	(1.067)
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	4.246	25.492
Total:	(13.417)	(21.700)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.286)	(32.047)
Imposto de renda e contribuição social diferido (crédito)	(7.131)	10.347

b) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	4.511	23.473
Contribuição social	1.518	8.080
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	(10)	(17.818)
Total	6.019	13.735

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ágio na aquisição de investimento	57.042	69.265	57.042	69.265
Provisões trabalhistas e fiscais	3.151	3.379	3.151	3.379
Provisão para participação no resultado	4.201	4.017	4.201	4.017
Provisões ambientais	10.599	10.656	10.599	10.656
Outras provisões	8.260	7.269	8.260	7.269
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de cálculo negativa	-	-	-	-
Sobre passivo atuarial	884	987	884	987
Efeito de moeda funcional sobre imobilizado	(1.892)	(5.817)	(1.892)	(5.817)
Efeito de moeda funcional sobre estoques	(1.737)	(432)	(1.737)	(432)
Outros	1.629	47	1.629	47
Total ativo fiscal diferido, líquido	82.137	89.371	82.137	89.371
Sobre reavaliação de imobilizado	-	-	(8.035)	(8.311)
Total passivo fiscal diferido	-	-	(8.035)	(8.311)

8. Investimentos

	Participação direta %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimento		Resultado de equivalência	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Mineração Morro Velho Ltda. (i)	100,0	100,0	19.028	26.617	(7.852)	(4.283)	19.028	26.617	(7.852)	(4.283)
Outras controladas e coligadas (ii)			3.676	4.704	(1.026)	491	46	49	-	-
							19.074	26.666	(7.852)	(4.283)

(i) Investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

(ii) Investimentos em controladas e coligadas avaliados pelo método de custo.



9. Imobilizado (consolidado)

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos	Instalações	Veículos e outros	Obras em andamento	Total
Custo							
Em 31 de dezembro de 2016	26.145	201.055	300.898	116.217	84.412	22.116	750.843
Adições	-	19	18.195	518	9.022	24.987	52.741
Baixas	-	(256)	(17.368)	(3.895)	(2.722)	-	(24.241)
Transferências	-	2.766	29.618	1.135	(1.865)	(31.654)	-
Ajustes de conversão	173	2.858	5.456	1.637	629	(603)	10.150
Em 31 de dezembro de 2017	26.318	206.442	336.799	115.612	89.476	14.846	789.493
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2016	-	(169.558)	(204.290)	(75.912)	(66.046)	-	(515.806)
Adições	-	(8.610)	(27.289)	(9.893)	(8.864)	-	(54.656)
Baixas	-	256	17.033	3.712	2.714	-	23.715
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de conversão	-	(2.736)	(3.326)	(1.341)	(1.141)	-	(8.544)
Em 31 de dezembro de 2017	-	(180.648)	(217.872)	(83.434)	(73.337)	-	(555.291)
Taxas médias de depreciação	-	25 anos	10 anos	10 anos	3 a 10 anos	-	
Valor contábil líquido em:							
Em 31 de dezembro de 2016	26.145	31.497	96.608	40.305	18.366	22.116	235.037
Em 31 de dezembro de 2017	26.318	25.794	118.927	32.178	16.139	14.846	234.202

a) Mensuração: os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil.

b) Gastos com manutenção: são alocados diretamente ao resultado do exercício quando realizados.

c) Alienações: os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração de resultado.

d) Perda do valor recuperável: o valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável estimado.

10. Intangível (consolidado)

	Softwares e licenças	Direito mineral	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2016	34.433	5.014	39.447
Adições	259	-	259
Baixas	(983)	-	(983)
Transferência	-	-	-
Ajustes de conversão	480	72	552
Em 31 de dezembro de 2017	34.189	5.086	39.275
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2016	(33.929)	(2.194)	(36.123)
Adições	(4.506)	(41)	(4.547)
Baixa	983	-	983
Transferências	-	-	-
Ajustes de conversão	3.782	(35)	3.747
Em 31 de dezembro de 2017	(33.670)	(2.270)	(35.940)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	504	2.820	3.324
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	519	2.816	3.335

A rubrica de Softwares e licenças é composta substancialmente pelos gastos com o Sistema SAP utilizado nas operações da Companhia e é amortizado pelo método linear à taxa média de 33,33% ao ano.

11. Obrigações sociais e fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social (nota 7b)	6.019	13.735	6.070	13.825
Tributos a recolher	6.096	4.809	6.546	6.056
Salários e encargos a recolher (a)	24.478	23.499	25.317	24.234
	36.592	42.043	37.933	44.114

a) Salários e encargos a recolher

Férias	8.125	7.822	8.411	8.087
FGTS	645	583	680	618
INSS	2.561	2.536	2.591	2.559
Participação nos resultados	12.941	12.386	13.394	12.765
Outros	207	172	241	205
Total de salários e encargos a recolher	24.478	23.499	25.317	24.234

12. Provisões e depósitos judiciais

As provisões são compostas por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária e ambiental, desmobilização e restauração ambiental, e provisões atuariais, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Trabalhistas/cíveis (i)	7.792	7.781	5.966	8.574	7.792	13.105	5.966	13.650
Tributárias	-	1.487	-	1.365	-	4.112	-	4.246
Desmobilização (ii)	-	23.199	-	22.837	-	23.199	-	22.835
Restauração ambiental (ii)	-	31.684	-	31.832	-	31.706	-	31.853
Outros	-	5.874	-	5.899	-	5.874	-	5.949
	7.792	70.025	5.966	70.507	7.792	77.996	5.966	78.533
Circulante	-	551	-	511	-	551	-	511
Não circulante	7.792	69.474	5.966	69.996	7.792	77.445	5.966	78.022

i. Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária.

As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.
ii. As provisões para desmobilização e restauração ambiental referem-se ao valor presente dos custos de desmobilização das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, mineradas e degradadas durante o período de extração e exploração que serão incorridos durante e depois do encerramento das atividades da Companhia. Estas estimativas são baseadas no ambiente econômico atual e a Administração da Companhia acredita que estão em bases razoáveis para fazer face a futuros desembolsos. Estas estimativas são revisadas regularmente levando em consideração evidências de qualquer alteração relevante nas premissas utilizadas.

A seguir demonstramos a movimentação das provisões consolidadas (sem deduzir os depósitos judiciais):

	Trabalhistas/ cíveis	Tributárias	Desmobilização	Restauração	Outros	Total
Em 31 de dezembro 2015	10.831	2.656	19.546	35.873	5.791	74.697
Adições	4.494	2.925	6.529	2.385	1.233	17.566
Revisão de estimativa	(1.996)	(964)	(3.240)	(5.912)	-	(12.112)
Pagamentos	(50)	-	-	(493)	(1.075)	(1.618)
Transferências	371	(371)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2016	13.650	4.246	22.835	31.853	5.949	78.533
Adições	4.598	(135)	38	2	1.105	5.608
Revisão de estimativa	(627)	1	326	96	-	(204)
Pagamentos	(4.517)	-	-	(244)	(1.180)	(5.941)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2017	13.105	4.112	23.199	31.707	5.874	77.996

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, constituiu provisão para riscos de perda nas ações com expectativa de prováveis desembolsos de caixa, com base em informações de seus assessores legais, na análise das ações em curso e no histórico de soluções dos processos.

Existem outros processos administrativos e judiciais avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia, como sendo de probabilidade de perda possível, no montante de aproximadamente R\$ 9.808 em 31 de dezembro de 2017 (R\$9.486 em 2016), para as quais nenhuma provisão foi constituída.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social estava representado por 2.000.000 ações ordinárias, normativas e sem valor nominal (2.000.000 ações em 2016).

Acionistas	Ações ordinárias
Anglogold South America Ltd (controladora em última instância)	1.999.999
Camilo de Leis Farace	1
	<u>2.000.000</u>

b) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do Capital Social.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se à:

i) Variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional da Companhia, o Dólar norte-americano, para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, que é o Real;

ii) Ganhos (perdas) atuariais;

iii) Efeitos da realização da operação de derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, liquidados em 2009. Tal montante vem sendo amortizado com base nas unidades produzidas pela Companhia.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração da Companhia decidiu por destinar, da reserva de lucros retidos, o montante de R\$ 16.665 a título de dividendos em 2017, referente a dividendos complementares de 2016.

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido anual ajustado.

A distribuição dos resultados dos exercícios está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	20.891	60.794	20.891	60.794
Constituição de reserva legal	(1.044)	(3.040)	(1.044)	(3.040)
Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	19.847	57.754	19.847	57.754
Dividendos distribuídos e pagos referente ao exercício	(16.665)	(30.245)	(16.665)	(30.245)
Dividendo mínimo obrigatório declarados a serem pagos	(397)	-	(397)	-

14. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda de mercadorias	533.279	561.007	538.735	569.825
	<u>533.279</u>	<u>561.007</u>	<u>538.735</u>	<u>569.825</u>

As receitas decorrentes da venda de mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.

15. Informação sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mão de obra	112.574	101.547	118.236	104.695
Materiais	136.004	113.777	136.257	113.954
Serviços	140.347	147.138	142.501	149.443
Depreciação e amortização	58.370	60.968	59.202	61.813
Impostos	9.063	7.134	9.063	7.134
Contingências	3.261	(1.459)	3.322	519
Provisão para perda de ICMS (i)	(6.753)	3.811	(6.753)	3.811
Pesquisa e desenvolvimento	25.167	33.738	25.167	33.738
Outros	-	-	2.769	2.189
	<u>478.033</u>	<u>466.654</u>	<u>489.764</u>	<u>477.296</u>
Custo dos produtos vendidos	383.369	373.915	384.803	374.155
Despesas gerais e administrativas	94.664	92.739	104.961	103.141
	<u>478.033</u>	<u>466.654</u>	<u>489.764</u>	<u>477.296</u>

(i) A Companhia acumula créditos de ICMS decorrentes principalmente da aquisição de insumos para a produção. Devido à dificuldade de recuperação de tais créditos, principalmente pelas limitações impostas pela legislação do Estado de Goiás, a Administração constituiu provisão para perda para a totalidade dos créditos de ICMS. Em 31 de dezembro de 2017, os créditos de ICMS provisionados para perda totalizaram R\$ 7.965 (R\$25.713 em 2016). A redução do saldo de ICMS provisionado para perda em 2017, é em decorrência de transferência de créditos de ICMS para terceiros, em conformidade com a Lei 19.738 de 17/07/2017 e 19.984 de 05/12/2017 do Estado de Goiás, que facultaram aos contribuintes de ICMS do Estado quitarem seus débitos tributários em parte com créditos acumulados de ICMS recebidos de terceiros.

16. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas operacionais				
Despesa com plano de previdência	(1.347)	(1.361)	(2.847)	(1.769)
Seguros	(2.612)	(2.959)	(2.612)	(2.959)
Royalties	(2.480)	(3.019)	(2.480)	(3.019)
Venda de Imobilizado	(348)	(333)	(348)	(333)
Outras	(1.092)	(1.963)	16	(2.112)
	<u>(7.879)</u>	<u>(9.635)</u>	<u>(8.271)</u>	<u>(10.192)</u>

	2017	2016	2017	2016
Receitas operacionais				
Recuperação de tributos	45	25.779	45	25.779
Outros	261	198	267	216
	<u>306</u>	<u>25.977</u>	<u>312</u>	<u>25.995</u>

Saldo líquido	<u>(7.573)</u>	16.342	<u>(7.959)</u>	15.803
---------------	----------------	--------	----------------	--------

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Juros de financiamentos e empréstimos	(125)	(68)	(125)	(68)
Juros partes relacionadas	(5.928)	(9.016)	(5.928)	(9.016)
Despesa de ajuste a valor presente	(1.256)	(800)	(1.256)	(800)
Perdas Cambiais	(397)	(16.204)	(397)	(16.204)
Outras despesas financeiras	(19)	(26)	(1.690)	(3.153)
	<u>(7.725)</u>	<u>(26.114)</u>	<u>(9.396)</u>	<u>(29.241)</u>

	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	198	853	266	981
Juros partes relacionadas	475	242	271	242
Ganhos cambiais	-	-	(375)	26
Outras receitas financeiras	1.283	607	2.530	2.154
	<u>1.956</u>	<u>1.702</u>	<u>2.692</u>	<u>3.403</u>
Saldo líquido	<u>(5.769)</u>	<u>(24.412)</u>	<u>(6.704)</u>	<u>(25.838)</u>

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado com base no método da taxa de juros efetiva.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é realizada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa (valor justo), contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos (passivo financeiro ao custo amortizado). Os valores justos dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros da empresa registrados a valor justo são considerados como Nível 2 na Hierarquia de Valor Justo.

b) Gestão de risco financeiro

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

i) Risco de liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelo departamento financeiro, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

ii) Risco de crédito

O risco de crédito está associado principalmente às suas aplicações financeiras e valores a receber das operações. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

iii) Risco de moeda estrangeira

O principal objetivo da Companhia é a venda de ouro, cotada exclusivamente em Dólar norte-americano. A maior parte de seus saldos de captação de recursos e caixa também é denominada em Dólar norte-americano. Uma parcela significativa dos custos e investimentos da Companhia é em Reais. Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados pelas variações na taxa de câmbio entre o Dólar norte-americano e essas outras moedas. Não há um impacto relevante direto no patrimônio líquido da Companhia.

10% aumento da moeda brasileira

	2017	2016
	(10.637)	(11.709)
	10.637	11.709

10% redução da moeda brasileira

19. Seguros

Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017 que têm vencimentos em março de 2018 estão demonstrados a seguir:

Ramo	Controladora	Consolidado
Risco operacional	791.834	794.704
Metais (i)	63.884	63.884
Transporte nacional	3.000	3.000
Transporte internacional (ii)	3.000	3.000
Vida em grupo	3.500	3.500
Responsabilidade civil geral	4.000	4.000
Veículos (iii)	990	990
Acidentes pessoais coletivos	313	313

(i) Apólice controlada pela Matriz

(ii) Valores expressos em Dólar Americano

(iii) Valores expressos por veículo

Diretoria

Camilo de Leis Farace – Diretor Presidente

Diogo Afonso Costa – Diretor de Operações

José Roberto Vago – Diretor de Projetos

Responsável Técnico

Élcio Costa Alvizi – CRC MG 046669/T-GO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Mineração Serra Grande S.A.
Crixás - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mineração Serra Grande S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Serra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas,



não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o

objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 9 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Tomás Menezes
Contador CRC-1MG090648/O-0

Protocolo 73061

AGIR

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Associação Goiana de Integralização e Reabilitação - AGIR, pessoa jurídica de direito privado, gestora do **Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo - CRER**, **Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta - HDS** e do **Hospital Estadual de Urgências da Região Noroeste de Goiânia Governador Otávio Lage Siqueira - HUGOL**, torna público, que, a partir de hoje, receberá propostas para Aquisição de equipamentos, insumos e serviços como segue:

Carta Cotação nº	Descrição
1562/17 - CRER	Aquisição de Cadeira de rodas adulto, Cadeira de rodas para Obeso e Cadeira de banho/higiênica

Todas as informações referentes as Cartas Cotações acima encontram-se a disposição dos interessados no site <http://www.agirgo.org.br/> no link [compras](#) e no endereço: Avenida Olinda com a Avenida PL-3, QD. H-4, Lts 1, 2 e 3, Edifício Lozandes Corporate Design, Torre Business, Laje Corporativa, todo 20º andar, Parque Lozandes, Goiânia-GO, CEP: 74.884-120, telefone: (62) 3995-5475 / 5478. Encontram-se também disponíveis no site da AGIR, outras Cartas Cotações para aquisição de equipamentos, insumos e serviços com valores estimados abaixo de R\$ 100.000,00.

Serviço de Compras

Protocolo 73366

MAHNIC E MAHNIC LTDA. inscrita com CNPJ Nº 02.064.095/0006-47, torna público que **recebeu** da Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano de Anápolis, a Licença Ambiental de Funcionamento para atividade de Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, localizado na Av. Universitária Nº 3.645 - Jardim das Américas 2ª etapa, Anápolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 72849

NOVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS EIRELI inscrita com CNPJ: 24.889.633/0001-60, torna público que **recebeu** da Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano de Anápolis, a Licença Ambiental de Funcionamento para atividade de Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente, localizado na Avenida Ipiranga S/Nº. Quadra 01 Lote 01 - Jardim São Paulo - Anápolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 72852

BOTÂNICA GARDEN CENTER EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob Nº **97.548.247/0001-89**, venho tornar público que requereu junto a SEMMA de Aparecida de Goiânia a **LICENÇA AMBIETAL SIMPLIFICADA** para a atividade de **COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS**, com sede na Avenida Rio

Verde, Qd 05 Lt 12/13, Jardim Helvecia, Aparecida de Goiânia CEP 74.933-570 O EMPREENDIMENTO NÃO SE ENQUADRA NA RESOLUÇÃO CONAMA 001.86.

Protocolo 73005

DANIEL DE ALMEIDA SANTOS 00835290123 / LAVA JATO 4 RODAS, Inscrição no CNPJ 29.904.084/0001-70, torna publico que requereu à SEMMARH - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Caldas Novas - GO, a Licença Ambiental Simplificada, para a atividade Lavagem automotiva - Lava Jato, situada na rua Cleóbulo Rabelo esq. Praça 4 Rodas, Nº S/N, Qd. 07, Lt. 21, VILA OLEGÁRIO PINTO- Caldas Novas - GO . Não foi determinado o Estudo de Impacto Ambiental.

Protocolo 73011

Denise Abdalla Conrado torna público que requereu da **SECIMA - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos** a Licença de Desmatamento de 84,3141 hectares para a atividade de uso de solo alternativo na Fazenda Turmalina - em Aporé/GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73252

Denise Abdalla Conrado torna público que requereu da **SECIMA - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos** a Licença de Desmatamento de 157,2742 hectares para a atividade de uso de solo alternativo na Fazenda Adelaide 3 - em Aporé/GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73253

Regia Comercio de Informática Ltda (Primetek) inscrita no CNPJ: 07.851.862/0013-00 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, para atividade Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática e localizada na Av. Rio Verde, QD. 102 Lt. A, Loja: 177, Vila São Tomaz - Aparecida de Goiânia. O empreendimento não se enquadra na Resolução Conama 001/86.

Protocolo 73255

Denise Abdalla Conrado torna público que requereu da **SECIMA - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos** a Licença de Desmatamento de 33,2723 hectares para a atividade de uso de solo alternativo na Fazenda Adelaide - em Aporé/GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73254



Regia Comercio de Informática Ltda (Primetek) inscrita no CNPJ: 07.851.862/0003-39 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, para atividade Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática e localizada na Av. Rio Verde, QD. 102 Lt. A, Térreo Loja: 50, Vila São Tomaz - Aparecida de Goiânia. O empreendimento não se enquadra na Resolução Conama 001/86.

Protocolo 73256

DUELAV LAVANDERIAS LTDA - EPP inscrita no CNPJ nº. 17.479.671/0001-80 situada na Rua 20 nº 170 Qd - 47 Lt - 09 - E Bairro JK Nova Capital Anápolis-Go. **TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU** perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Anápolis - Go **SEMMA LICENÇA AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO**. Processo nº 22978/2013, Licença nº 091/2018, Válida até 04/04/22. Para as atividades de Toalheiros, Impressão de material para outros usos e Lavanderias. Conforme Resolução do CONAMA Nº 006/86.

Protocolo 73267

VENHO INFORMAR: VILAS DO CORUMBA IMOVEIS LTDA, CNPJ: 29.399.686/0001-17, Requereu da **SMMA-Alexânia** a Licença Ambiental para supressão vegetal da tipologia vegetal Cerrado Aberto Baixo na Faz. Salta Pau, ZEITA, Alexânia-GO.

Protocolo 73280

CLEBER LOPES DE OLIVEIRA, CPF nº. 552.692.061-53, torna público que requereu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Cocalzinho-GO, a Licença de Instalação e Licença de Funcionamento para a atividade de CONFINAMENTO DE BOVINOS, Na Chácara Votorantim, Zona Rural, Cocalzinho - Goiás, CEP: 72.975-000. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 73298

SECRETARIA DE SAUDE E MEIO AMBIENTE DE PALMELO-GO AVISO DE CONSULTA PÚBLICA. A Prefeitura Municipal de Saúde e Meio-Ambiente, em cumprimento ao Artigo 22º da Lei Nº 9.985/2000 e do Artigo 5º do Decreto Nº 4.320/2002, Conselho estadual do Meio Ambiente - CEMAM Resolução 007/2016. Convida: Órgãos Ambientais, Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Organizações não Governamentais, Sindicatos, Empresários e toda a população da região para participar da Audiência de Consulta Pública sobre a **Criação da Unidade de Conservação no município**. Será realizada no dia 29/05/2018, com início às 14h00min, na Prefeitura Municipal de Palmelo localizada na Av. Emmanuel, 435, Centro, desta cidade. Secretária Municipal de Saúde e Meio Ambiente.

Protocolo 73335

Braz Batista Marques torna público que requereu junto à AMMA (Agência Municipal de Meio Ambiente) de Senador Canedo, as Licenças Ambientais Prévia e de Instalação para a implantação do Parcelamento Urbano denominado Bosque das Orquídeas Residencial conforme Processo nº 2017.12.19/0000006-714120.

Protocolo 73345

JORGE YUKI TASATO, torna público que requereu à **SEMMA - Ipameri** a renovação da LAO n. 171/2016, válida até 22.11.2018, para armazenamento de grãos, sito à ROD GO - 307, Km 307, Fazenda Tasato - ZR, Ipameri/GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73350

Cerâmica Aliança Ltda, CNPJ 02.305.373/0001-04, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento a renovação da Licença Ambiental de Funcionamento, para a atividade Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos, sito na Rod. GO 330, Km 08, Zona Rural, Anápolis-GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73353

Colina Comércio e Administração Eireli - ME, CNPJ 28.562.300/0001-83, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento a Licença Ambiental de Funcionamento, para a atividade de extração de cascalho, sito na Fazenda Colina, Anápolis-GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73354

A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa CNPJ: 04.215.178/0001-00 torna público que recebeu da SECIMA a Licença (60/2018) de Instalação do Cemitério Municipal.

Protocolo 73359

Ludhmila Abrahão CPF 833.867.771-04, torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento a Licença Ambiental de Funcionamento nº 097/2018, com validade até 06/04/2022, para a atividade de extração de cascalho, sito na Fazenda Olaria ou Capão do Açude, Zona Urbana, Anápolis-GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 73357

UniRV - Universidade de Rio Verde

Extrato de Aditivo de Contrato

Objeto: Segundo Termo Aditivo para prorrogação de prazo. Dados do processo original: Processo Licitatório n. 065/2017; Pregão Presencial n. 039/2017; Contrato n. 193/2017, que tem por objeto a aquisição de equipamento de ensaio universal para o laboratório de Engenharia da UniRV- Universidade de Rio Verde. Contratada: Instron Brasil Equipamentos Científicos Ltda ; CNPJ n.42.168.526/0001-25. Vigência: 01/04/2018 a 31/07/2018.

Protocolo 73363

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR PLANAHP LTDA, CNPJ Nº 001.224.117/0001-11 torna público que requereu à Secretaria Mun.do Meio Ambiente Cid. e Costumes de Goiatuba, a Licença de Instalação para Loteamento Urbano, situado no Setor Bouganville, município de Goiatuba -GO. MINERACAO PEDRA VIVA EIRELI-EPP, CNPJ: 26.298.765/0001-43, torna público que recebeu da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Piracanjuba(SAMARH), a Licença de Instalação e Funcionamento 020/2018, processo nº099/2018, para Extração de Areia, zona rural de Piracanjuba-GO

Protocolo 73367

SÃO PAULO TRÊS LOCAÇÃO DE TORRES LTDA, CNPJ: 17.080.732/0001-31, torna público que requereu a SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia as Licenças Prévia e Instalação para Estação Rádio Base (TORRE DE CELULAR) ID 3397 localizada na Rua 13, Quadra 21, Lotes 21, 22 e 23, Bairro Centro. Santo Antônio do Descoberto - GO.

Protocolo 73391



Defenda sua família, seus vizinhos, sua comunidade.
Não basta combater o mosquito. Precisamos eliminar seus criadouros
e qualquer local ou recipiente que acumule água parada.



Feche bem tonéis e barris



Coloque areia no pratinho
dos vasos de plantas



Tampe caixas d'água



Esvazie e guarde garrafas
sem uso de cabeça para baixo

AGÊNCIA
BRASIL CENTRAL
abc
GOVERNO DE GOIÁS

DOE

SEUS ÓRGÃOS

DOE SEUS ÓRGÃOS,
ASSIM COMO EM VIDA DOAMOS UM ABRAÇO,
UM APERTO DE MÃOS, UMA CONVERSA AMIGA, ALGUMAS PALAVRAS
OU ATÉ MESMO UMA LETRA.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS. O SEU MAIOR GESTO DE GRATIDÃO À VIDA.

AGÊNCIA
BRASIL CENTRAL
abc
GOVERNO DE GOIÁS